

JOSÉ CARLOS CALLEGARI

Trabalhismo em Vargas e Perón: pacto social e as esperanças desfeitas

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Associado Dr. Jorge Luiz Souto Maior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2021

JOSÉ CARLOS CALLEGARI

Trabalhismo em Vargas e Perón: pacto social e as esperanças desfeitas

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Jorge Luiz Souto Maior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2021

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Callegari, José Carlos

Trabalhismo em Vargas e Perón: pacto social e as esperanças desfeitas ; José Carlos Callegari ; orientador Jorge Luiz Souto Maior -- São Paulo, 2021.

165 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Trabalhismo. 2. Varguismo. 3. Peronismo. 4. Direito do trabalho. 5. Classe trabalhadora. I. Souto Maior, Jorge Luiz , orient. II. Título.

Nome: CALLEGARI, José Carlos.

Título: **Trabalhismo em Vargas e Perón: pacto social e as esperanças desfeitas**

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Às mais de meio milhão de pessoas que perderam a vida até aqui em virtude da criminosa condução da pandemia em nosso país.

AGRADECIMENTOS

À Mila, por todo o companheirismo. As horas de conversa, reflexão, ideias, risadas, apoio e planos para uma vida em comum fazem tudo valer a pena.

À minha mãe e ao meu pai, por tudo que me ensinaram. Ética, espírito crítico e amor ao próximo que vieram de casa.

À minha irmã e meu irmão que me tornaram tio e que trouxeram mais gente para compor o mosaico de vida que esse mundo tanto precisa.

Ao Professor, e querido amigo, Jorge Luiz Souto Maior por todo o apoio, convivência e generosidade. A pós-graduação no Brasil seria um lugar muito mais saudável se todos fossem iguais a você.

Ao querido amigo, e Professor, Gustavo Seferian. Que desde os tempos passados em que compartilhávamos um escritório de advocacia no centro de São Paulo nunca faltou. Nossas conversas foram fundamentais para a realização desse trabalho.

À Professora Tayara Lemos e ao Professor Carlos Toselli pelas valiosos arguições na banca de qualificação que foram fundamentais para o encaminhamento dessa tese.

Aos Professores Alexandre de Freitas Barbosa, Jaime Oliva, Flavio Roberto Batista, Ronaldo Lima dos Santos e Lincoln Secco pela condução das disciplinas cursadas neste doutorado. Os trabalhos e as discussões em sala de aula também estão aqui.

Às amigas e aos amigos do “dedo”. Antes da pandemia, nossa convivência fazia a vida mais alegre. Durante a pandemia, saber que vocês estavam lá resistindo junto, fez a coisa ficar mais suportável. E nem tenho palavras para descrever o que serão nossos (re)encontros depois que tudo isso passar.

Ao Bloco Saia de Chita, o bloco de carnaval mais amador, amado e amante do Brasil. Foliãs e foliões que fazem um mundo melhor. Companheirismo, camaradagem, afeto e muito batuque fazem desse o melhor lugar do Brasil. Nosso carnaval pós-pandemia será galáctico.

Às e aos orientandes do Jorge. Um grupo de pós que, entre amigos, luta diariamente para fazer o ambiente da pós-graduação um lugar melhor. Vocês são demais!

Ao GPTC-USP, um grupo de pesquisa especialmente bonito. Não conheço nenhum outro grupo de pesquisa com essa energia, essa vibração e essa profundidade.

À EDITH-USP. Temos um futuro brilhante pela frente. Guardem esse nome.

À Franciéle Garcês, pela primorosa revisão.

Às trabalhadoras e trabalhadores da Universidade de São Paulo, diretos e terceirizados, por manterem tudo de pé. Que um dia não precisemos mais lutar pela “valorização dos servidores” porque isso será valor inegociável.

RESUMO

CALLEGARI, José Carlos. *Trabalhismo em Vargas e Perón: pacto social e as esperanças desfeitas*. 2021. 165 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A afirmação histórica dos direitos trabalhistas no Brasil e na Argentina possui semelhanças e diferenças. O papel de lideranças políticas fortes, como Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, foi importante nesses processos em ambos os países. Porém, a forma como se deu o apoio político e a participação social nesses governos foi diferente por razões históricas diversas. A participação de organizações sindicais fortes na Argentina durante a formação do peronismo e a tentativa de construção de um modelo sindical corporativista no Brasil são algumas dessas diferenças. Este trabalho procura entender como a intervenção estatal, e a agenda da afirmação de direitos trabalhistas, contribuiu para a formação de uma cultura política da classe trabalhadora nos dois países. A comparação em perspectiva histórica ajuda na compreensão de fenômenos políticos, jurídicos e sociais que não são isolados e contribui para a formulação de uma crítica comprometida com a transformação social.

Palavras-Chaves: Trabalhismo. Varguismo. Peronismo. Direito do trabalho. Classe trabalhadora.

ABSTRACT

CALLEGARI, José Carlos. *“Trabalhismo” in Vargas and Perón: social pactuation and dashed hopes*. 2021. 165 f. Thesis (Doctorate) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

The historical affirmation of labor rights in Brazil and Argentina has similarities and differences. The role of strong political leaders such as Getúlio Vargas and Juan Domingo Perón was important in these processes in both countries. However, the support of these governments was different for different historical reasons. The participation of strong union organizations in Argentina during the formation of Peronism and the attempt to build a corporatist union model in Brazil are some of these differences. This work seeks to understand how state intervention, and the agenda of asserting labor rights, contributed to the formation of a political culture of the working class in both countries. Comparison in a historical perspective helps to understand political, legal and social phenomena that are not isolated and contributes to the formulation of a critique committed to social transformation.

Keywords: Labour. Varguism. Peronism. Labour law. Working class.

RIASSUNTO

CALLEGARI, José Carlos. *“Trabalhismo” a Vargas e Perón: patto sociale e speranze deluse*. 2021. 165 f. Tesi (Dottorato) – Facoltà di Giurisprudenza, Università di São Paulo, São Paulo, 2021.

L'affermazione storica dei diritti del lavoro in Brasile e Argentina presenta somiglianze e differenze. Il ruolo di forti leader politici come Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón è stato importante in questi processi in entrambi i paesi. Tuttavia, il modo in cui è stato dato il sostegno politico e la partecipazione sociale a questi governi è stato diverso per diverse ragioni storiche. La partecipazione di forti organizzazioni sindacali in Argentina durante la formazione del peronismo e il tentativo di costruire un modello sindacale corporativo in Brasile sono alcune di queste differenze. Questo lavoro cerca di capire come l'intervento statale e l'agenda per affermare i diritti dei lavoratori abbiano contribuito alla formazione di una cultura politica della classe operaia in entrambi i paesi. Il confronto in una prospettiva storica aiuta a comprendere fenomeni politici, giuridici e sociali che non sono isolati e contribuisce alla formulazione di una critica impegnata nella trasformazione sociale.

Parole chiave: Lavoro. Varguismo. Peronismo. Diritto del lavoro. Classe operaia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –Resultado da pesquisa no Google realizada com o termo “reforma previdência Argentina 2017”.....	27
Figura 2 –Resultado da pesquisa no Google realizada com o termo “reforma trabalhista 2017”.....	27
Figura 3 – Centrais sindicais de trabalhadores(as) na Argentina.....	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CDS	Companhia Docas de Santos
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CGT	Confederación General del Trabajo de la República Argentina
COA	Confederação Obreira Argentina
CP	Código Penal
EUA	Estados Unidos da América
GOU	Grupo de Oficiais Unidos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos
LCT	Lei do Contrato de Trabalho
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STP	Secretaria de Trabalho e Previdência
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UF	União Ferroviária
UDN	União Democrática Nacional
USP	Universidade de São Paulo
PSIN	Partido Socialista da Esquerda Nacional
UCR	União Cívica Radical

SUMÁRIO

PRÓLOGO	23
INTRODUÇÃO	29
1 CAPÍTULO 1 – AINDA NOTAS INTRODUTÓRIAS	35
1.1 UMA NOÇÃO THOMPSONIANA DE CLASSE	35
1.2 ESPAÇO DO PROBLEMA: BRASIL E ARGENTINA NA PERIFERIA DO MUNDO	40
1.3 POPULISMO: <i>DEUS EX MACHINA</i> DA LUTA DE CLASSES	48
2 CAPÍTULO 2 – APORTES SOBRE O PERONISMO	57
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO: UMA BREVE CRONOLOGIA ARGENTINA E A DISPUTA EM TORNO DA INTERPRETAÇÃO DO PERONISMO	58
2.2 A QUESTÃO OPERÁRIA NA FORMAÇÃO ARGENTINA.....	62
2.3 17 DE OUTUBRO DE 1945: O “DIA DA LEALDADE” PERONISTA	72
2.4 O NACIONALISMO DE PERÓN.....	80
2.5 EVITA E O LIMITE DA CONTRADIÇÃO DO PERONISMO	82
2.6 A POLÍTICA TRABALHISTA DE PERÓN.....	86
3 CAPÍTULO 3 – UMA INTERPRETAÇÃO DO VARGUISMO	91
3.1 LINHAS GERAIS	91
3.2 ESCRAVIDÃO, DEMOCRACIA E A HISTORICIDADE DAS COISAS	92
3.3 AS MIL CARAS DO TRABALHISMO.....	108
4 CAPÍTULO 4 – LUTA POR DIREITOS E RESSIGNIFICAÇÃO	127
4.1 BRASIL: TRABALHISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO	127
4.2 CLASSE TRABALHADORA E PERONISMO: ENTRE RESISTÊNCIA E ADESÃO	136
5 CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS	149
FILMOGRAFIA	155
APÊNDICE	156
APÊNDICE A - UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA SINDICAL DE BRASIL E ARGENTINA	156

PRÓLOGO¹

Gente olha pro céu
 Gente quer saber o um
 Gente é o lugar
 De se perguntar o um
 Das estrelas se perguntarem
 se tantas são
 Cada, estrela se espanta
 à própria explosão
 Gente é muito bom
 Gente deve ser o bom
 Tem de se cuidar
 De se respeitar o bom
 Está certo dizer que estrelas
 estão no olhar
 De alguém que o amor te elegeu
 pra amar
 Marina, Bethânia, Dolores,
 Renata, Leilinha,
 Suzana, Dedé
 Gente viva, brilhando estrelas
 na noite
 Gente quer comer

¹ Para elaboração deste prólogo, algumas fontes foram consultadas, a saber: CASTILLA, Eduardo. Reforma previsional: lunes de furia, ajuste y represión. *La Izquierda Diario: Análisis/Opinión*, 19 dic. 2017. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/Reforma-previsional-lunes-de-furia-ajuste-y-represion>>. Acesso em 25 jan. 2021; EL PAÍS. El recorte a las jubilaciones llega con represión. *Página 12*, 13 dic. 2017. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/82419-el-recorte-a-las-jubilaciones-llega-con-represion>>. Acesso em 25 jan. 2021; LASALVIA, Emiliano. Reforma previsional: 88 policías resultaron heridos y 60 manifestantes quedaron detenidos. *La Nacion*, 18 dic. 2017. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/tension-en-el-congreso-minutos-antes-de-la-sesion-manifestantes-tiraron-las-vallas-y-arrojan-piedras-y-botellas-nid2092506/>>. Acesso em 25 jan. 2021; REDAÇÃO. Maior greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros. *Brasil de Fato*, 28 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>>. Acesso em 25 jan. 2021; REDAÇÃO. Aprovada a reforma trabalhista. *Senado notícias*, Brasília, 11 jul. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/11/aprovada-a-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 25 jan. 2021; REDAÇÃO. Argentina aprova reforma da previdência em meio a protestos. *DW: América Latina*, 19 dez. 2017. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/2pcs6>>. Acesso em 25 jan. 2021; WIKIPÉDIA. *Greve geral no Brasil em 2017*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Greve_geral_no_Brasil_em_2017>. Acesso em: 25 jan. 2021; WIKIPÉDIA. *Reforma trabalhista no Brasil em 2017*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reforma_trabalhista_no_Brasil_em_2017#Tramita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Gente que ser feliz
Gente quer respirar ar pelo nariz
Não, meu nego, não traia nunca
essa força não
Essa força que mora em seu
coração
Gente lavando roupa
amassando pão
Gente pobre arrancando a vida
com a mão
No coração da mata gente quer
prosseguir
Quer durar, quer crescer,
gente quer luzir
Rodrigo, Roberto, Caetano,
Moreno, Francisco,
Gilberto, João
Gente é pra brilhar,
não pra morrer de fome
Gente deste planeta do céu
de anil
Gente, não entendo gente nada
nos viu
Gente espelho de estrelas,
reflexo do esplendor
Se as estrelas são tantas,
só mesmo o amor
Maurício, Lucila, Gildásio,
Ivonete, Agripino,
Gracinha, Zezé
Gente espelho da vida,
doce mistério
("Gente", Caetano Veloso)

Buenos Aires, segunda-feira, 18 de dezembro de 2017

O projeto de “reforma da previdência”² argentina, enviado ao congresso pelo então presidente Mauricio Macri, começa a ser votado na câmara de deputados após aprovação no senado. O principal e mais controverso ponto dessa proposta de alteração legislativa era a mudança na forma de cálculo das aposentadorias, que passaria a ser trimestral, ao invés de semestral, e usaria uma fórmula que levaria em conta a inflação e o índice de aumento dos salários do período. Na prática, com a projeção do primeiro reajuste calculado, as aposentadorias teriam um aumento menor e o governo previa uma economia de US\$ 5 bilhões.

As centrais sindicais haviam convocada uma greve geral para o dia seguinte e desde manhã manifestantes se aglomeravam na praça do congresso, no centro da cidade. Violentos protestos ocorreram ali na semana anterior, quando o projeto de lei era discutido no senado da república. Pouco após o meio-dia um grupo de manifestantes que estava em frente ao prédio do congresso derrubou as cercas que protegiam a edificação. Pedras eram lançadas em direção à polícia.

Um grupo de jovens perto dali derrubava outro alambrado. Vestindo máscaras de gás, lançaram coquetéis Molotov e uma chuva de pedras com seus estilingues contra a polícia. Um pequeno batalhão policial ficou ilhado no meio da multidão. Outro pelotão teve que intervir com bombas de efeito moral, balas de borracha e bombas de gás.

Por volta das 15h00 a situação parecia controlada pela polícia. Manifestantes inrrompem pela Avenida 9 de Julho, pelo outro lado do congresso. Nesse momento a Gendarmeria Nacional Argentina estava mobilizada e pronta para agir.

Três ambulâncias de entidades sindicais prestavam assistência médica aos feridos. Grupos de manifestantes se dividiam entre a Praça do Congresso, a Av. 9 de Julho e a Av. de Mayo. A gendarmeria envolve o congresso em uma nuvem de gás lacrimogênio. Por alguns minutos a situação parece estar controlada até que manifestantes novamente inrrompem as barreiras policiais pelas ruas laterais do congresso e tomam a praça. Nova

² Ao longo de todo esse trabalho a expressão reforma será colocada entre aspas para marcar posição no sentido de que não se pode falar em legítima reforma, seja econômica, política, social etc, sem que haja efetiva melhoria das condições de vida da população. Assim, “reforma” ou contrarreforma serão utilizadas para se referir a essas modificações legais. Além disso, no caso argentino, essa expressão cumpre uma dupla função, já que perto da brutal “reforma” da previdência brasileira, as alterações legais praticadas por lá podem ser consideradas bem mais brandas.

chuva de gás. Dessa vez, as bombas invadem as estações de metrô e começam a intoxicar os passageiros. Era próximo das 20h00 quando a situação finalmente se acalma e a polícia consegue controlar definitivamente a situação. O comando da polícia da cidade informa que 88 policiais foram feridos, 60 manifestantes foram presos e 162 pessoas precisaram de assistência médica.

Os debates legislativos avançam durante a madrugada e no dia seguinte, terça-feira, 19 de dezembro, o projeto de “reforma” enviado pelo governo é aprovado com 128 votos a favor e 116 contra.

Brasília, terça-feira, 11 de julho de 2017

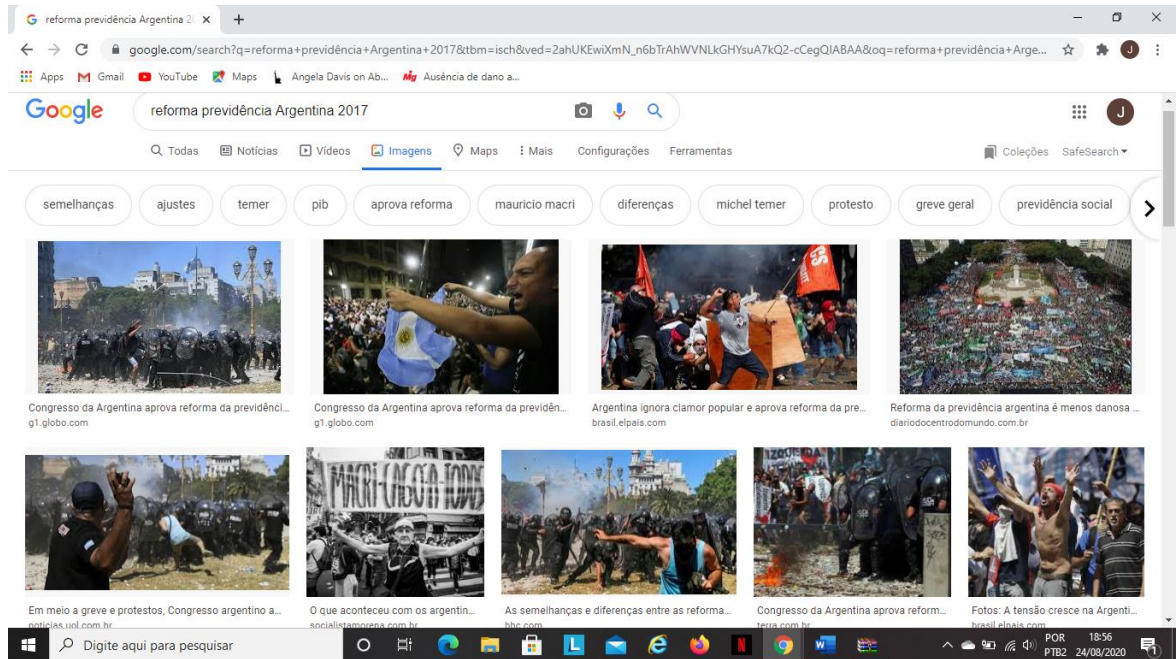
O senado federal aprova o projeto de “reforma” trabalhista enviada ao congresso pelo então presidente Michel Temer por 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção. Alguns meses antes, na madrugada de 27 de abril, a câmara dos deputados havia aprovado o projeto por 296 votos a favor e 177 contra.

Em 28 de abril foi realizada a maior greve geral da história do país. Paralisações foram registradas em 150 cidades brasileiras. 70 mil pessoas estiveram em ato realizado no Largo da Batata em São Paulo. Centrais sindicais estimam que 40 milhões de trabalhadoras e trabalhadores aderiram ao movimento.

No dias da votações, a despeito de diversas tentativas de obstrução por parte da oposição legislativa, não foram registrados significativos protestos no país.

Uma breve pesquisa no Google com as palavras “reforma previdência Argentina 2017” e “reforma trabalhista Brasil 2017” mostra os seguintes resultados:

Figura 1 –Resultado da pesquisa no Google realizada com o termo “reforma previdência Argentina 2017”.



Fonte: Google (2020).

Figura 2 –Resultado da pesquisa no Google realizada com o termo “reforma trabalhista 2017”.



Fonte: Google (2020).

INTRODUÇÃO

A ideia dessa tese, ainda como projeto de pesquisa para ingresso no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, nasceu em 2016 em Buenos Aires. Mauricio Macri havia acabado de assumir a presidência e a cidade ainda tinha inúmeros cartazes da eleição do ano anterior. A presença de Perón era muito real. Cheguei a brincar que parecia que ele estava vivo e concorrendo. Como brasileiro, eu sabia muito pouco sobre peronismo. Sabia que era um movimento importante da política argentina, mas sequer sabia as datas em que ele ocupou a presidência. Na minha cabeça, Perón era um ditador, um caudilho, um líder populista. Informações do senso comum.

Resolvi, então, fazer a comparação nada original entre Vargas e Perón. Nada original porque não são poucos os estudos ou referências a esses dois importantes líderes políticos sul-americanos. A originalidade, quesito fundamental para uma tese de doutorado, estaria na análise sob o enfoque do direito do trabalho.

Mas eu não queria comparar leis. Lei do Contrato de Trabalho (LCT), Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Estatuto Del Peón, Lei de Personeria Gremial etc, não significam nada em abstrato. A comparação de legislação podia tornar o trabalho enfadonho e necessariamente falho, pois é impossível comparar legislações trabalhistas de dois países em todos os seus efeitos. Como Vargas e Perón são figuras históricas, o trabalho teria que ser de história, e história do direito não é história das leis.

Não sabia exatamente o que focar, mas sabia que queria fazer esse estudo. Até que uma noite, em uma milonga portenha, entre uma apresentação de tango e outra, saio para fumar um cigarro com a Mila, minha esposa, e um animado grupo de argentinos ao perceber que éramos brasileiros começa a puxar assunto. Eles queriam saber o que estava acontecendo com o Brasil. Por que a Dilma estava sofrendo um processo de *impeachment*, àquela altura já na fase final de julgamento pelo Senado, e por que as pessoas não estavam na rua para defendê-la. Perguntas difíceis.

Papo vai, papo vem, falamos da eleição de Mauricio Macri. O grupo era de pessoas da “frente de izquierda”, uma coalizão de partidos e movimentos trotskistas, e em certo momento eu faço alguma referência ao peronismo de esquerda quando sou interpelado por uma das argentinas que disse: “no hay peronismo de izquierda!”. Pronto. Tinha acabado de

definir meu tema de pesquisa. Ali. Em uma milonga de Buenos Aires, entre um *show* de tango e outro.

No dia seguinte fui a um sebo da Avenida Corrientes procurar livros sobre o peronismo. Visito vários. Até que em um deles havia um senhor, fumando um cigarro e lendo um livro de cabeça baixa no fundo da livraria, que me perguntou se poderia ajudar em algo. Eu disse que queria livros de “crítica peronista”. Ele me pergunta: “critica de izquierda o de derecha?”. Respondo de esquerda. Saio de lá com uma pilha de livros e uma missão: tentar entender o que é isso de peronismo.

Li os livros, procurei fontes na *internet*, falei com pessoas e fiquei fascinado. Nunca tinha visto um movimento político daquela natureza e magnitude. Começo a escrever o projeto e percebo que eu só falava de Perón. Onde estava Getúlio? Precisei contrabalancear o recorte. Ainda assim algo estava faltando. Ou eu ia estudar se o peronismo era de esquerda ou de direita? O que isso tem a ver com Getúlio Vargas? E com o direito do trabalho?

Dizem que uma tese de doutorado vai se fazendo ao longo dela. Um bom sumário é fundamental, mas ele vai mudar. E assim foi. Depois de muita leitura, muita reflexão, muitas conversas, eu estava decidido: queria estudar a relação do peronismo e do varguismo com a classe trabalhadora na formação da legislação trabalhista em seus países. Mas ainda sentia falta de algo.

Que legislação trabalhista era essa? Eu iria cair no erro que não gostaria de cometer de ficar comparando leis. Eis que leio mais alguma coisa e me deparo com o debate introduzido por Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira sobre o papel da classe trabalhadora na formação do trabalhismo. Ela e ele propunham uma visão diferente da análise geral do populismo. Ela propunha a noção de pacto, que trabalhadoras e trabalhadores aderiram ao varguismo em troca de benefícios concretos auferidos pela legislação. Mas que isso não era mera submissão. A adesão era consciente. Jorge Ferreira ia além e buscava como as pessoas realmente apoiavam Vargas, sob qual fundamento, por quais interesses.

Como existe um campo de leitura do direito do trabalho que insiste na tese da doação de direitos por um líder corporativista, e até mesmo fascista, e outra linha que defende que a legislação trabalhista nada mais fez do que abafar a luta de classes e impedir que trabalhadoras e trabalhadores cumprissem sua missão revolucionária, senti que tinha um objeto: buscar um outro caminho. Trazer as leituras de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira para o direito. Entender qual o papel da legislação trabalhista, de Vargas e de Perón, na noção de classe trabalhadora de Brasil e Argentina.

As pessoas fazem as histórias ao mesmo tempo em que as vivências históricas moldam as pessoas. A classe trabalhadora foi beneficiada pela legislação trabalhista no Brasil da Era Vargas e pelo fortalecimento institucional do sindicalismo argentino com Perón. Essas pessoas beneficiadas aderiram aos projetos políticos de turno em razão de melhorias concretas de suas condições de vida. Isso não significa, entretanto, que não tenha havido resistência e dissidência. Tampouco significa que essas lideranças políticas eram realmente populares no sentido de favorecimento de classe.

A história é mais complexa que isso, e trazer a complexidade histórica para qualquer análise da realidade concreta é missão que não é fácil, mas que deve ser enfrentada por quem quer fugir da impressão fácil do senso comum.

Nesse sentido, inicio o trabalho com o prólogo que sintetiza muito de minhas inquietações. Quem nunca se deparou com o pensamento de que o povo argentino é muito mais “politizado” ou “combativo” que o brasileiro? Mais do que um sentimento, essa opinião ganha contornos concretos quando se verifica que por lá não há vida fácil para quem tenta reduzir ou retirar direitos, seja de qual natureza for. Existe um ditado corrente que diz que na Argentina a política acontece nas ruas. Mas isso não significa que lá seja melhor do que aqui, ou que o povo argentino tenha melhor consciência de sua condição do que o povo brasileiro.

Na verdade, o que há são experiências históricas distintas que acabaram por desembocar na situação concreta que existe atualmente nos dois países. Não existem melhores ou piores. Aliás, sequer a rivalidade insistentemente fomentada no campo do futebol, por exemplo, resiste a uma noite com vinho e tango em Buenos Aires ou a um sábado com samba, feijoada e cerveja em São Paulo.

E dois países com tantas semelhanças e, ao mesmo tempo, tantas diferenças é o espaço ideal para a realização de uma comparação que não tem outro motivo a não ser tentar entender melhor o Brasil. Como brasileiro, confesso o intento deliberado de não tentar formular soluções para a Argentina. Nem seria o meu papel. Se eu conseguir entender, e explicar, o fenômeno complexo do peronismo já ficarei feliz. Contudo, por ter compromisso histórico com o Brasil, aqui a análise ganha mais responsabilidade. Não pretendo, é claro, ser um solucionador de nossos problemas. Pois nem Hércules daria conta de tal trabalho. Porém, a responsabilidade de realizar um estudo de doutorado em uma universidade pública no Brasil de 2021 me coloca uma tarefa maior do que ser mero expectador. Se ao final da

tese eu tiver conseguido contribuir para um debate mais racional na insanidade em que estamos metidos já poderei me dar por satisfeito.

E para tanto, divido esse trabalho em cinco partes. Na primeira, procuro manter esse caráter introdutório e explicar os fundamentos teóricos de minha análise. Longe de ser uma explanação exaustiva, e até enfadonha, sobre método o que pretendo é explicar minha noção de classe, o contexto histórico do surgimento das lideranças nacional-populares e porque não considero o termo populismo mais adequado para tratar o problema.

No segundo capítulo enfrento a questão específica da história do peronismo com o cuidado de tornar palatável para o público brasileiro nomes, datas e eventos históricos que nunca ouvimos falar. Um fenômeno complexo e gigante como é o peronismo não poderia ser explicado talvez nem em uma tese só para ele. São comuns, por exemplo, recortes específicos, como a relação com o movimento sindical, a construção da figura popular de Evita, a política econômica de Perón etc. Mesmo correndo o risco de não aprofundar todos esses temas da maneira que seria esperado, pretendo expor as linhas gerais do que consegui apreender desse campo político. Porque mais do que um período ou um movimento, o peronismo é uma forma de se entender e, principalmente, de se fazer a política na Argentina.

No capítulo três sugiro, como o próprio nome literalmente explica, uma interpretação do varguismo. Ao contrário do caso argentino em que muitas vezes sequer ouvimos falar dos eventos históricos, apesar de estarmos tão perto uns dos outros, o caso brasileiro me permite ser mais analítico e menos explicativo. Claro que minha interpretação está em tudo o que eu faço, a simples escolha de palavras já é um ato de opinião, mas me permiti ser menos preso a datas, nomes, números no caso brasileiro.

A partir do terrível diagnóstico de que nossa democracia corre perigo no Brasil de 2021, pretendi fincar a análise nessa relação de Vargas com a construção das liberdades sem cair no maniqueísmo de que ele foi um ditador fascista ou um líder popular que contribuiu para o avanço das condições da classe trabalhadora brasileira. Existem mais caminhos possíveis do que isso.

No capítulo quatro pretendo analisar a intrincada relação entre o trabalhismo brasileiro e o peronismo com a classe trabalhadora de cada país na perspectiva de quem trabalha. Diversos foram os estudos sobre a formação da classe operária na Argentina e as origens do peronismo ou sobre a adesão de trabalhadoras e trabalhadores ao varguismo ou, ainda, os efeitos da imposição da estrutura do chamado sindicato de Estado sobre as entidades sindicais brasileiras. O que tento fazer aqui, contudo, é analisar como a classe

trabalhadora de Brasil e Argentina lidaram com as condições específicas e concretas do trabalhismo e do peronismo.

Por fim, a tese conta ainda com um anexo, em que eu analiso como estão as estruturas sindicais de Brasil e Argentina legadas por Vargas e Perón na atualidade. A crise do movimento sindical é uma tendência mundial. Trabalhadoras e trabalhadores se afastam de formas de representação pouco atraentes e muito burocratizadas. A culpa não é de um ou de outro modelo. Esse anexo surgiu como um artigo independente, a partir de tudo o que eu estava estudando, e como subproduto da tese analiso como as estruturas sindicais refletiram, e se refletiram, os contextos históricos em que foram forjadas.

No meio desse trabalho aconteceu uma pandemia. O prazo inicial foi estendido e muito do resultado final foi impactado por esses meses, já mais de um ano, de isolamento social e profunda perplexidade por um governo que não tem qualquer preocupação com sua gente. O negacionismo, a preocupação com a “morte de CNPJs”, o deboche e o desprezo com a vida humana colocaram o Brasil no limiar de uma experiência histórica absolutamente destruidora.

Longe de oferecer uma análise exaustiva sobre Vargas e Perón, o que quero com esse trabalho é que ao menos sejam lançadas as bases iniciais para um estudo mais sistemático sobre as histórias e o direito de ambos os países. Ao invés de reclamar que na Argentina as pessoas protestam mais e melhor que no Brasil, podemos tentar entender o porquê. E entender também que o povo brasileiro não é esse ser passivo e alienado como querem nos fazer crer. Ele é, antes de tudo, um sobrevivente.

1 CAPÍTULO 1 – AINDA NOTAS INTRODUTÓRIAS

Oto
 Oto, otorrino
 Larin
 Larilaringologolo
 Oto
 Oto, otorrino
 Larin
 Larilaringologolo
 El otorrinolaringólogo (ólogo)
 Como antes también el geólogo (ólogo)
 Y como luego el odontólogo (ólogo)
 Tomaron una decisión
 Llamaron a Pepe el radiólogo
 Y a su compadre el entomólogo
 Y acompañados del cardiólogo (ólogo)
 Se fueron a bailar el son
 Jefe si usted le baila (chachachá, chachacha)
 Jefe si usted le baila (chachachá, chachacha)
 (“El Otorrinolaringolo”, Las Taradas)

1.1 UMA NOÇÃO THOMPSONIANA DE CLASSE

É inegável que tanto Vargas quanto Perón utilizaram uma retórica que colocava a figura do trabalho, e do trabalhador, em destaque. Angela de Castro Gomes afirma que o processo de formação do trabalhismo varguista, em alguma medida, é “a trajetória da incorporação da classe trabalhadora ao cenário político da sociedade brasileira, ou seja, o processo pelo qual esta classe trabalhadora ganhou o *status* de ator político influente na vida institucional de nosso país”.³

Contudo, como a própria autora demonstra, isso significa que a mediação do Estado nesse processo não tornou a classe trabalhadora livre, muito pelo contrário. Mas a incorporação pelo Estado da retórica do trabalho, e da outorga de direitos trabalhistas,

³ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 299.

constituiu elemento essencial na própria significação que trabalhadoras e trabalhadores têm de seus direitos.

Para compreender isso, é preciso ter como ponto de partida de análise, a noção de classe formulada por Edward Palmer Thompson em sua clássica obra “A formação da Classe Operária Inglesa”:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.⁴

Alguns elementos caracterizadores da análise de classe se sobressaem a partir da perspectiva de Thompson: a classe não possui existência estanque, ela “acontece”; a classe se faz pela partilha, ou herança, de interesses comuns “contra outros homens cujos interesses diferem”; e a classe não possui determinação exclusiva pelas relações de produção. Assim, compreender como os direitos trabalhistas imbricaram-se nas condições das classes existentes e influenciaram a forma como trabalhadoras e trabalhadores se organizaram para reivindicar condições de trabalho é compreender como a própria classe se constitui enquanto tal.

Outra obra fundamental para a compreensão que Thompson tem sobre classe é “Tradição, Revolta e Consciência de Classe”, aqui utilizada em sua edição espanhola. Thompson rejeita as leituras das relações sociais “vistas de cima”. A partir de leituras sobre as relações sociais dos feudos da Idade Média, ele afirma que considerar a “casa grande” como ponto irradiador de todas as relações sociais pode passar a imagem de uma “sociedade de uma classe só”: “a casa grande se encontra no topo e todas as linhas de comunicação levam à sala de jantar, ao escritório ou ao canil da propriedade”⁵.

Além disso, Thompson coloca duas descrições dessas relações sociais consideradas “vistas de cima” e diz que uma leitura desatenta pode levar a crer que ambas descrevam um “proprietário de terras do século XVIII”, mas uma se refere aos “gentry” (grandes

⁴ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa, I, A árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 10. (tradução minha)

⁵ THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de clase*. Trad. Eva Rodriguez. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 17. Original: “la casa grande se encuentra en la cumbre, y todas las líneas de comunicacion llevan a su comedor, despacho de la propiedad o perreras”.

proprietários de terras da nobreza rural inglesa) e outra a um senhor de engenho brasileiro. E completa que, com algumas pequenas correções, essas visões poderiam se aplicar aos patrícios romanos, aos proprietários de terras da Rússia czarista ou a um dono de escravos da Virgínia. É justamente essa visão que ele rechaça. “A vida de uma paróquia pode igualmente girar em torno do mercado semanal, dos festivais e feiras de verão e inverno, a festa anual da aldeia, tanto como ao redor do que ocorre na casa grande”⁶ (tradução minha).

Thompson também faz comentários sobre o famoso prefácio à obra já citada “A formação da classe operária inglesa”, em que ele formulou pela primeira vez sua teoria sobre classe. Não sem certa ironia, ele rebate quem considera a teoria dele “inocente” ou “não inocente” por ser uma rendição ao “empirismo, historicismo etc”. Diz ele: “essas pessoas tem formas muito melhores para definir a classe: definições que podem ser rapidamente apreendidas dentro da prática teórica mas que não carregam em si a fadiga da investigação histórica”⁷

Em um esforço de sistematização sobre sua seminal concepção de classe, o historiador inglês mantém todas as suas posições lançadas naquele prefácio, mas faz alguns adendos aqui resumidos com a manutenção da estrutura de tópicos usada por ele:

1) Classe é uma categoria histórica, ou seja, deriva da observação do processo social ao longo do tempo.

2) É muito fácil supor que as classes existam não como processo histórico, mas apenas dentro de nossas cabeças. Criam-se modelos e estruturas que devem determinar os objetivos determinantes da classe.

3) Muitas vezes classe assume um caráter estático, sociológico ou heurístico, que acaba determinando-a por uma questão meramente quantitativa: número de pessoas assalariadas em determinada profissão, número de pessoas em determinada função etc.

4) Mesmo dentro da teoria marxista, muitas vezes classe assume esse caráter estático, quer dizer, determinada forma de relação de produção capitalista corresponde a um tipo de classe, sua consciência e suas posições, o que acaba por justificar a ação da vanguarda revolucionária que sabe melhor do que a própria classe quais devem ser seus verdadeiros

⁶ Original: “la casa grande se encuentra en la cumbre, y todas las líneas de comunicación llevan a su comedor, despacho de la propiedad o perreras”. THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de clase*. Trad. Eva Rodríguez. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984. p. 17.

⁷ Original: “Estas personas tienen formas mucho mejores para definir la clase: definiciones que pueden, además, ser rápidamente apreendidas dentro de la práctica teórica y que no conllevan la fatiga de la investigación histórica”. THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa, I, A árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 34.

interesses já que essa classe muitas vezes não teve consciência nenhuma ou, no máximo, o que teve foi uma falsa consciência.

5) A classe como categoria histórica pode surgir (a) de uma observação da realidade histórica ou (b) como uma categoria analítica para organizar a evidência histórica, sem uma correspondência tão direta. E ambas as categorias são válidas e podem ser utilizadas.

6) Classe e luta de classes são conceitos inseparáveis. Luta é algo anterior. As classes não existem como coisas separadas que “encontram uma classe inimiga e começam a lutar”. As pessoas fazem parte de uma sociedade estruturada, experimentam suas angústias, aflições e explorações (ou a necessidade de manter a exploração) e no processo de luta se descobrem como classe. “Classe e consciência de classe são sempre as últimas fases, não as primeiras, do real processo histórico”. Toda essa confusão, seja do “positivismo sociológico ou do idealismo marxista-estruturalista”, é consequência do erro de que as classes existem independentemente das relações e lutas históricas e “lutam porque existem ao invés de surgirem da luta”.

7) Por fim, nada do que foi dito pode imputar a Thompson a noção de que ele compreende que as classes existem independentemente de seus objetivos determinantes, ou que classe seja apenas uma formação cultural. Mas não existe uma equação simples que defina classe a partir desses objetivos. Classe acontece com a vivência das pessoas de suas relações de produção dentro das relações sociais com culturas e expectativas herdadas que modelam suas experiências através de formas culturais. Nenhuma formação de classe na história é mais verdadeira ou mais real que outra e a “classe define a si mesma em seu efetivo acontecer”.⁸

Angela de Castro Gomes afirma que Thompson “ênfatiza que a constituição de uma classe trabalhadora é tanto um fato de história econômica quanto um fato de história política e social”⁹ e que:

para este autor, só se pode entender uma classe como uma formação social e cultural que se constrói tanto a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção quanto a partir de suas tradições intelectuais, de seus modelos de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional.¹⁰

⁸ THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de clase*. Trad. Eva Rodriguez. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984. p. 34-39.

⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p. 18.

¹⁰ *Ibidem*, p. 19.

Outro conceito muito conhecido e difundido criado por Thompson é o da “economia moral da multidão”. Ao analisar os “motins de subsistência” da Inglaterra do século XVIII ele descarta a hipótese “espasmódica” de que tais motins tiveram origem única e exclusivamente pela fome que assolava as populações inglesas daquele período. Segundo ele, esses motins foram “uma forma muito complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros” (tradução minha).¹¹

Thompson não ignora, por certo, que tais motins tiveram origem no aumento dos preços, pelas práticas incorretas dos comerciantes e pela fome. Mas ele ressalta que essa situação acontecia dentro de um contexto específico:

um consenso popular em relação a que práticas de comercialização e elaboração do pão eram legítimas e quais eram ilegítimas. Por sua vez, isso estava baseado em uma ideia tradicional sobre as normas e obrigações sociais das funções econômicas próprias dos distintos setores dentro da comunidade, o que, tomados em conjunto, pode se dizer que constituíam a ‘economia moral dos pobres.’¹² (tradução minha)

A despeito de algumas interpretações equivocadas sobre a economia moral, pontuadas por Josep Fontana no prefácio à edição espanhola da obra mencionada¹³, que entendem o conceito de “economia moral” com uma forma de retirar elementos econômicos da história ou, ainda, como um conceito abstrato e universal aplicável a outros momentos e outras sociedades da história, o que defendo aqui é justamente o que Thompson sempre quis dizer: cada sociedade deve ser analisada em sua especificidade, em o que a torna concreta e diversa.

Economia moral não é um conceito que ignora elementos econômicos na constituição da classe, tampouco é um conceito que pode ser aplicado indistintamente na análise do trabalhismo brasileiro ou do peronismo argentino. Mas essas questões relacionadas à Thompson, ajudam a entender o porquê da constituição da classe trabalhadora nos dois países aconteceu de determinada maneira. Ou melhor, quais eram as angústias, os anseios, as experiências partilhadas, as experiências herdadas e como os sujeitos históricos utilizaram de toda essa experiência para se constituírem como classe. Somente a partir de então é que

¹¹ THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*. Trad. Eva Rodriguez. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984. p. 65. Original: “fue una forma muy compleja de acción popular directa, disciplinada y con claros objetivos”.

¹² Ibidem, p. 66.

¹³ FONTANA, Josep. Prólogo. In: THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*. Trad. Eva Rodriguez. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984. p. 7-8.

podemos enfrentar o problema do desmonte da legislação trabalhista no Brasil e os “vai e vens”¹⁴ da legislação argentina em perspectiva histórica.

1.2 ESPAÇO DO PROBLEMA: BRASIL E ARGENTINA NA PERIFERIA DO MUNDO¹⁵

Por que acho necessário explicar o motivo do estudo de Brasil e Argentina? Na verdade, mais do que explicar o tema de pesquisa, proponho-me aqui a fazer uma breve reflexão.

Desde o formato tradicional do curso da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que insere direito romano no primeiro ano da graduação até um Ministro da Justiça e Segurança Pública justificar em uma rede social seu “pacote anticrime” com excertos da legislação da Alemanha, somos bombardeados com uma visão jurídica que não fornece análises, e muito menos soluções, para os nossos próprios problemas. Não se trata aqui de crítica indiscriminada ao direito romano, que sabidamente possui relevante influência no sistema da *civil law*. Por outro lado, no caso do “pacote anticrime”, utilizar países com realidades de letalidade policial muito diversa da nossa para justificar a inclusão de mais uma possibilidade de excludente de ilicitude para cometimento de crimes por polícias, parece ser um equívoco jurídico e um erro político.¹⁶

Moro, consciente ou inconscientemente, fornece um exemplo de direito comparado que não quero: a simples comparação de textos legais ou pior, a importação acrítica de modelos. Conceituar uma hipótese de legítima defesa, expandindo o conceito para casos de crimes cometidos pela polícia brasileira (uma das que mais mata no mundo) e justificar isso falando com base na Alemanha ou em Portugal – países que sabidamente não padecem da

¹⁴ Ver: TOSELLI, Carlos A. Uma História sem fim. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (coord.), *O Direito do Trabalho comparado em perspectiva histórica*. Campinas: Lacier Editora, 2021. p. 41-58.

¹⁵ Parte das conclusões preliminares deste subcapítulo foram apresentadas na forma de resumo submetido por mim com o título “Capitalismo periférico e direitos sociais: varguismo e peronismo no canto do mundo”, ao IV Encontro Nacional da Rede Nacional de Grupos de Pesquisa e Extensões em Direito do Trabalho e da Seguridade Social (RENAPEDTS), realizada entre 20 e 21 de setembro de 2018 em Belo Horizonte, MG. O texto foi alterado, algumas citações e ideias foram suprimidas, outras acrescentadas.

¹⁶ Em 20.05.2019 o, então, Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, postou na rede social *Twitter* que: “Propomos no projeto de lei anticrime que se alguém em legítima defesa, ou seja, reagindo a agressão injusta, exceder-se, o juiz poderá deixar de aplicar a pena ou diminuí-la ‘se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção’. Para desinformados seria uma norma bárbara, uma licença para matar. Já mostrei aqui que o texto proposto é uma cópia da Seção 33, do Código Penal Alemão. Mas também tem disposição quase idêntica no Código Penal (CP) português, art. 33, sobre excesso em legítima defesa. Está lá no CP português, “o agente não é punido se o excesso [em legítima defesa] resultar de perturbação, medo ou susto, não censuráveis”. Podemos até ser acusados de copiar e colar códigos estrangeiros, mas não de propor algo extravagante. Informe-se e apoie o projeto anticrime”.

pandemia de violência policial que temos no Brasil – é desconsiderar completamente os elementos históricos, políticos, sociais e econômicos sob os quais o direito se assenta. São esses erros que tento a todo custo não cometer.

Entretanto, para fazer essa análise é preciso que uma reorientação seja realizada, uma fuga do eurocentrismo teórico que utiliza categorias de análise europeias para a compreensão da história periférica. Trata-se de realizar o papel de “eletricista” que Serge Gruzinski sugere que “viria reparar o que o tempo e os historiadores desuniram”¹⁷. Ou seja, utilizar a teoria como uma espécie de fita isolante que reconstrua a realidade, não de maneira separada, mas ao contrário, que a faça fluir, que leve em consideração seus elementos pulsantes. O autor possui uma contribuição importante para essa reorientação da leitura dos países não europeus. Um dos expoentes do multiculturalismo, Gruzinski utiliza-se, por exemplo, da leitura de um historiador asteca¹⁸ para refutar uma visão eurocêntrica da análise do continente americano. Na passagem abaixo pode ser encontrado um bom exemplo de sua argumentação:

como conceber as circulações e as relações entre mundos e histórias múltiplas, se o eurocentrismo, se não for o provincialismo, com seu gosto pelo exotismo e o primitivo, entrava ou parasitava a leitura dos passados não europeus? Os trabalhos dos historiadores da Europa ocidental não nos ajudam a olhar para além dos limites dessa porção do mundo; e seus colegas americanos, ainda muitas vezes presos a fronteiras herdadas do século XIX, não nos trazem ar fresco.¹⁹

O autor tem sua medida de razão quando diz que os trabalhos de historiadores europeus não nos ajudam a compreender “para além dos limites dessa porção do mundo”. É claro que tal visão não pode ser considerada em todos os seus exageros. Não é porque determinado trabalho foi realizado por alguém na Europa que ele não serve como base teórica para estudos. Até porque, se isso fosse verdade, uma grande porção das referências utilizadas nas páginas deste trabalho estaria invalidada. Entretanto, quando o meu objetivo é compreender o Brasil ou a América Latina efetivamente devo buscar teorias interpretativas que levem em consideração as suas próprias particularidades.

¹⁷ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 45

¹⁸ Domingo Francisco de San Antón Muñoz Chimalpain foi um historiador e nobre asteca, convertido ao cristianismo, que viveu entre 1579 e 1660 e escreveu sobre o mundo da colonização mexicana a partir da ótica local. Gruzinski utiliza essa visão para desenvolver seu argumento.

¹⁹ GRUZINSKI, op. cit., p. 41.

Assim, a busca pelo que nos torna particulares, sem perder de vista o caráter geral da teoria aplicada, é um desafio que deve ser encarado para que possamos nos compreender enquanto parte periférica do mundo.

Outro importante elemento para a análise, é a utilização da conceituação de “longa duração” de Fernand Braudel:

estou plenamente de acordo tanto com Galbraith como com Lenin, apenas com a pequena diferença de que a distinção setorial, entre o que eu cham*o de ‘economia’ (ou economia de mercado) e ‘capitalismo’, não me parece uma característica nova, mas uma constante da Europa, desde a Idade Média. E como esta outra diferença: é preciso acrescentar ao modelo pré-industrial um terceiro setor – o andar térreo na não-economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem o prender integralmente. Este andar térreo é enorme. Acima dele, a zona mais representativa da economia de mercado multiplica as ligações horizontais entre os diversos mercados; nela um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços. Finalmente, ao lado, ou melhor, acima desta camada, a zona do contramercado é o reino da esperteza e do direito do mais forte. É aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo – ontem como hoje, antes como depois da Revolução Industrial.²⁰

Quando Braudel afirma que “economia” e “capitalismo” não seriam características novas, mas sim uma constante na Europa desde a Idade Média, ele aplica uma das mais marcantes categorias de análise de sua obra, a chamada “longa duração”. Contudo, dizer que a “característica” do que ele chama de capitalismo seria uma constante na Europa desde a Idade Média não significa dizer que a história é estática. A dinâmica da história está presente em Braudel e é possível identifica-la nessa mesma passagem.

Utilizar o conceito de longa duração, ainda que econômico, aliado ao de formação das identidades sociais na formação da classe trabalhadora é muito útil, pois com isso posso colocar em um plano de análise os efeitos de longo prazo das vivências e partilha de experiências de trabalhadoras e trabalhadores na década de 1930, por exemplo.

Mas, Braudel usa o modelo de desenvolvimento histórico de longo prazo para outro fim, para dizer que o que ele chama de mercado existia desde muito tempo, desde as cidades gregas, por exemplo, e com isso criar uma espécie de estrutura tridimensional em que há uma zona de não-economia na base, um mercado acima dela, e no topo o que ele chama propriamente de capitalismo. É claro que essas camadas se tocam, se relacionam e se influenciam, mas é como se houvesse no topo disso tudo o capitalismo como um lugar onde se obtém uma alta taxa de rentabilidade, o “reino da esperteza e do direito do mais forte”.

²⁰ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. II – O jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 197.

Para Braudel, existe uma relação complexa entre capitalismo e economia de mercado, que não se confundem, mas se inter-relacionam²¹.

A partir de Braudel consigo trabalhar as noções de centro, periferia, zonas de alta rentabilidade e expansão do capital. Essa noção territorial vai ser incorporada por David Harvey, que confere grande importância para a esfera da circulação de capitais como elemento central do modo de produção:

Acredito que todos nós concordamos de modo aceitável que a reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito. Podemos considerar a circulação do capital um processo contínuo, no qual se usa moeda para adquirir mercadorias (força de trabalho e meios de produção, como matérias-primas, maquinário, insumos de energia etc.), com o objetivo de combiná-los na produção e fabricação de uma nova mercadoria, que pode ser vendida pela moeda gasta inicialmente mais o lucro.²²

A circulação de mercadorias de Harvey se relaciona diretamente com a questão territorial, pois a circulação ocorre em uma dimensão espacial. Assim, ao incorporar o elemento do território à análise do capitalismo e suas crises, o autor considera que uma das formas possíveis para superação dessas crises se dá por intermédio dos ajustes espaciais no âmbito da circulação. Esses ajustes fazem com que as alianças regionais de classe ganhem proeminência para a atração de excedentes de capital, trabalho e infraestrutura. Esse ponto é fundamental para que a análise de Brasil e Argentina possa ser inserida dentro de uma regionalidade capitalista e é fundamental para a compreensão do desenvolvimento histórico dos dois países.

Por fim, uma análise que entendo importante também para a compreensão do desenvolvimento dos dois países, é a de Giovanni Arrighi em sua obra “O longo século XX”. Arrighi se autodeclara amplamente referenciado em Braudel, Marx e Harvey, além de diversos outros autores citados já na introdução de seu livro. Ao associar Marx e Braudel, por exemplo, ele traz a análise sobre ciclos sistêmicos de acumulação que ocorreriam com expansão material complementada por expansão financeira. Uma formulação importante da obra de Arrighi que aponta para esse caminho pode ser encontrada na seguinte passagem:

²¹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. II – O jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

²² HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 129.

a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dídivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD').²³ (destaques do original)

Ao trabalhar a noção de ciclo sistêmico de acumulação e que o “capitalismo histórico” possui um “padrão reiterado”, Arrighi deliberadamente incorpora a noção de “longa duração” braudeliana à análise do capitalismo que o próprio Marx formula (a fórmula DMD' é utilizada por Marx n' *O Capital* para designar o que ele chama de “fórmula geral do capital”²⁴). Ainda, ao incorporar o elemento da crise e das transformações do capitalismo – especialmente utilizando o conceito de David Harvey de “acumulação flexível” – Arrighi²⁵ cria um instrumental muito valioso para a compreensão dos processos de acumulação em suas dinâmicas territoriais.

Brasil e Argentina se beneficiaram de ciclos de acumulação diferentes, em momentos históricos diferentes. O que o ciclo inglês representou para a Argentina é a mesma coisa, guardadas as devidas proporções, que o ciclo dos EUA representou para o Brasil. Daí não é de se surpreender que na primeira metade do século XX a Argentina vivesse a *belle époque*

²³ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996. p. 6.

²⁴ “O algodão comprado por £100 é revendido por £100 + £10, ou por £110. A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D', onde D' = D + ΔD, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (surplus value). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital (...)A repetição ou renovação da venda para comprar encontra sua medida, tal como esse processo mesmo, num fim último situado fora dela, a saber, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para vender, ao contrário, o início e o fim são o mesmo: dinheiro, valor de troca, e, desse modo, o movimento é interminável (...)Comprar para vender, ou, mais acuradamente, comprar para vender mais caro, D-MD', parece ser apenas um tipo de capital, a forma própria do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro. Eventos que ocorram entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação, não alteram em nada essa forma de movimento. Por fim, no capital a juros, a circulação D-M-D' aparece abreviada, de modo que seu resultado se apresenta sem a mediação ou, dito em estilo lapidar, como D-D', dinheiro que é igual a mais dinheiro, ou valor que é maior do que ele mesmo. Na verdade, portanto, D-M-D' é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação”. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 (versão eletrônica). p. 170-171/173

²⁵ ARRIGHI, op. cit.

de seu desenvolvimento social e econômico. Perón, aliás, utiliza bens de capital inglês para cobrar dívida financeira inglesa após a segunda guerra mundial, como será visto mais adiante, assim como Vargas utiliza os acordos de Washington para conseguir a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em troca do apoio aos aliados.

É um importante elemento para essa análise da inserção de Brasil e Argentina em seus locais no mundo é a afirmação de José Luis Fiori que de maneira contundente – referindo-se aos países utilizados como casos de desenvolvimento econômico para seu estudo – diz que “nenhum caso de desenvolvimento econômico nacional bem-sucedido consegue ser entendido e explicado isoladamente ou a partir de fatores exclusivamente endógenos”.²⁶ Ou seja, é impossível afirmar que em qualquer um dos países estudados por ele (Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Japão, China, Coreia, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Argentina e Brasil) o desenvolvimento econômico não ocorreu inserido em movimentos sistêmicos “de natureza geopolítica”. Como esse grupo de países é uma amostra bastante representativa de países do centro e de uma semi-periferia é possível afirmar com algum grau de generalização que as relações geopolíticas, especialmente as relações entre centro e periferia, são determinantes para o desenvolvimento econômico das nações.

Refiro-me especialmente às relações entre centro e periferia, porque Brasil e Argentina figuram na lista dos países estudados por Fiori e são casos emblemáticos do desenvolvimento periférico.

Ainda, acredito ser importante considerar as causas do desenvolvimento periférico para aquilo que Ignácio Rangel chamou de “Dualidade básica da economia brasileira”. Nela o autor defende que a economia brasileira se rege por uma dualidade – dialética – que comanda todas as esferas da vida econômica, social e política do país. Essa dualidade seria uma ordem externa voltada para as modernas relações de troca no contexto do capitalismo global e uma ordem interna regida pelas arcaicas relações do subdesenvolvimento brasileiro. “A economia brasileira tem, portanto, um setor capitalista e outro pré-capitalista”²⁷ sentenciou o autor.

²⁶ FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 37.

²⁷ RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Ignácio Rangel, 1999. p. 24.

A dialética do pensamento de Ignácio Rangel está presente na forma como ele explica essa dualidade:

as leis da economia brasileira são, em certo sentido, próprias, peculiares. As diferentes economias que nela coexistem não se justapõem mecanicamente. Ao contrário, agem umas sobre as outras, acham-se em constante conflito, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema. Noutros termos, estão em unidade dialética, unidade de contrários.²⁸

De certa forma essa particularidade da economia brasileira explica grande parte de nossas mazelas. O desenvolvimento dependente brasileiro é fruto de uma confluência de fatores que podem ajudar a explicar nossa evolução histórica.

Acredito que um fator de fundamental importância para a essa análise seja o próprio papel do Estado nas economias periféricas. A função do Estado no desenvolvimento econômico é fundamental e já fora afirmado tantas outras vezes. Interessante é notar que essa visão sequer pode ser considerada algo “ideológico”, no sentido de conjunto de ideias orientadas a um fim. Não se trata, portanto, de um estatismo em contraposição a um neoliberalismo vulgar.

Henry Wallich, economista que não pode ser classificado exatamente como socialista, escreveu que no desenvolvimento econômico “derivado” – em contraposição ao chamado “originário” dos países centrais – o governo é o principal agente do desenvolvimento:

quem são, pois, os protagonistas do processo de desenvolvimento? Na maioria dos países menos desenvolvidos, o processo atual de desenvolvimento parece ser um processo predominantemente social, nacional e também nacionalista. Em grau maior ou menor, o Govêrno é o agente mais visível e ativo²⁹

O autor, até pela sua visão política profundamente liberal, faz suas ressalvas quanto às possíveis limitações dos direitos individuais pela forte atuação governamental, mas admite o papel do Estado como fundamental para a realização desse desenvolvimento, diante do diagnóstico de que o desenvolvimento periférico não pode acontecer impulsionado pelo empresário que é fraco por depender de fatores externos.

²⁸ RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Ignácio Rangel, 1999. p. 26.

²⁹ WALLICH, Henry C. Desenvolvimento “periférico”. Trad. João Manuel Cardoso de Mello In: PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

E essa análise é fundamental quando se pretende estudar as conformações políticas e jurídicas de dois dos mais importantes e emblemáticos governantes do continente sul-americano do século XX. Vargas e Perón souberam utilizar muito bem o papel do Estado na indução do desenvolvimento, com todos os seus solavancos erros e acertos. Dificilmente essas figuras políticas teriam tanta proeminência e estariam sendo objeto de uma tese de doutorado em 2021 se esses políticos tivessem adotado uma postura “fraca” na condução de seus países. Seja no aspecto econômico, social, político e, especificamente o que tem me interessado, jurídico, Vargas e Perón souberam canalizar toda a potência do papel do Estado em seus contextos específicos.

Especificamente em relação ao tema desse estudo, ou pelo menos a comparação mais geral entre Vargas e Perón, são diversos os que já tocaram nesse assunto. Uma passagem que ilustra bem o tipo de aproximação mais comumente usada é a de Hernán Camarero, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, em um artigo usado como introdução da obra já citada “*Estudios sobre los orígenes del peronismo*”, de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero³⁰ – tida como uma das principais referências no estudo do peronismo. O autor toca diretamente na comparação entre Vargas e Perón em um ponto que me interessa sobremaneira:

Vale a pena notar que os autores tentaram decifrar as características específicas do peronismo que o diferenciou de outras experiências de regimes popular nacionalistas, particularmente de outra muito relevante e estudada, a do varguismo brasileiro. Segundo eles, esta última realizou de maneira simultânea três processos: o da chegada ao poder do nacionalismo popular, o da industrialização e o do intervencionismo social; assim, dada a ausência de um grande sindicalismo autônomo reformista, o resultado não pôde ser outro que a subordinação imediata e total do proletariado ao Estado populista. Na Argentina, por outro lado, a industrialização era anterior e destituída de políticas redistributivas; assim, a intervenção estatal que mais tarde o peronismo desenvolveu operou sobre um forte sindicalismo que vinha de uma forte luta reivindicativa. Ou seja, no caso do varguismo, foi o Estado que imediatamente e diretamente constituiu a classe trabalhadora como um todo, sem passar pela instância de ter que ‘estatizar’ ou disciplinar organizações existentes (em vez disso, criou os sindicatos ‘de cima para baixo’). O peronismo, por outro lado, representou um caso distinto. Na Argentina, uma vez que os sindicatos eram aparelhos poderosos já antes da chegada do regime populista, este teve que aceitar a posição desses (e, por um período curto, do partido que haviam criado) como mediadores entre trabalhadores e poder político³¹ (tradução minha)

³⁰ MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

³¹ CAMARERO, Hernán. Claves para la relectura de un clásico. In: MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012. p. 34-35.

Concordo com parte da avaliação de Camarero sobre a constituição das relações do peronismo com a classe trabalhadora argentina. Mas não posso concordar, em absoluto, com a avaliação feita em relação ao varguismo. Dizer que o resultado da confluência de fatores que envolveram a ascensão de Vargas ao poder foi “a subordinação imediata e total do proletariado ao Estado populista” mostra o eco de um pensamento dominante criado pelo próprio trabalhismo e sua “ideologia da outorga”. Contudo, é interessante reforçar o que ele diz sobre a “ausência de um grande sindicalismo autônomo reformista”. Não é possível negar isso. Não existia, de fato, no Brasil “um grande sindicalismo” em 1930, ao contrário da Argentina em 1943, quando Perón e Vargas chegam ao poder. Isso é determinante para a relação desses líderes com o movimento sindical. Quanto maior o movimento mais se precisa negociar com ele.

Considero, ainda, que nessa citação estão as bases para um estudo sobre varguismo e peronismo. A investigação sobre os chamados “três processos” – que no Brasil aconteceram simultaneamente, segundo o autor – é a chave para uma compreensão mais acurada dos fenômenos: chegada ao poder de regimes nacionalistas populares; industrialização e intervencionismo social. O intervencionismo social é meu ponto de análise mais evidente, mas os outros obviamente serão tratados, ainda que de maneira incidental para a compreensão dos contextos.

Com isso pretendo obter um panorama geral da constituição política de Brasil e Argentina que me permita averiguar como a legislação trabalhista, ou o chamado “intervencionismo social” atuou e foi absorvido pelas formas de lutas e reivindicações da classe trabalhadora. Note-se que uso o conceito “nacionalismo popular”, tal qual Camarero, e evito o conceito “populismo”. Isso tem um motivo e pretendo explicá-lo.

1.3 POPULISMO: *DEUS EX MACHINA* DA LUTA DE CLASSES

A discussão sobre o conceito de populismo não é simples. Na verdade, para além de uma categoria especificamente delimitada, populismo acaba por muitas vezes designar algo de que se queira falar contra. O uso corrente da expressão é pejorativo. Bolsonaro pode ser definido como populista, da mesma forma como opositores também acusavam Lula de sê-lo.

Em um trabalho que trata de Vargas e Perón, especificamente das ideias políticas e amplitude social, e jurídica, de seus ideários, seria impossível ignorar o conceito de populismo. O que pretendo nessa análise é lançar um questionamento sobre o uso indiscriminado de tal conceito.

Novamente aqui vou me referenciar em Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero e sua obra “*Estudios sobre los orígenes del peronismo*”, dado seu decisivo papel para a interpretação do peronismo. Já na introdução do livro, composto por dois artigos independentes, os autores advertem que consideram o peronismo “um caso peculiar dentro da genérica categoria de populismo, a qual normalmente lhe é atribuída de maneira indistinta pela literatura sociológica e política mais corrente”³² (tradução minha).

Efetivamente, considero que tanto para o peronismo quanto para o trabalhismo varguista, a categoria “populismo” não é exatamente a mais adequada. Se Murmis e Portantiero consideram que o caso argentino seria um “populismo peculiar”, o mesmo poderia ser dito do caso brasileiro, o que mostra que essa categoria não é a que melhor explica tais fenômenos.

Angela de Castro Gomes aponta o que seria uma certa cronologia do uso do termo populismo. Segundo a historiadora, na década de 1950, populismo era muito utilizado, inclusive em meios não acadêmicos, como um sinônimo para popular. Foi apenas após o golpe de 1964 que o termo passou a ser largamente utilizado como meio “acusatório” das políticas do período anterior.³³

Uma posição muito ilustrativa e que ajuda a compreender o problema, é a do historiador inglês Daniel James:

Todos sabem, quase que intuitivamente, que querem dizer pelo termo ‘populismo’ ou ‘ideologia populista’. Estes termos são indicações sucintas que levam a imaginar um número de supostas características muitas vezes baseadas em evidências bastante impressionistas. Esta também é uma familiaridade que baseia-se *no* e gera *o* desprezo. A relativa pobreza da doutrina filosófica formal e a oposição da maioria dos intelectuais aos regimes populistas também tem sua importância. Para muitos marxistas e neomarxistas, também o populismo não provocava muito interesse em si, e, sim, funcionava como um tipo de *deus ex machina* que explicava o desvio da classe operária da sua trajetória historicamente determinada.³⁴

Daniel James é um historiador inglês formado na Universidade de Oxford atualmente professor de História da América Latina na Universidade de Indiana nos Estados Unidos.

³² MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012. p. 50.

³³ GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e trabalhismo. *Revista Varia Historia*, n. 28, p. 55-68, 2002. p. 58-59.

³⁴ JAMES, Daniel. Ideologia popular e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10. p. 5-27, 1985. p. 7.

Sua pesquisa, majoritariamente, é sobre o peronismo e a classe trabalhadora argentina. Na passagem acima transcrita, James reforça a necessidade de olharmos para o populismo a partir das experiências e necessidades materiais do grupo de indivíduos, na maioria das vezes a classe trabalhadora, que sustenta a ideia do líder popular, algo que se relaciona diretamente com as ideias de Thompson trazidas no início deste capítulo.

Sem isso, a noção de populismo funciona mesmo como uma espécie de *deus ex machina* que, através de uma intervenção inexplicável, surge na cena política da história para desviar as sociedades de sua construção democrática, na visão liberal, ou a classe trabalhadora de sua emancipação, na visão marxista. Sem a busca pelas condições concretas em que puderam emergir os fenômenos políticos comumente identificados populistas, essa ideologia, ainda segundo James, seria apenas uma falsa consciência, com seus “princípios formais e intelectualmente inferiores” explicados e descritos sem a análise dos “fatores estruturais verdadeiramente importantes”.³⁵

No texto referenciado o autor estuda um período denominado de “resistência peronista”, que sucedeu o fim do segundo mandato e a queda de Perón e iniciou uma intensa luta pela restauração do peronismo de um lado contra o esquecimento de toda sua história de outro. Ao relatar a mobilização de trabalhadoras e trabalhadores durante o período da “resistência peronista”, Daniel James utiliza números impressionantes:

Os dados sobre as greves no período de 1956-59 revelam uma onda de greves sem paralelo na história argentina. Mais de 5 milhões de dias de trabalho perdidos na Capital Federal, em 1956, com 850.000 trabalhadores envolvidos. Em 1957, algo em torno de 3,3 milhões de dias de trabalho foram perdidos. Depois de um curto intervalo em 1958, o ano de 1959 viu mais de 10 milhões de dias de trabalho serem perdidos somente na Capital Federal, com um número de trabalhadores envolvidos que chegou a 1,5 milhão. Esses dados sobre as greves refletem uma batalha por melhoria de salários mas também são símbolos de uma luta diária nos locais de trabalho, a fim de defender as condições de trabalho e organização sindical conquistadas durante a época de Peron, em oposição ao ataque coordenado pelo Estado e pelos empresários.³⁶

Não é desprezível, ainda, que o autor afirme que “os resultados mais visíveis do período da Resistência foram a confirmação do peronismo enquanto opção majoritária entre os trabalhadores argentinos e sua presença dominante no movimento sindical”³⁷ Assim, é

³⁵ JAMES, Daniel. Ideologia popular e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10. p. 5-27, 1985.

³⁶ *Ibidem*, p. 8-9.

³⁷ JAMES, Daniel. Ideologia popular e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10. p. 5-27, 1985. p. 8-9.

possível afirmar que existem condições concretas de luta por melhores condições de trabalho no movimento sindical argentino amplamente identificadas com o peronismo. Mais do que isso, ao identificarem que as condições de vida do período anterior estavam ligadas às políticas de Perón, o movimento operário argentino passou a encampar a luta pela restauração desse modelo. A ideologia peronista era muito mais do que apenas uma “falsa consciência” do proletariado. Nesse sentido, cabe aqui uma reflexão sobre os conceitos de ideologia.

Efetivamente, “falsa consciência” é uma das hipóteses de reconhecimento e conceituação de ideologia. Contudo, ideologia é um conceito multifacetado, que possui acepções que se sobrepõem e, algumas vezes, pressionam o entendimento de uma sobre outra. A definição dessa complexidade teórica é bem realizada por Terry Eagleton em seu livro “Ideologia: uma introdução”³⁸ em que o autor dispõe de maneira enxuta, mas nem por isso simples ou de fácil compreensão, a discussão em torno da definição do conceito de ideologia.

Eagleton aborda a questão tentando compreender porque no nosso determinado momento histórico o estudo da ideologia praticamente desapareceu dos escritos teóricos. Para o autor, a chamada era do “fim da ideologia” possui significados políticos à esquerda e à direita a depender do contexto histórico em que se apresenta, ideia que é possível transpor para a própria noção de populismo.

Se por um lado, a direita política abandonou o conceito de ideologia no pós-guerra a fim de justificar a reconstrução de um modelo de sociedade pressionado pelo fascismo de um lado da cortina de ferro, e do outro pelo socialismo real, a esquerda acabou por abandonar a ideologia considerando-a totalitária à medida que o ideológico era identificado com o estalinismo. Contudo, essa situação reforça a necessidade cada vez maior de enfrentarmos o estudo da ideologia com a seriedade que o tema exige. Eagleton define de maneira bem clara essa necessidade:

O estudo da ideologia é, entre outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade. A condição de ser oprimido tem algumas pequenas compensações, e é por isso que às vezes estamos dispostos a tolerá-la. O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder, e qualquer prática de emancipação política envolve portanto a mais difícil de todas as formas de liberação, o libertar-nos de nós mesmos. Mas o outro lado da história é igualmente importante. Pois se tal dominação deixar, por muito tempo, de propiciar suficiente

³⁸ EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp; Editora Boitempo, 1997.

gratificação a suas vítimas, então estas com certeza acabarão por revoltar-se contra ela.³⁹

“O estudo da ideologia é, entre outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade”⁴⁰. O autor estabelece, com essa frase de magistral simplicidade e poder de síntese, um campo de análise teórica de eminente importância prática. Não é só isso de que se trata, evidentemente, o conceito de ideologia, mas partir dessa pergunta ajuda a compreender melhor fenômenos ideológicos. Estariam as massas que aderiram ao peronismo ou ao varguismo indo contra seus próprios interesses? Quais eram seus interesses? Responder a segunda pergunta parece mais útil e adequado do que simplesmente montar uma determinada imagem sobre tais movimentos e considerar cumprida a tarefa da análise histórica.

Continuando em sua investigação sobre a ideologia, Eagleton aborda a dificuldade de elaboração de um conceito único que a defina. Em verdade não há uma definição, mas várias definições de ideologia, algumas mais, outras menos, elaboradas. Há conceitos que tratam de ideologia como algo positivo, outros como algo negativo, outros ainda que tentam ser neutros. Há os que validam ideologia como conjunto de ideias, outros que enveredam pelo falseamento das ideias e da realidade através da utilização da ideologia etc. O que é importante para este trabalho é justamente a síntese que o autor tenta fazer ao identificar seis possíveis conjuntos de conceitos que definem ideologia.⁴¹

O primeiro conceito, que o autor chama de “política e epistemologicamente” neutro, seria um “processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social”. Esse conceito poderia ser identificado, de maneira mais ampla, com o próprio conceito de cultura de determinado momento histórico. Obviamente a cultura não é algo neutro, mas sua identificação com o conceito de ideologia seria neutra por ser muito amplo e geral. Um segundo conceito, “um pouco menos geral” seria o conjunto de “ideias ou crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo”, algo como “visão de mundo” de um determinado grupo.

Um terceiro conceito estaria relacionado à “promoção e legitimação dos interesses de tais grupos sociais em face de interesses opostos”. Nesse caso, a ideologia não serviria

³⁹ EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997. p. 13.

⁴⁰ Idem, 1997.

⁴¹ Ibidem, p. 38-40.

apenas a legitimizar as ideias dominantes, mas seria uma espécie de instrumento de disputa entre interesses antagônicos. Os quarto e quinto significados de ideologia estão relacionados e um a coloca como “promoção e legitimação de interesses setoriais” e o outro estaria identificado com “as ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo a distorção e a dissimulação”⁴². Esses conceitos já possuem um caráter político muito forte.

E por fim, o sexto significado de ideologia seria o “cuja ênfase recai sobre as crenças falsas ou ilusórias, considerando-as porém oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo”. Esse último conceito é mais identificado, segundo o autor, com o que Marx desenvolve com o “fetiche da mercadoria”.

O estudo da ideologia é o estudo concreto da ideologia sob o capitalismo, esse modo de produção que tem a capacidade de determinar todas as relações sociais sob o manto da sua própria expansão. E nesse contexto a troca de mercadorias ganha relevância.

Enquanto o produto do trabalho humano é a mercadoria, e a própria força de trabalho adquire essa forma, o seu “enigma” ultrapassa o simples ato de compra e venda. Marx explica que a mercadoria representa muito mais do que apenas um produto passível de ser comprado e vendido, a sua forma acaba por subjugar todas as relações sociais sob o capitalismo, escondida por detrás de uma relação entre coisas:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles. Por meio desse quiprocó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam (...) Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias⁴³

⁴² EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp: Editora Boitempo, 1997.

⁴³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 71.

Essa situação produz efeitos no estudo da ideologia de maneira decisiva. A relação entre possuidores de mercadorias acaba por determinar outras diversas relações sociais sob o capitalismo. Não por outro motivo deve-se buscar as condições materiais em que as pessoas estão inseridas para entender os processos de formação de uma determinada ideologia, sem cair na noção simples de que o fetiche encobre tudo e que toda visão que não seja a de reconhecimento do próprio fetiche está errada. Não pretendo aqui “iluminar” as formas de luta e reivindicação de quem quer que seja. A compreensão das condições de vida das pessoas que participam da sua construção social me parece mais útil. Assim, posso classificar com mais segurança que noção de ideologia estou me referindo, se cultura política de trabalhadoras e trabalhadores, manifestação de ideias orientadas a uma disputa política, legitimação de interesses ou falseamento da realidade, por exemplo.

Retomando, é possível identificar que Angela de Castro Gomes citada no início do presente tópico desenvolve um caminho conceitual semelhante ao de Daniel James ao negar o uso corrente do conceito populismo. A professora entende que, ao não se utilizar desse conceito, seu objetivo é “destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que as ideias e práticas nela contidas são permanentemente reinventadas através do tempo”.⁴⁴

Ainda, ao aprofundar a crítica ao conceito de populismo a autora explica que não pretende negar sua utilização em absoluto, mas dirige sua crítica a uma interpretação majoritária sobre a definição do que se entende por populismo:

Assim, o que se deseja rejeitar na categoria populismo são as idéias que ela sanciona: a de lideranças orientadas basicamente pelo desejo de manipular o povo/trabalhadores e de um povo que se deixa facilmente enganar, comportando-se freqüentemente de forma inconsciente e inconseqüente. Um povo que, como já escrevi, é taxado como inapto ao voto ou, na melhor das hipóteses, ainda não tendo aprendido a votar (...) meu desconforto com a categoria populismo vem do tipo de concepção de política, de políticos e de povo que ela sanciona. Tudo muito simplista e maniqueísta.⁴⁵

Nota-se que existe um entendimento que coloca a classe trabalhadora como sujeito, ou retoma essa narrativa perdida pelo uso equivocado do conceito de populismo. Entender que as massas são simplesmente manipuladas por um grande líder que tem por intenção justamente essa manipulação é retirar o elemento político da própria política. As pessoas se

⁴⁴ GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e trabalhismo. *Revista Varia Historia*, n. 28, p. 55-68, 2002. p. 59.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 63.

orientam por muito mais do que por simples devoção a “seres superiores” que comandam o Estado. Assim como a autora, eu também não pretendo negar em absoluto a existência de autores que utilizam o conceito de populismo, ainda que de forma equivocada, mas que trouxeram grandes contribuições para o debate. Não se trata de reduzir uma obra inteira a um conceito, o que seria até de certa forma sectário, mas sim de reforçar que muitas das vezes o conceito de populismo acaba por ofuscar as verdadeiras questões concretas contidas na essência dos fenômenos políticos.

A autora coloca o populismo como um mito, junto com outros mitos brasileiros, especificamente o mito da “democracia racial” e o mito do país “bonito por natureza”. Castro Gomes faz uma reflexão sobre o próprio conceito de mito, mistificação, e sua utilização política. Assim, ao optar por utilizar o conceito de trabalhismo para descrever Vargas e seu período, a professora entra em sintonia com um discurso que busca entender as relações políticas, econômica e sociais daquele período ao invés de simplesmente jogar tudo na vala comum de um conceito, o populismo, que “evoca a desesperança e o ceticismo” que “narra um destino manifesto que se configura como um impasse permanente”.⁴⁶

Esse impasse, esse ceticismo, essa desesperança parece muito o expediente usado por diversos juristas, alguns até mesmo do direito do trabalho, para dizer que a CLT é uma legislação fascista. Se o conjunto da legislação que nos remete à Era Vargas é fascista então como poderíamos defendê-la? E como poderia a classe trabalhadora se valer de um modelo fascista de legislação para reivindicar direitos e melhores condições de trabalho? Talvez porque chamar a CLT de fascista fosse uma estratégia de desmobilização. De perpetuação dessa desesperança. E um dos antídotos contra isso está na busca da historicidade do processo que legou ao futuro do trabalhismo a estrutura legal que se conhece hoje, e que foi alvo de um desmonte sem precedente.

Essa busca das condições materiais em que os processos históricos aconteceram é o que pretendo fazer no presente estudo, imprimindo, como já venho fazendo, um caráter interdisciplinar à pesquisa em perspectiva comparada, usando a noção de Bernard Lepetit de interdisciplinaridade: “um processo controlado de empréstimo recíprocos, entre as diferentes

⁴⁶ GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e trabalhismo. *Revista Varia Historia*, n. 28, p. 55-68, 2002. p. 67

ciências do homem, de conceitos emblemáticos e métodos para leituras renovadas da realidade social”.⁴⁷

⁴⁷ LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 42.

2 CAPÍTULO 2 – APORTES SOBRE O PERONISMO

Eu não estou interessado em nenhuma teoria
 Em nenhuma fantasia, nem no algo mais
 Nem em tinta pro meu rosto, ou oba-oba, ou melodia
 Para acompanhar bocejos, sonhos matinais
 Eu não estou interessado em nenhuma teoria
 Nem nessas coisas do oriente, romances astrais
 A minha alucinação é suportar o dia a dia
 E meu delírio é a experiência com coisas reais
 Um preto, um pobre
 Uma estudante, uma mulher sozinha
 Blue jeans e motocicletas, pessoas cinzas normais
 Garotas dentro da noite, revólver: cheira cachorro
 Os humilhados do parque com os seus jornais
 Carneiros, mesa, trabalho
 Meu corpo que cai do oitavo andar
 E a solidão das pessoas dessas capitais
 A violência da noite, o movimento do tráfego
 Um rapaz delicado e alegre que canta e requebra, é demais!
 Cravos, espinhas no rosto
 Rock, hot dog
 Play it cool, baby
 Doze jovens coloridos, dois policiais
 Cumprindo o seu duro dever
 E defendendo o seu amor e nossa vida
 Mas eu não estou interessado em nenhuma teoria
 Em nenhuma fantasia, nem no algo mais
 Longe, o profeta do terror que a laranja mecânica anuncia
 Amar e mudar as coisas me interessa mais
 Amar e mudar as coisas
 Amar e mudar as coisas me interessa mais
 (“Alucinação”, Belchior)

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO: UMA BREVE CRONOLOGIA ARGENTINA E A DISPUTA EM TORNO DA INTERPRETAÇÃO DO PERONISMO

Inicialmente, acho importante contextualizar a chegada de Perón ao poder, não porque isso seja mais importante lá do que cá, mas sim porque infelizmente a história sul-americana faz parte dos nossos currículos regulares de maneira muito tangencial. Então, em uma tentativa de tornar essa tese mais palatável acho importante tratar inicialmente de algumas efemérides do país vizinho.

Durante o século XX a Argentina sofreu seis golpes de estado, alternando períodos democráticos (ou semi-democráticos) com ditaduras. Em 1912, o Congresso Argentino aprova a chamada Lei Sáenz Peña, a qual introduziu o voto masculino obrigatório e secreto. Até 1930, a Argentina conviveu com um período de relativa democracia e crescimento econômico. Uma verdadeira “época de ouro” do país.

Em 1930, o General José Félix Uriburu liderou um golpe de estado que inicia o que a historiografia argentina chama de “década infame”. Esse período foi marcado por um rápido e acelerado desenvolvimento industrial. Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero afirmam que “na década de 30, mais concretamente a partir de 1933, a indústria argentina entra em uma etapa de crescimento da qual sairá, de uma situação de atraso, para em uma década ser o setor líder da economia”⁴⁸ (tradução minha).

Contudo, apontam os autores, tal década foi marcada por uma possível contradição entre o governo oligárquico instalado pelo General Uriburu, que atendia aos grandes interesses dos setores rurais mais conservadores e atrasados da Argentina, e uma industrialização típica de processos modernizantes.

Em dezembro de 1943, após um golpe de estado que põe fim à década infame, Perón foi nomeado para a Secretaria de Trabalho e Previdência (STP), órgão que precedeu o atual Ministério do Trabalho na Argentina, e passou a desenvolver políticas de proteção social de maneira acentuada. Com amplo apoio popular, inclusive de trabalhadoras e trabalhadores organizados com sindicatos fortes, Perón foi eleito presidente em 1946 com mais de 50%⁴⁹ dos votos e reeleito em 1952 com 62% dos votos nas primeiras eleições com sufrágio universal da história argentina, tendo o voto feminino sido introduzido por uma lei de 1947

⁴⁸ MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012. p. 60.

⁴⁹ Todas as informações sobre resultados eleitorais utilizadas neste trabalho foram obtidas no site: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/datoselectorales/> Acesso em: 22 fev. 2021.

em uma campanha liderada por sua esposa e autointitulada “chefe espiritual da nação”, Eva Perón. Em 1955, Perón foi deposto por um golpe militar autointitulado de “Revolução Libertadora” e parte para o exílio na Espanha onde vive até 1973. Nesse período, outros dois golpes de estado ocorrem, em 1962 e 1966, e diversas mudanças de poder acontecem naquele país. Em 1973, Perón regressa ao país, disputa novamente eleições livres e é eleito com 62% dos votos, tendo como vice-presidente sua nova esposa, Isabelita Perón. Perón morreu em 1974, Isabelita assume o poder e sofre o derradeiro golpe de estado argentino em 1976, iniciando uma das mais brutais e violentas ditaduras da América do Sul.

Se a relação de Vargas com a classe trabalhadora é algo que dá margem para múltiplas interpretações, com Perón o assunto toma proporções ainda maiores. Jorge Abelardo Ramos – destacado militante político, intelectual, historiador, jornalista e fundador do Partido Socialista da Esquerda Nacional (PSIN na sigla em espanhol), partido pelo qual chegou a concorrer à Presidência da Nação – busca uma explicação:

A descrição das principais medidas legais produzidas pelo Coronel Perón na Secretaria de Trabalho e Seguridade Social explicam de maneira simples o formidável apoio alcançado. É impossível dissociar a atitude do movimento operário após a vigência de tais leis que afetavam a existência cotidiana e a ‘qualidade de vida’ de milhões de almas. Basta mencionar o Decreto-Lei nº 28.852 sobre Associações Profissionais, que proibia a intervenção do Estado nos sindicatos, reconhecia aos sindicatos majoritários a personalidade associativa para negociação e impedia a multiplicação de pequenos sindicatos patronais fictícios utilizados contra as associações. Do mesmo modo, o Decreto-Lei nº 28.164 criava o Estatuto do Peão Rural, assunto jamais legislado na história argentina.⁵⁰ (Tradução minha)

O Estatuto do Peão Rural, ou simplesmente Estatuto do Peão, foi uma das maiores mudanças trabalhistas introduzidas por Perón ainda na Secretaria de Trabalho. Em um país com uma oligarquia rural imensa, que tinha apoiado a ditadura da “década infame”, tal medida provocou intensas paixões. O decreto sobre associação profissional cumpriu um papel bem específico na relação do peronismo com o sindicalismo argentino, como será visto mais adiante. O fato é que após a promulgação dessas leis, Perón angariou amplo apoio nas camadas populares e nos importantes sindicatos já existentes. Mas não se trataram de medidas meramente retóricas. Jorge Abelardo Ramos prossegue:

⁵⁰ RAMOS, Jorge Abelardo. *La era del peronismo*. 8. ed. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1981. p. 145.

Às leis mencionadas, cabe acrescentar a nº 31.665 sobre aposentadoria, que protegia todos os trabalhadores argentinos com um sistema de pensões. Uma lei similar aprovada por Yrigoyen em 1922 havia sido derogada em 1925 pelo democrata Alvear, sob o pretexto de falta de fundos. O decreto-lei 33.302 criou o Instituto de Remunerações que, embora não tenha funcionado de fato, muitos de seus dispositivos foram aplicados futuramente, como as férias remuneradas, os auxílios por doença pagos por até seis meses, indenização por dispensa ou falecimento do trabalhador, etc. A criação dos Tribunais do Trabalho (decreto-lei nº 32.347) é um primeiro enfrentamento à mofada Suprema Corte. Mas traz ao mundo jurídico uma transformação rápida e radical para a efetivação das leis trabalhistas. Em 1944, em dez meses, a Secretaria de Trabalho incorporou aos benefícios previdenciários mais de 2 milhões de pessoas. Compreende-se sem esforço porque a CGT do peronismo chegou a organizar grandes massas de trabalhadores em seus sindicatos ⁵¹⁵²(tradução minha)

Nota-se aqui muitas das paixões de Ramos. O que pode ser entendido como um enfrentamento ao sistema de justiça, com a retirada de poderes de juízes, o autor celebra como enfrentamento à “mofada” Suprema Corte. Efetivamente, Perón entrou em rota de colisão com diversas instituições nacionais e isso colocou o país em ebulição. E a visão sobre esses eventos, no mais das vezes, depende da orientação política do analista.

Contudo, dentro de uma chave de análise de esquerda, esse entendimento de Ramos não é uníssono. Há posições dissonantes que questionam, inclusive, se Perón efetivamente adotou uma postura pró-classe trabalhadora. Juan José Sebreli escreve:

As relações de Perón com o movimento operário seguiram sendo conflitivas mesmo no seu auge. A intenção de Perón de apartar a classe trabalhadora do governo se evidenciou já nas eleições de senadores e governadores em 1946. Perón não se apoiou na CGT, nem no *Partido Laboralista*, isto é na ala operária do movimento, mas na UCR Junta Renovadora e no *Partido Independiente* – ex-conservadores – ou seja na ala burguesa, dando-lhes a maior quantidade de cadeiras e governadores a estes últimos⁵³ (tradução minha)

Sebreli é um atuante crítico literário, ensaísta e filósofo argentino que se opõe radicalmente ao peronismo, que ele identifica com o fascismo. Não concordo com essa visão, ainda que muitos membros do grupo militar de Perón fossem simpáticos ao Eixo durante a segunda guerra mundial. A explicação para o resultado eleitoral de 1946 se dá muito mais

⁵¹ RAMOS, Jorge Abelardo. *La era del peronismo*. 8. ed. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1981. p. 146.

⁵² Hipólito Yrigoyen e Marcelo Torcuato de Alvear foram importantes líderes políticos da União Cívica Radical (UCR) principal partido argentino antes de Perón e ocuparam a Presidência da Nação. Yrigoyen ocupou o cargo entre 1916 a 1922 e 1928 a 1930, e Alvear entre e 1922 a 1928. CGT (Confederación General del Trabajo de la República Argentina), fundada em 1930, é ainda hoje a principal central sindical da Argentina.

⁵³ SEBRELI, Juan José. *Los Deseos Imaginarios del Peronismo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1992. p. 118.

pela falta de uma estrutura partidária sólida do peronismo do que exatamente pelo seu desprezo às organizações de trabalhadoras e trabalhadores.

Por fim, uma análise que se coloca no meio do caminho entre Ramos e Sebreli, é a de Murmis e Portantiero que assim escrevem:

Nosso ponto de vista é que a participação dos trabalhadores nas origens do peronismo deve ser explicada, fundamentalmente, pelo seu contrário, isto é, pela homogeneidade da classe trabalhadora como força de trabalho explorada, em um momento em que culmina um grande ciclo de acumulação sem distribuição⁵⁴ (tradução minha)

E continuam:

No caso da participação operária no peronismo vislumbramos um significativo peso de organizações sindicais com larga tradição anterior que, durante todo o processo de estruturação do nacionalismo popular, mantiveram fortes aspirações de autonomia e que, inclusive, levaram-lhes ao nível da política pela organização do *Partido Laboralista*. Não havia, nesse sentido, uma dissolução da autonomia em favor da heteronomia operária no momento inicial do peronismo na Argentina. Isso ocorreu, efetivamente, em uma etapa posterior⁵⁵ (tradução minha)

Os autores, portanto, consideram que não houve, de imediato, uma perda de autonomia das organizações de trabalhadoras e trabalhadores na formação do peronismo mas, ao contrário, os sindicatos e demais agremiações da classe trabalhadora chegaram a formar um partido. O Partido Laboralista serviu de base de apoio para a candidatura de Perón em 1946 junto com os outros dois partidos citados acima por Sebreli, a União Cívica Radical Junta Renovadora e o Partido Independiente. A conclusão dos autores, porém, revela um traço importante para essa investigação: por ordem do próprio Perón, todos os partidos que apoiaram a sua candidatura foram dissolvidos para a formação do Partido Justicialista. Esse foi o órgão oficial do peronismo na Argentina e, junto com a CGT, hegemonizou o movimento de trabalhadoras e trabalhadores na Argentina durante décadas, de tal forma que, com o recrudescimento da conflagração social até o advento da “revolução libertadora”, não havia muito espaço para dissidências dentro do movimento peronista.

⁵⁴ MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012. p. 178.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 184.

2.2 A QUESTÃO OPERÁRIA NA FORMAÇÃO ARGENTINA

A investigação sobre os processos históricos que permearam a formação do varguismo no Brasil ou do peronismo na Argentina tem por objetivo esclarecer os contextos em que a legislação social foi construída em cada país a partir da perspectiva dos atores políticos envolvidos. A busca pelo substrato social do direito pretende revelar as condições materiais em que determinadas estruturas jurídicas foram criadas e tirá-las da condição abstrata que impede a compreensão de sua relação com o concreto.

Nesse sentido, a compreensão histórica da formação da classe operária argentina, e sua relação com o peronismo, passa necessariamente pelo elemento da imigração. O antigo Vice-Reino do Rio da Prata, e após as guerras de independência as Províncias Unidas do Rio da Prata, utilizaram mão de obra escrava em menor proporção que o Império do Brasil, mas nem por isso insignificante. O que houve, na verdade, foi uma tentativa deliberada de apagar o povo negro da história.

Um das constatações mais óbvias para quem já visitou a Argentina é que existe muito menos população negra por lá do que por aqui. Mas isso é realmente verdade? O que aconteceu com as pessoas escravizadas na Argentina?

Inicialmente, é importante pontuar que a escravidão negra ocupou um papel menos central na composição da força de trabalho na América espanhola que na América portuguesa. Como explicam Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino, estima-se que entre os séculos XV e XIX 12 milhões de escravas negras e escravos negros entraram no “Novo Mundo”. Desses, 1,6 milhão foram para a América Espanhola. Do contingente de escravizados que entraram nos domínios espanhóis, aproximadamente metade foi para os domínios na América Central. Os espanhóis utilizaram largamente, além da mão de obra africana, a escravização indígena.⁵⁶

Além disso, as autoras fornecem uma das hipóteses clássicas de explicação sobre o “desaparecimento” de negros na Argentina:

Do mesmo modo que os homens ilustrados contribuíram para a independência, os mais desfavorecidos membros da sociedade colonial, os escravos negros, marcaram sua presença. Como já vimos, eles foram protagonistas centrais na luta pela independência do Haiti. Mas também lutaram nas guerras na América do Sul. A eles, em geral, era concedida a alforria, caso se alistassem do lado dos insurgentes. Há muitos exemplos a serem indicados. No Rio da Prata, eles integraram vários batalhões e sofreram pesadas baixas. O mais conhecido foi o

⁵⁶ PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 35-116.

‘Batalhão Negro de Buenos Aires’, integrante do exército de San Martín, que atravessou os Andes.⁵⁷ (grifo meu)

O recrutamento em larga escala das populações negras nas guerras de independência da América espanhola, com a promessa de alforria para os escravizados alistados, é uma das causas que historiadores comumente usam para explicar o desaparecimento de pessoas negras na Argentina. Isso acontece, pois as baixas entre essa população – geralmente em idade de constituição de família – durante as guerras foram muito grandes.

Como explica Denise Luciana de Fátima Braz⁵⁸, o contingente de pessoas escravizadas na Argentina foi significativo durante bastante tempo e, quando os espanhóis não conseguiam um grande número de indígenas isso não significou que deixaram de usar mão de obra escravizada. Em determinados locais, durante a colonização espanhola, a população negra chegou a ser superior a de brancos. Mas, além das guerras, outras explicações são possíveis. E Denise Braz nos traz uma hipótese adicional:

O mito do desaparecimento começou a ganhar força por volta do ano de 1853, logo depois da abolição da escravatura. Ou seja, antes disso foram quase 300 anos de uma presença negra ativa e em grande quantidade na cidade. Para entender a diminuição desse grupo, alguns pesquisadores apresentam as hipóteses mais conhecidas atualmente: a epidemia de febre amarela, as guerras e a mestiçagem. Pode até ser que esses fatores tenham causado um descenso da população afro, mas não o seu “desaparecimento”, como muitos pensam e insistem até hoje. O Censo, inclusive, foi o principal motivo para que se fixasse esse mito na mentalidade das pessoas.⁵⁹

A autora não ignora que as guerras foram importantes para o declínio da população negra na Argentina, junto com as péssimas condições de vida dos libertos após a abolição, que os tornou particularmente suscetíveis a doenças e epidemias, e a miscigenação da população. Contudo um elemento extra é trazido pela autora: o censo. A população negra na Argentina foi simplesmente apagada da história de maneira oficial e orientada.

Durante minha pesquisa para o mestrado pude analisar os últimos censos nacionais realizados e observar as mudanças significativas desses números. No censo de 1778, havia entre africanos e afrodescendentes 30% do total da população. Nos censos de 1810 e de 1837, a porcentagem manteve-se equilibrada. Porém, no censo de 1887, já estava avançado o processo da “desaparição” e, por este motivo, a

⁵⁷ PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 34-35.

⁵⁸ BRAZ, Denise Luciana de Fátima. Onde estão os negros na Argentina? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, p. 363-374, jan. 2018.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 370.

porcentagem de afro-argentinos caiu de uma média de 30% para 1,8%. Em apenas 50 anos houve uma queda de mais de 26%. Para justificar tal porcentagem, alguns historiadores recorrem não só às causas citadas no início deste parágrafo, mas principalmente a mudança das categorias étnico-raciais do censo de 1887, que passou a ter duas únicas categorias: branca e negra. Os censos nos anteriores tinham mais opções étnico-raciais como: índio, pardo, mestiço, moreno, negro e branco. Por isso, o censo de 1887 sugere uma explicação melhor para um resultado tão estranho como os 1,8%. Esse censo foi o último realizado no século XIX e acredito que esse resultado tenha fortalecido o mito da “desaparição negra”. A pergunta acerca da autoidentificação étnico-racial só retornou ao censo em 1994, no qual foram incluídos os indígenas e, em 2010, quando incluíram-se os afrodescendentes. Antes do censo de 1994 não havia a pergunta étnico-racial, porque para o Estado estava subentendido que a população argentina era formada por brancos.⁶⁰

Ou seja, entre 1887 e 2010, o censo argentino excluiu a autoidentificação étnico-racial africana de suas pesquisas. Durante 123 anos o Estado argentino entendia que sua população era branca. Essa história de violência e apagamento contribuiu de maneira decisiva para que hoje ao caminhar pelas ruas de Buenos Aires, por exemplo, tenha-se a sensação de que se trata de um país branco, europeizado, pois negras e negros foram simplesmente esquecidos. O Estado simplesmente nunca deu qualquer atenção à essa população, a não ser para enviá-la para guerras. Nenhuma política pública foi voltada a essa população. Assim, não é difícil supor que a população negra argentina, caída no esquecimento – ou pior, vítima de uma política estatal de apagamento – tenha sucumbido a doenças e conflitos, reduzida a condição periférica e isolada, ou simplesmente tenha ido embora.

Até 1853, a população negra argentina era escravizada. Entre 1853 e 1887 era marginalizada, relegada à própria sorte sem qualquer amparo estatal. E de 1887 até 2010 simplesmente não existiu aos olhos do público. A ausência de uma categoria étnico-racial no censo argentino, mais do que uma perversidade demográfica, representa a total e completa falta de políticas voltadas à essa população. Se essas pessoas não “existem” não é necessário que o Estado faça nada por elas.

A história da população negra argentina é a história de um genocídio matemático. O próprio Estado negou a existência de qualquer pessoa negra no país por 123 anos. Diante desse cenário bárbaro, deve-se levar em consideração que o período e os eventos estudados neste trabalho são permeados pela cegueira deliberada do Estado argentino para pessoas negras. O racismo e a tensão racial que o Brasil vive se potencializa na Argentina pois, ainda

⁶⁰ BRAZ, Denise Luciana de Fátima. *Onde estão os negros na Argentina? Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, p. 363-374, jan. 2018.

que em menor número, absoluto ou proporcional, negras e negros argentinos foram “desaparecidos”.

A dizimação, material e simbólica, da população negra fez com que a imigração europeia ganhasse maior importância, e mais cedo, na Argentina do que no Brasil ao longo do século XIX, século marcado por inúmeros conflitos no país. Em 1816, após uma longa guerra de independência contra o Vice-Reinado espanhol as Províncias Unidas do Rio da Prata declaram sua independência no famoso Congresso de Tucuman. Como explicam Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino: “depois de uma efêmera experiência, de década de 1820, em que o país esteve unificado sob um governo centralizado, a Argentina estava organizada como uma instável federação de províncias”.⁶¹

A estabilidade da federação recém emancipada da Coroa espanhola era constantemente ameaçada por conflitos internos, revoltas de províncias e ataques até mesmo do Brasil.⁶² Tais conflitos são, como já exposto, usados comumente para designar uma das justificativas para a população negra ter sido dizimada da Argentina. Efetivamente faltam dados a respeito, mas é corrente o entendimento de que um grande contingente de escravizados foi alistado como soldados nesses conflitos. Nesse contexto, o contingente de imigrantes que ingressou na Argentina foi determinante para a própria formação do país, não só pelas ideias trazidas, mas também pela quantidade de pessoas que ali ingressaram.

Eduardo Zimmermann afirma que entre 1871 a 1914 a Argentina recebeu 3 milhões de imigrantes e que desse contingente, 80% estava em idade ativa e pôde se incorporar imediatamente ao mercado de trabalho.⁶³ Apenas a título de comparação, dados do IBGE dão conta que durante o mesmo período a imigração no Brasil também somou a marca de aproximadamente 3 milhões de pessoas.⁶⁴ Considerando, ainda, que em 1920 a população total do Brasil era de 30 milhões de habitantes e a da Argentina era de aproximadamente 8

⁶¹ PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 47.

⁶² As autoras denominam de “Conflitos no Prata” o período da década de 1810 até 1852 quando na “impressionante Batalha de Caseros” 50 mil homens se enfrentam em Buenos Aires, o ditador Juan Manuel de Rosas é derrubado e uma série de tratados são assinados colocando fim aos conflitos na região, selando a independência do Uruguai e favorecendo interesses e influência brasileira na região. *Ibidem*, p. 48-49.

⁶³ ZIMMERMANN, Eduardo. *Sindicatos y Política en la Argentina (1900-1943)*. *Revista Libertas*, Buenos Aires, v. 2, 1985.

⁶⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. [Apêndice: Estatísticas de povoamento] p. 225.

milhões⁶⁵ não é difícil de concluir os impactos que a imigração provocou na vida dos nossos vizinhos entre o final do século XIX e início no século XX.

O papel da imigração na formação da classe operária argentina, mas não só e também da população como um todo, é enfatizado em diversas análises sobre o período. É avaliação corrente que o elemento da imigração não pode ficar de fora de qualquer análise sobre a história do movimento operário argentino.

Cristina Campolina, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que se doutorou com tese sobre a política trabalhista de Perón, ao analisar a formação da classe operária na Argentina coloca luz sobre o papel da imigração nesse contexto ao afirmar que em 1914 “49% do total da população da Grande Buenos Aires era estrangeira”.⁶⁶

Hiroshi Matsushita, professor da Universidade de Kobe, Japão, desenvolveu seus estudos sobre a relação entre classe operária e Perón na Universidade Nacional de Cuyo, Argentina, e escreveu o que é reconhecida como uma das teses-chave para a compreensão do peronismo: *Movimiento Obrero Argentino 1930-1945*. Neste livro, Matsushita desenvolve uma longa e minuciosa análise sobre a formação do operariado argentino, sua organização política, divisões e sua relação com Perón e com o peronismo.

Uma significativa passagem de Matsushita sobre elementos importantes para a investigação sobre a formação da classe operária argentina pode ser encontrada abaixo. Ao tratar da evolução da classe trabalhadora ao longo do século XIX até 1930 o historiador japonês escreve:

Praticamente durante todo esse período, o desenvolvimento econômico se baseava em diversos fatores de ordem internacional e fatores políticos e econômicos de ordem nacional. Como fator político se destaca a estabilidade política da qual o país gozava durante esse período. Entre os fatores econômicos merece destaque a chegada de enormes contingentes de estrangeiros como mão de obra abundante e o estabelecimento de capitais estrangeiros. Estes dois fatores cuja presença já se notava na década de 1860, adquirem grande importância a partir de 1880 (...) segundo o censo de 1914, os estrangeiros representavam quase 30% da população total.⁶⁷ (tradução minha)

⁶⁵ Segundo dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), órgão oficial do governo argentino que realiza os censos no país. Os dados sobre a população argentina estão no “Portal Población” do INDEC, disponível em https://www.indec.gob.ar/nivel2_default.asp?id_tema=2&seccion=P. Acesso em: 16 jun. 2019.

⁶⁶ CAMPOLINA DE SA, Cristina. Formação da classe trabalhadora na Argentina. *História Revista*, v. 19, n. 3, p. 189-208, 2016. p. 192.

⁶⁷ MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983. p. 21.

Interessante notar que o fator referido pelo autor quanto à “estabilidade política” já foi aqui tratado quando mencionado o fim dos “conflitos no Prata”, conforme explicação de Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino⁶⁸. O período que sucedeu esses conflitos, com certa pacificação nacional e estabilidade da estrutura administrativa como se conhece hoje, foi muito importante para o desenvolvimento nacional.

Em relação à entrada de capitais estrangeiros a que Matsushita⁶⁹ se refere, pode-se usar como comparação os dados dos investimentos britânicos no país vizinho na virada do século XX e colocá-los em perspectiva com o Brasil, confirmando a hipótese de que por lá o ciclo de acumulação britânico foi muito mais profícuo do que por aqui. Como é explicado na obra “História Geral da Civilização Brasileira”:

entre 1880 e 1890, as inversões da Grã-Bretanha na Argentina subiram de 20,3 para 157,0 milhões de libras, chegando a atingir 357,8 milhões em 1913. As inversões britânicas no Brasil cresceram mais lentamente entre 1880 e 1890, quando passam de 39,9 para 68,7 milhões de libras, mas sofrem acentuada expansão entre 1890 e 1913, quando atingem 223,9 milhões.⁷⁰

Contudo, essa situação não lhes foi de todo favorável porque como adverte a citação acima transcrita, os capitais britânicos na América Latina voltaram-se “em sua maior parte ao desenvolvimento de uma indústria de carnes na Argentina quase inteiramente voltada para o mercado britânico”.⁷¹

Entretanto, essa situação colocou a Argentina em posição de destaque no continente e fez com que nossos vizinhos estivessem em uma situação diferente da nossa na relação com as potências mundiais naquele período.

Esse relativo sucesso do caso argentino na virada do século XX pode ser resumido pela passagem de Liliana de Riz, professora da Universidade de Buenos Aires, que traça um panorama de um verdadeiro “período de ouro da Argentina”: “em 1928, a Argentina era a sexta potência no mundo. Na década de 1940 quase não havia analfabetos e a população

⁶⁸ PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 35-116.

⁶⁹ MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983.

⁷⁰ FAUSTO, Boris (coord). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Volume 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)* por Fernando Henrique Cardoso... [et al.]. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 397.

⁷¹ Idem, 2006.

universitária era uma das mais altas do mundo. Ocupava o sexto lugar na escala de renda real *per capita* e o terceiro na de produtividade” (tradução minha).⁷²

Esse processo pode ser explicado com a noção de ciclos de acumulação de Arrighi⁷³ e sua ideia de longa duração. Para essa compreensão, é preciso ser pontuado como o autor narra a derrocada inglesa e a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA). Esse processo marca uma transição da economia inglesa para uma espécie de praça financeira do mundo que utilizaria crédito para acumular capital ao invés de continuar buscando a expansão territorial pelo mercado. A noção de Arrighi já referida de que um período de expansão material é sucedido por um de expansão financeira. Nas suas palavras:

No meio do século que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, o império ultramarino da Grã-Bretanha, e a Índia em particular, haviam-se tornado mais essenciais do que nunca à auto-expansão do capital britânico em escala mundial. Como ressaltou Marcello de Cecco (1984, p. 37-8) ao ampliar a capacidade de seu império de obter divisas estrangeiras mediante a exportação de produtos primários, a Grã-Bretanha ‘conseguiu viver sem ter que reestruturar [sua] indústria e pôde investir nos países em que [o capital] trazia lucros mais altos’ (ver também Saul, 1960, p. 62-3,88). Os Estados Unidos foram o país que captou a maior parcela desses investimentos⁷⁴

Após isso o autor segue analisando como essa política de investimentos da Inglaterra levou o país a um gigante endividamento e como os EUA se beneficiaram desse processo até seu auge que foi a Segunda Guerra Mundial, que acabou com os Estados Unidos sendo potência hegemônica de um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Essa situação acaba por beneficiar de alguma maneira mais a Argentina que o Brasil naquele momento. A Argentina passou por um processo de crescimento econômico anterior ao caso brasileiro, mas nem por isso é possível dizer que houve naquele país condições de superar sua condição de periferia.

Além disso, outro dado relevante trazido por Cristina Campolina, é sobre a divisão populacional argentina entre urbana e rural. Vale destacar o seguinte trecho:

Quanto à distribuição da população argentina entre as áreas urbanas e rurais, tem se que, em 1869, mais da metade da população estava nas zonas rurais. Em 1895, a desproporção entre as duas áreas foi estreitada e, já 1914, a maioria da população

⁷² RIZ, Liliana de. *La clase media argentina: conjeturas para interpretar el papel de las clases medias en los procesos políticos CONICET*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/deriz4.pdf> Acesso em: 19 set. 2017.

⁷³ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 278.

estava nos grandes centros urbanos. Em 1947, 62,5% da população morava nas cidades.⁷⁵

Novamente a título de comparação, enquanto na Argentina a população urbana ultrapassa a população rural em 1914, no Brasil isso só vai acontecer na década de 1960.⁷⁶ Dessa forma, mesmo sabendo que a história não é linear e que comparações de tempos históricos diferentes em locais diferentes vão necessariamente pecar pela não aderência à realidade, é possível fazer um exercício didático comparando o que isso representou para a Argentina daquele período em perspectiva com o caso brasileiro. Aqui, a reunião das mesmas condições de lá – população urbana com proporção significativa em relação à população rural, quantidade massiva de imigrantes na formação dos centros urbanos e estabelecimento de volumes significativos de capitais estrangeiros – foi acontecer apenas no final da primeira metade do século XX. Essas condições exercem óbvia influência na formação de um contingente significativo de trabalhadoras e trabalhadores. Assim, mesmo mantendo todas as ressalvas feitas no início desse parágrafo, é possível concluir que a Argentina tinha uma condição no início no século XX que o Brasil só viria alcançar mais de 50 anos depois e isso, obviamente, influenciou as vivências, tradições e anseios da classe trabalhadora em cada país.

Como exemplo do desenvolvimento dessa condição do movimento operário argentino reproduzo a seguir um quadro muito exemplificativo retirado da obra de Matsushita.⁷⁷

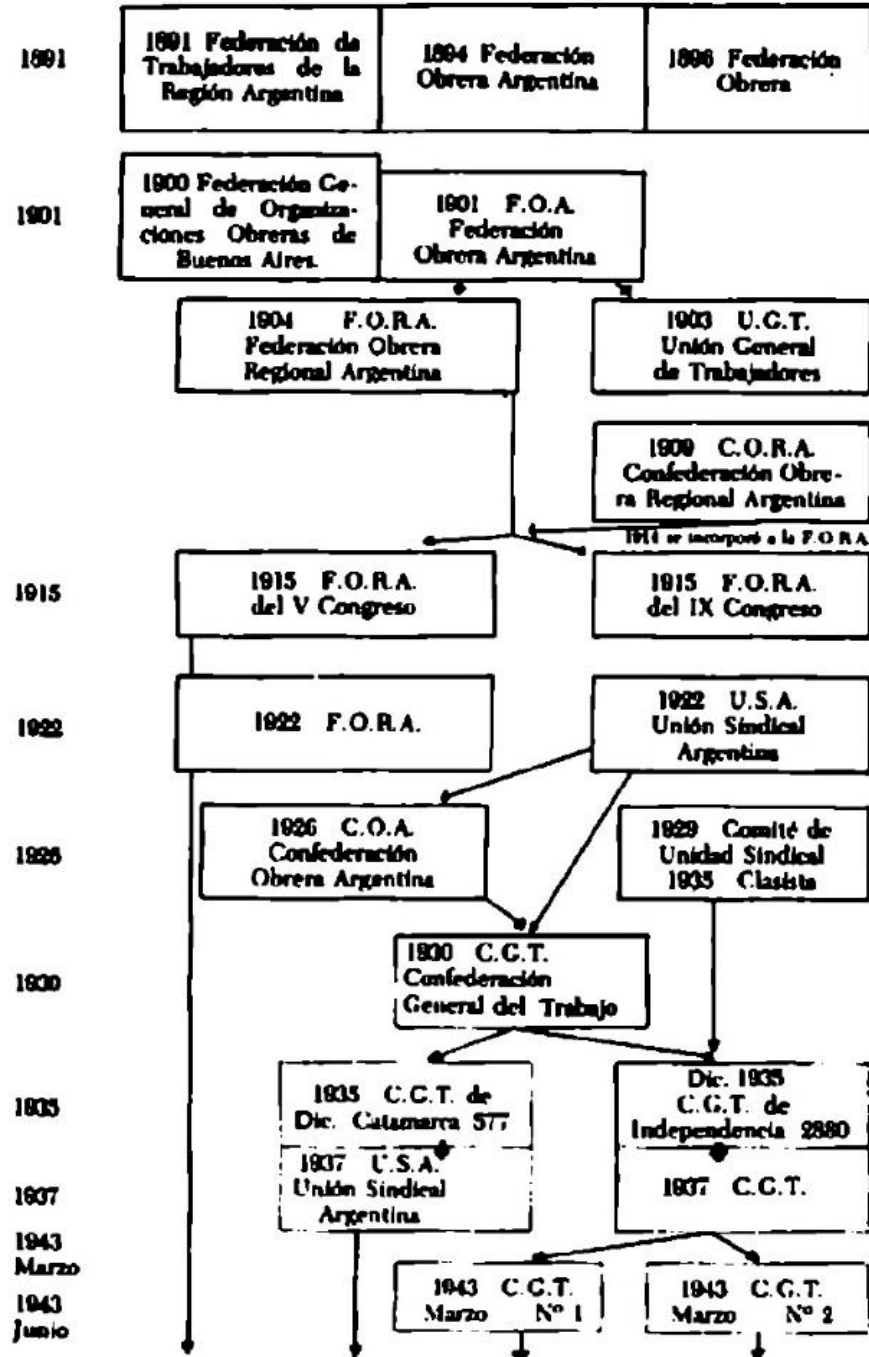
⁷⁵ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996. p. 190.

⁷⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Publicado no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, v. 42, 1979.

⁷⁷ MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983. p. 32.

Figura 3 – Centrais sindicais de trabalhadores(as) na Argentina.

Cuadro I-1. Las centrales obreras argentinas 1894-1943



Fonte: Matsushita (1983, p. 32)⁷⁸.

⁷⁸ MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983. p. 32.

Como se pode verificar, entre 1891 e 1943 a Argentina possuiu, não concomitantemente, 21 centrais sindicais de trabalhadoras e trabalhadores. As disputas no centro do movimento sindical foram responsáveis pela grande divisão, fusão, incorporação e cisão de entidades obreiras. Mas isso não significa, em absoluto, que o movimento da classe operária na Argentina perdeu força ou se enfraqueceu durante esse período. É verdade que houve momentos com maior ou menor organização de classe. Mas, por exemplo, apenas a Confederação Obreira Argentina (COA) reunia em 1926 um número de sindicatos que, juntos, possuíam mais de 100 mil sócios.⁷⁹

A divisão dentro do movimento obreiro, e suas diversas frações e linhas político-ideológicas, é muito bem explorada por Matsushita para traçar um amplo panorama da atuação política dos sindicatos e organizações obreiras na Argentina em um longo período que vai do final do século XIX até a ascensão de Perón ao poder. Essa minuciosa análise será retomada sempre que necessário para explicar eventos históricos, mas por ora não irei abordar esse emaranhado de posicionamentos que compôs o movimento de trabalhadoras e trabalhadores na Argentina.

O que importa, neste momento, é garantir a visualização desse complexo e agigantado desenvolvimento das organizações obreiras na Argentina, em termos comparativos com o caso brasileiro.

Obviamente isso não significa que uma situação é melhor ou pior do que outra, porque como enfatiza Thompson nenhuma formação de classe é mais verdadeira ou mais real que outra, mas é inegável que quando Perón ascende ao poder as forças produtivas da Argentina estavam em um patamar diverso das brasileiras quando Vargas ocupa o mesmo espaço na vida política nacional. Isso influenciou de maneira diferente a interação de cada líder com os movimentos de massa de seus países. O que busco investigar aqui é como essa interação, e principalmente o papel da legislação trabalhista, influenciou na forma de organização e lutas da classe trabalhadora em cada país.

⁷⁹ MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983. p. 30.

2.3 17 DE OUTUBRO DE 1945: O “DIA DA LEALDADE” PERONISTA

Quando se trata de peronismo é impossível não falar do dia 17 de outubro de 1945. Na verdade, os acontecimentos daquela data são tão grandiosos que se tivessem ocorrido em algum dos países centrais seria ensinado nas escolas e todo mundo no Brasil saberia, ou pelo menos teriam alguma vaga ideia, do que se trata o “dia da lealdade”. Mas como esse evento de grandes proporções ocorreu na Argentina nem nós, brasileiros, ficamos sabendo. Pois bem. Antes de tratar desse evento, é necessário retornar brevemente na história argentina para melhor compreensão dos fatos e, também, para não tratar essa data como algo isolado, o que de fato não foi.

Em 1930, Hipólito Yrigoyen era presidente do país, eleito democraticamente pela segunda vez em 1928 depois de ter governado a Argentina entre 1916 e 1922, e representante de um setor muito tradicional da política argentina, a União Cívica Radical. Yrigoyen mantinha uma política ambígua em relação aos sindicatos e as demandas trabalhistas. Como explica Matsushita:

A política laboral durante a primeira presidência de Yrigoyen não foi coerente visto que, enquanto recorria a uma forte repressão como a que ocorreu na ‘semana trágica’ em janeiro de 1919, ou com a luta obreira da Patagônia em 1921, por outro lado cuidava para satisfazer as exigências operárias nas greves de ferroviários e marítimos. Em que pese tais incoerências, a política trabalhista do radicalismo abriu um novo caminho para solucionar os conflitos laborais mediante negociação entre trabalhadores e governo^{80 81} (tradução minha)

Alguns aspectos merecem maior atenção nesse trecho transcrito. Quando Matsushita fala em política laboral do primeiro mandato de Yrigoyen pode-se perceber que a questão trabalhista estava posta nas primeiras décadas do século XX com bastante força. Os eventos da “semana trágica” ou da “Patagônia Rebelde” não foram triviais. Esquecer isso é o mesmo que tentar apagar a greve geral de 1917 no Brasil para dizer que nunca existiu movimento

⁸⁰ MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983. p. 34.

⁸¹ A “semana trágica” de 1919 foi uma série de eventos ocorridos em janeiro daquele ano na cidade de Buenos Aires. Iniciada com uma greve de metalúrgicos liderada por setores anarcosindicalistas, brutalmente reprimida pelas forças do governo, com centenas de mortos, logo se espalhou a ponto de levar a cidade para a beira de uma guerra civil. Os conflitos na Patagônia em 1921 também se originaram de uma greve liderada por anarcosindicalistas que espalhou o conflito por uma larga região na Patagônia argentina e que só ocorreu com intervenção das forças armadas após a execução de líderes rebeldes e o fuzilamento de milhares de trabalhadores. A respeito desses últimos eventos sugere-se o filme “*La Patagonia Rebelde*” de 1974, dirigido por Héctor Oliveira.

operário antes de Vargas. Talvez no caso argentino efetivamente esse apagamento seja impossível tamanho o vulto desses movimentos. Mas de fato a relação de diálogo e negociação entre trabalhadoras e trabalhadores e Estado não é algo que surge com Perón.

Aliás, a esse respeito é importante notar um segundo ponto relevante. Yrigoyen reprime brutalmente rebeliões e greves anarquistas, que contaram também com participação de setores socialistas e comunistas do movimento operário, mas busca a negociação para solucionar greves nos setores ferroviários e marítimos, importantes e representativas categorias profissionais do país. Matsushita sustenta a tese de que essa postura dos governos radicais tem por objetivo minar a influência anarquistas, comunistas e socialistas do movimento obreiro e fortalecer a corrente política do “sindicalismo” que se contrapunha as outras no sentido de ser “os sindicatos e não o partido político a arma principal da luta proletária”.⁸²

Essa tendência sindical assume um caráter pragmático na Argentina e, a partir de negociações com representantes do patronato e do Estado, sindicatos conseguem alcançar bons níveis de reivindicações e atrair filiados a suas fileiras. A importância da proeminência do sindicalismo sobre outras tendências do movimento obreiro argentino terá profundos impactos sobre os processos históricos aqui analisados.

Em 6 de setembro de 1930, o General Jose Félix Uriburu patrocina um golpe civil-militar e derruba o presidente Yrigoyen, iniciando um período da história argentina chamado de “década infame”, caracterizado por uma rápida e acelerada industrialização por um lado e por outro um sistema político baseado em fraudes eleitorais.

Em 4 de junho de 1943, um grupo de militares⁸³ patrocina um golpe de Estado e põe fim à “década infame”. Prometiam “eliminar o sistema de fraude”, acabar com a ‘má

⁸² MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983. p. 30.

⁸³ Perón fazia parte de um grupo organizado chamado Grupo de Oficiais Unidos (GOU). A esse respeito: “Em 10 de março de 1943, foi formado, dentro do exército argentino, o *Grupo de Oficiales Unidos* (GOU). Essa foi uma sociedade secreta, de tendência nacionalista, composta inicialmente pelos Tenentes-Coronéis Miguel A. Montes, Juan Carlos Montes, Urbano y Agustin de la Vega, Emilio Ramirez, Aristobolo e Arturo Saavedra e Juan Domingo Perón, criada com o propósito de ampliá-la, através do recrutamento gradativo de todos os chefes e oficiais combatentes do exército. O grupo se propunha a: impedir a consagração eleitoral do então candidato indicado por Castillo, Patrón Costas, preservar a intromissão do exército na política, precaver-se de um possível levante comunista e rejeitar a pressão norte-americana. A organização e o funcionamento do GOU, segundo seus membros, baseavam-se em um plano muito bem elaborado, que justificava a intromissão do exército na política como uma “derivação da política moderna”, por membros dessa organização. Somente o exército poderia prevenir a sociedade dos profundos males que a política poderia ocasionar. Segundo Rouquié, o filósofo e ideólogo do GOU foi o nacionalista argentino de ultra-direita Jordán Bruno Genta”. CAMPOLINA DE SÁ, Cristina Isabel. *A Palavra de Perón: análise do discurso e da política trabalhista argentina 1943-1949*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

política’ e promover um governo nacional de ‘engrandecimento do país’”.⁸⁴ Entre as lideranças desse movimento estava o até então desconhecido coronel Juan Domingo Perón. A deposição do último governo da “década infame” foi recebido com certa esperança pela classe trabalhadora argentina.

Inclusive o próprio caráter do movimento foi objeto de disputa. Jorge Abelardo Ramos caracteriza o movimento de 1943 na Argentina como “revolução militar de 4 junho”.⁸⁵ É verdade que Ramos foi um intelectual que apoiou ativamente o peronismo e essa disputa pela gramática do movimento faz parte de uma disputa política, mas serve de ilustração para a compreensão da dimensão dos eventos.

Matsushita, por exemplo, escreve que “à diferença da quase absoluta passividade ou indiferença com as quais os trabalhadores receberam a revolução de 1930, mostraram muito mais interesse no movimento revolucionário de 1943” (tradução minha).⁸⁶ A relação do novo governo com os movimentos de trabalhadoras e trabalhadores começou com forte repressão aos sindicatos de identidade comunista e intervenção em diversas agremiações. O que se inicia como esperança para a classe trabalhadora acaba por se tornar grande decepção.

A crescente insatisfação no expressivo movimento operário argentino dos anos 1940, em um momento de forte agitação social, não era do interesse do novo governo que buscou, sem sucesso inicial, algumas medidas de aproximação com a classe trabalhadora – como a redução de aluguéis por decreto. “O governo necessitava de uma mudança nesse campo, e quem se encarregou dessa tarefa foi Perón” (tradução minha).⁸⁷

Apesar da manutenção da repressão a sindicatos de orientação comunista, Perón iniciou, já na STP, um modelo de comunicação direta com agremiações sindicalistas. Para tanto teve ajuda decisiva de seu amigo Domingo Mercante, oficial membro do Grupo de Oficiais Unidos (GOU) e que mantinha forte ligação familiar com o movimento sindical por seu pai ter sido, e seu irmão ser, dirigente da poderosa União Ferroviária (UF). Mercante, que posteriormente viria a ser governador da província de Buenos Aires, vai atuar como homem forte de Perón junto ao movimento sindical. Seu papel é fundamental no desenrolar dos fatos que desembocaram no 17 de outubro de 1945. Com uma noção de harmonia de

⁸⁴ NEIBURG, Federico G. O 17 de outubro na Argentina Espaço e produção social do carisma. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, out. 1992.

⁸⁵ RAMOS, Jorge Abelardo. *La era del peronismo*. 8. ed. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1981. p. 110.

⁸⁶ MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983. p. 257.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 262.

classes, Perón inicia um forte movimento de aproximação com organizações sindicais. Intervém diretamente em conflitos laborais, assume papel de negociador, recebe líderes obreiros e rapidamente ascende como figura mais importante do governo militar pós-43. Em 1944 ele declara que: “buscamos suprimir a luta de classes, suplantando-a por um acordo justo entre trabalhadores e patrões, com apoio da justiça que emana do Estado” (tradução minha).⁸⁸

Logo após a tomada do poder em 1943, Perón assume o que seria o cargo equivalente a vice-ministro da Guerra – onde se torna muito próximo de Domingo Mercante que ocupava o cargo de oficial maior do ministério –, e em pouco menos de dois anos assumiu o ministério da guerra, acumulou-o com o de secretário de trabalho e previdência e, por fim, Vice-Presidente da Nação. Tamanho poder gerou reações de dentro do próprio governo. Federico Neiburg no artigo já citado anteriormente faz uma reconstituição, e interpretação, dos fatos que levaram ao 17 de outubro. Sobre o início da oposição a Perón o autor diz:

Transformado em "homem forte" do regime, Perón converteu-se no alvo principal de uma oposição que se confrontava com ele em dois campos. O primeiro era o de sua política social e trabalhista: a partir da Secretaria do Trabalho e Previdência, Perón promoveu uma grande reestruturação das relações trabalhistas, o que provocou ferrenha oposição por parte das associações patronais e também das direções sindicais "tradicionais", que não viam com bons olhos a política de cooptação de adeptos posta em prática pelo coronel entre os quadros intermediários das organizações operárias. O segundo campo de confronto era o da política exterior: no contexto da Segunda Guerra Mundial, o novo governo mantinha uma política de “neutralidade” que não ocultava simpatias pelo Eixo, apostando em uma vitória alemã que permitiria transformar a Argentina em uma "potência americana" (sobre o Brasil, que se colocara ao lado dos Aliados)⁸⁹

A relação da Argentina com os países do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial assume características mais complexas do que Vargas tentou imprimir no início da guerra no Brasil, por exemplo. No início do conflito, a Argentina ainda estava na chamada década infame e o movimento de 1943 não alterou significativamente a situação. O rompimento com Alemanha e Japão só ocorreria em janeiro de 1944 e a entrada efetiva do país na guerra ao lado dos Aliados só ocorreu em março de 1945. Essas informações ilustram o caldeirão em que se transformou a Argentina na década de 1940 e legitimam algumas posições que reduzem o peronismo a um movimento de inspiração fascista.

⁸⁸ NEIBURG, Federico G. O 17 de outubro na Argentina Espaço e produção social do carisma. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, out. 1992.

⁸⁹ Idem, 1992.

A crescente oposição ao governo passou a organizar massivas manifestações que já no primeiro semestre de 1945 personificavam o “antiperonismo”. Neiburg tenta analisar a composição social dessas manifestações, e ainda que seja muito difícil qualificá-las como “de elite” é certo que os locais escolhidos para as manifestações – ruas e regiões elitizadas de Buenos Aires – demonstrem um certo alinhamento desses manifestantes. Mas efetivamente a composição geral das manifestações era heterogênea com participação de estudantes, partidos tradicionais e partidos de esquerda por exemplo.⁹⁰ Importante ressaltar que essas manifestações são demonstrações de um traço muito marcante da política argentina: multidões nas ruas.

Em 15 de junho de 1945 entidades patronais publicam o “Manifesto da Indústria e do Comércio” com duras críticas ao governo e em especial à Secretaria de Trabalho e Previdência e Perón. O lançamento desse manifesto marca uma clara divisão nos movimentos de rua que passam a acontecer. Entidades sindicais que até então mantinham certa distância dos acontecimentos passam a convocar e insuflar protestos em defesa de Perón. Com a intensificação dos protestos, inclusive com confrontos entre grupos opostos nas ruas de Buenos Aires, o exército se divide e um grupo de oficiais passa a exigir a renúncia de Perón. Em 9 de outubro de 1945 ele renuncia de todos os seus cargos. A partir de então se inicia um frenético desenrolar de acontecimentos que abalariam a Argentina para sempre. Vale transcrever o que Neiburg expõe sobre isso:

A partir daquela terça-feira, o processo político argentino adquiriu uma fluidez alucinante, que em apenas uma semana mudou a fisionomia do país. Em vez de superar o impasse, a renúncia de Perón tornou-o mais agudo. Desconfiando da manobra militar, a oposição exigia a entrega do poder à Suprema Corte de Justiça, o que parecia, aos olhos do governo, uma capitulação inadmissível. Enquanto este procurava ganhar tempo, renovar suas alianças políticas e demonstrar suas ‘intenções democráticas sinceras’, Perón foi preso, na noite de 12 de outubro, e confinado na ilha de Martín García, no rio da Prata. Na tarde do dia seguinte, seu substituto na Secretaria do Trabalho e Previdência assumiu o cargo e, em seu discurso de posse, pôs em questão a continuidade da política social e trabalhista implementada por Perón. Três dias depois, a 16 de outubro, enquanto a Confederação Geral do Trabalho (CGT) decidia, com uma votação apertada, a convocação de uma greve geral para o dia 18, e enquanto o governo não conseguia formar um novo gabinete e a oposição parecia imobilizada, milhares de manifestantes começaram a percorrer as ruas das principais cidades do país, pedindo a libertação do coronel. Durante a tarde daquele dia e do seguinte produziu-se um acontecimento até então inédito na história política do país: uma multidão invadiu o centro da cidade de Buenos Aires. Exigindo a presença de Perón, a multidão atreveu-se a tomar conta da Plaza de Mayo. Algumas fontes talam em 200 mil pessoas, outras calculam em meio milhão, ou chegam a afirmar que foram mais de um milhão de homens e mulheres. Vindos, em sua maioria, das

⁹⁰ NEIBURG, Federico G. O 17 de outubro na Argentina Espaço e produção social do carisma. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, out. 1992.

áreas periféricas da capital, os manifestantes pareciam ter tomado conta da cidade.⁹¹

Com a multidão ocupando a Praça de Mayo, símbolo importante do poder na cidade de Buenos Aires, Perón é libertado e se dirige à massa dos balcões da Casa Rosada, retornando aos cargos anteriormente ocupados e com a multidão eufórica lançando sua candidatura à presidência da nação. A participação dos movimentos organizados nesses acontecimentos, partidos políticos e sindicatos, é alvo de muita controvérsia. Os partidos de esquerda, comunista e socialista, compunham a União Democrática e lutavam pelo fim do regime militar imposto em 1943, exigindo a entrega do governo para a Suprema Corte de Justiça e a convocação de eleições. As organizações sindicais estavam divididas, mas mantinham certa simpatia por Perón.

A CGT decidiu pela convocação de greve geral para o dia 18 de outubro, contudo o movimento se antecipou e o chamado às ruas ocorreu, com a participação decisiva de Eva Perón e Domingo Mercante que mantinha seu cargo no governo e participou ativamente das convocações dos atos no dia 17 de outubro. Aparentemente isso pode ser interpretado como uma perda de controle dos sindicatos sobre sua base. Jorge Abelardo Ramos explica o ocorrido da seguinte maneira:

Em todo o país, e ainda antes do que a CGT aplicasse a decisão tomada, os trabalhadores abandonam as fábricas, os arados, as plantações de mate, as granjas, os serviços de transporte, um após outro. Na manhã de 17 de outubro, a partir da Grande Buenos Aires, de uma maneira aparentemente espontânea, porém gestada em um longo processo, grandes massas decidem dar seu veredito para a crise do país (...) Buenos Aires é ocupada por centenas de milhares de trabalhadores enfurecidos. Suas palavras de ordem são simples, porém inequívocas: ‘Morte aos oligarcas’, ‘*Sin galera y sin baston*’, ‘Queremos Perón’. (tradução minha)^{92 93}

No dia seguinte a CGT mantém a greve e se soma ao movimento operário. Porém, a partir desse dia uma nova liderança inequivocamente se colocaria entre trabalhadoras e trabalhadores e suas organizações: O Coronel, posteriormente Tenente General, Juan Domingo Perón. Durante toda sua presidência o dia 17 de outubro era feriado nacional e, tal

⁹¹ NEIBURG, Federico G. O 17 de outubro na Argentina Espaço e produção social do carisma. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, out. 1992.

⁹² RAMOS, Jorge Abelardo. *La era del peronismo*. 8. ed. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1981. p. 110. p. 87

⁹³ “*Sin galera e sin bastón*” pode ser traduzida como “sem cartola e sem bastão”, símbolos da oligarquia. Cartola por motivos óbvios e bastão é associado a “bastão de mando”, um símbolo de poder. Até hoje na posse da presidência a transmissão de cargo se dá simbolicamente pela faixa presidencial e pelo *bastón*. Optei pela manutenção da expressão em espanhol por sua força retórica.

como o 1º de maio, era festejado com multidões na Praça de Mayo saudando os discursos do presidente.

Uma importante simbologia da figura de Perón é a chamada “marcha peronista”, canção tradicional do movimento bradada em todo 17 de outubro, de autoria desconhecida mas provavelmente da década de 1940, já que há relatos de que foi entoada já em 1948 durante as comemorações do dia da lealdade, e que foi inclusive entoada dentro do Congresso da Nação na posse de Alberto Fernandes em dezembro de 2019, mostrando sua sobrevivência ao tempo⁹⁴:

Los muchachos peronistas,
todos unidos triunfaremos,
y como siempre daremos
un grito de corazón:
¡Viva Perón, viva Perón!.

Por ese gran argentino
que se supo conquistar
a la gran masa del pueblo,
combatiendo al capital.

¡Perón, Perón, qué grande sos!
¡Mi general, cuánto valés!
Perón, Perón, gran conductor,
sos el primer trabajador.

Por los principios sociales
que Perón ha establecido,
el pueblo entero está unido
y grita de corazón:
¡Viva Perón! ¡Viva Perón!.

Por ese gran argentino
que trabajó sin cesar
para que reine en el pueblo
el amor y la igualdad.

⁹⁴ O vídeo da posse de Alberto no congresso com congressistas e convidados entoando o canto pode ser visto aqui: https://www.youtube.com/watch?v=ZvUS_TvPHf0 Acesso em: 20 jan. 2020.

¡Perón, Perón, qué grande sos!
 ¡Mi general, cuánto valés!
 Perón, Perón, gran conductor,
 sos el primer trabajador.

Imitemos el ejemplo
 de este varón argentino
 y siguiendo su camino
 gritemos de corazón:
 ¡Viva Perón! ¡Viva Perón!.

Porque la Argentina grande
 con que San Martín soñó
 es la realidad efectiva
 que debemos a Perón.

¡Perón, Perón, qué grande sos!
 ¡Mi general, cuánto valés!
 Perón, Perón, gran conductor,
 sos el primer trabajador.

A letra da marcha peronista daria, por si só, uma tese sobre o impacto e os significados do peronismo. “primeiro trabalhador”, “pátria grande com que San Martín sonhou”, “combatendo o capital” e praticamente todos os versos da letra indicam uma complexa relação simbólica e prática do peronismo com as massas trabalhadoras argentinas.

A identificação de Vargas com as trabalhadoras e trabalhadores foi de certa forma construída a partir dos gabinetes e do decisivo trabalho da intelectualidade da época. “Invenção” do trabalhismo e apagamento da história operária são elementos fundamentais para a compreensão de Vargas. Isso não significa, em absoluto, que as lutas sociais não foram importantes para o avanço da legislação trabalhista no Brasil ou que tudo o relacionado ao trabalhismo é mera invenção. A narrativa imposta de cima abaixo é que o que deve ser objeto da crítica, porém. No caso de Perón, também existiu uma narrativa oficial e o ideário do peronismo também operou. Mas é inegável que existe uma diferença tanto de magnitude, quanto de direção, do apoio popular. Por razões que também passam pela formação nacional, nossas vivências e nossa cultura, mesmo a Revolução de 30 no Brasil não teve paralelos com o dia 17 de outubro de 1945 na Argentina.

O “dia da lealdade peronista” é considerado o marco inicial do peronismo. Antes dessa data a liderança de Perón era passível de questionamentos. A partir de então deixou de ser apenas uma liderança e virou um movimento político que iria influenciar a história da Argentina para sempre.

2.4 O NACIONALISMO DE PERÓN

Conforme foi tratado anteriormente, em 1930 se inicia uma época conhecida na história argentina por “década infame”. Esse período é marcado por um rápido e acelerado desenvolvimento industrial. A citação de Murmis e Portantiero que afirma que “mais concretamente a partir de 1933” ao setor industrial argentino passa por um rápido e acelerado crescimento não escolheu essa data à toa.⁹⁵

Foi naquele ano que foi firmado o Pacto Roca-Runciman⁹⁶, um importante acordo de comércio internacional entre Argentina e Grã-Bretanha que reafirma os britânicos como os principais sócios internacionais da Argentina. Tal pacto não só amenizou os efeitos da crise de 1929 sobre o país vizinho como foi fundamental para uma industrialização em marcha acelerada daquele país. Contudo, uma industrialização profundamente dependente.

A Argentina passou por um processo de desenvolvimento nacional antes de 1929 que criou uma classe de produtores rurais que eram a base daquela indústria de carne e trigo formada pelos interesses britânicos. Isso criou uma infraestrutura de transportes e armazenamento de mercadorias relativamente complexa. O Pacto Roca-Runciman, entretanto, entregou toda essa estrutura de bens de capital aos britânicos sob o compromisso de que a carne argentina possuísse compradores em momento de crise.

Por esse motivo, Murmis e Portantiero, afirmam que a industrialização argentina foi um processo comandado por uma elite conservadora de proprietários de terras que apoiou um crescimento industrial sem transformações econômicas estruturais, algo que em certa medida aconteceu também no Brasil. Termos como “modernização conservadora” são

⁹⁵ MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

⁹⁶ No começo da década de 30 a Grã-Bretanha estabeleceu uma política de favorecimento dos países da *Commonwealth*. Entre esses benefícios estava a previsão de compra de carne apenas de ex-colônias britânicas. Com a assinatura desse pacto o Reino Unido se comprometia a comprar carne da Argentina desde que o preço fosse o mais baixo praticado no mercado mundial e em troca a Argentina conferiu uma série de benefícios e isenções a empresas britânicas como, por exemplo, o compromisso de que 85% dessa carne fosse exportada através de frigoríficos britânicos.

largamente usados para descrever o período do regime civil-militar de 1964 no Brasil, por exemplo.⁹⁷

Além disso, a industrialização do país vizinho foi voltada para uma indústria leve orientada à produção de bens de consumo, por substituição de importações, que apesar de operar importantes alterações no setor industrial manteve intacta as estruturas oligárquicas daquele país, como enfatizam Murmis e Portantiero.⁹⁸

Essa conjuntura influenciou de maneira decisiva um fato histórico, já após a queda do regime militar e a primeira eleição de Perón, que ditaria muito do que foi a condição argentina após esse período: a nacionalização da rede ferroviária inglesa naquele país. O nacionalismo – econômico, político e social – de Perón surge, de alguma maneira, como uma resposta a essa industrialização profundamente dependente da Argentina. Jorge Abelardo Ramos, afirma sobre esse episódio:

os fundos bloqueados no Banco da Inglaterra, fruto das exportações argentinas não pagas durante a Guerra, e que passavam de 140 milhões de libras, poderiam servir como forma de pagamento para as ferrovias de propriedade britânica em nosso país. A nacionalização estava ao alcance da mão.⁹⁹ (tradução minha)

Na verdade, a nacionalização só aconteceu por completo algum tempo após, pois no momento em que a Argentina inicia as negociações para pagar as ferrovias com o dinheiro das exportações durante a guerra é costurado um acordo – o Acordo Miranda Eady – pelo qual se cria uma empresa de capital misto (britânico e argentino) para administrar tais ferrovias.

Entretanto, essa passagem é muito importante para ilustrar como a Argentina se beneficiou dos investimentos britânicos a que me referi anteriormente quando tratei dos ciclos de acumulação de Arrighi e os aportes de libras inglesas na América do Sul. E de alguma forma Perón representa uma mudança importante na configuração política da Argentina dependente.

Perón não foi nenhum revolucionário, ainda que alguns de seus defensores digam que efetivamente o foi, e as alianças de classe que ocorreram no país durante seus governos mostram o quanto a Argentina não realizou transformações estruturais em seu modo de

⁹⁷ MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

⁹⁸ Ibidem, p. 61-63.

⁹⁹ RAMOS, Jorge Abelardo. *La era del peronismo*. 8. ed. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1981. p. 130.

produção, nem nunca pretendeu. Ainda que o Estado argentino seja um “regulador” dessa aliança de classes durante os dois primeiros mandatos de Perón¹⁰⁰, é nítido que há uma tentativa de alteração da orientação política e econômica do Estado para um viés acentuadamente mais nacionalista. Isso ajuda a explicar, por exemplo, o grande apelo popular de Perón e como sua política era apoiada por movimentos de massa na sociedade argentina.

A figura de Perón até hoje move paixões no país vizinho. Existem os conservadores que fazem a crítica à direita ao peronismo, existe um grande centro que busca equilibrar um nacionalismo econômico capitalista com justiça social e existe até quem defenda posições socialistas revolucionárias a partir do pensamento de Perón.¹⁰¹ Mesmo a burocracia sindical argentina, ligada ao peronismo, é altamente combativa. Eles não são, em absoluto, revolucionários, mas os sindicatos e centrais sindicais não hesitam, quando sentem necessidade, em convocar greves gerais e manifestações que não raro terminam em violentos confrontos nas ruas de Buenos Aires, como narrado no início desse trabalho. Esse elemento é importante para a compreensão da situação política da Argentina e Perón é figura indissociável desse processo.

2.5 EVITA E O LIMITE DA CONTRADIÇÃO DO PERONISMO

Eva Maria Duarte casou-se com Juan Domingo Perón poucos dias após os acontecimentos de 17 de outubro de 1945, passando a usar o sobrenome Perón, engajou-se ativamente nas campanhas políticas do marido e participou de seu governo. Tamanha era sua influência que fora considerada durante os governos de Perón como a “chefe espiritual da nação”.

Evita participava de ações sociais, proferia discursos a partir dos balcões da Casa Rosada, lutou ativamente pela implantação do sufrágio feminino e foi fundamental para a consolidação da figura política de Perón. Ela encarnou o que de mais mítico pode ter havido

¹⁰⁰ Em 1955, Perón é deposto por um golpe militar de influência conservadora. O retorno de Perón do exílio e seu terceiro mandato, entre 1973 e 1974 é visto como uma guinada à direita de Perón e esse período será objeto de análise mais detida oportunamente.

¹⁰¹ Em relação a uma posição de esquerda sobre o peronismo indico os seguintes filmes: *La Hora de los hornos: Notas y testimonios sobre el neocolonialismo, la violencia y la liberación* (1968); *Perón: La revolución justicialista* (1971); *Perón: Actualización política y doctrinaria para la toma del poder* (1971). Todos dirigidos por Fernando Solanas e produzidos pelo Grupo Cine Liberación, importante grupo do movimento chamado Terceiro Cinema argentino.

no peronismo. Seus discursos, sua articulação política, sua atuação disposta a fazer o que fosse necessário na defesa do peronismo, tudo contribuía para sua aura mitológica.

Evita vocalizava a radicalização em defesa dos “descamisados” ao mesmo tempo que impedia que as massas efetivamente tomassem medidas radicalizadas. Ela encarnava o limite da contradição do peronismo. Sua figura marcante ao lado de Perón contribui decisivamente para a formação de toda a aura mítica em torno dele.

Alejandro Horowicz define de maneira muito sintética os predicados de Evita para a vida política nacional:

Filha não reconhecida de um casamento informal, criança submetida aos comentários moralistas de um povo do interior, adolescente sem destino, cantora coadjuvante, atriz sem companhia, cantora do rádio, amante do coronel, esposa do general, companheira do presidente, porta bandeira dos humildes e bandeira de combate constituem os degraus de uma carreira pouco habitual e muito desejada¹⁰² (tradução minha)

A história de Evita pode ser resumida mais ou menos assim. Não pertencente à qualquer classe social de elite, tampouco dos centros urbanos argentinos, a esposa de Perón encarnava o papel da radicalidade popular com que o general imprimia seu tom. Contudo, possuía também uma importante contenção frente à sublevação. Seu apelo popular, dada sua origem, sua força jovial, dada sua idade, e seu destino de superação, dado seu caminho até o topo da nação, moviam corações e mentes, mas sempre dentro de uma lógica de combate esfriado:

Evita é a pedagogia do oprimido pela lógica do opressor, vez que não supera seu horizonte: a oligarquia se vence através do voto e os problemas da sociedade argentina se resolvem com caridade, com a Fundação Eva Perón (tradução minha)¹⁰³

A dialética presente na figura de Evita (“Evita respeita todas as regras, mas sua presença as viola”¹⁰⁴) é constitutiva da própria formação do peronismo. Ao mesmo tempo que o movimento de massas enfrenta e coloca em xeque toda a constituição oligárquica, não altera significativamente as relações sociais na Argentina. Os discursos de Evita inflavam a

¹⁰² HOROWICZ. Alejandro. *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires: Hispamerica Ediciones Argentina, 1986. p. 115.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 116.

¹⁰⁴ *Idem*, 1986.

população, agitavam os pobres, insuflavam os “descamisados”, mas a resposta a essa agitação era a caridade, a religião fervorosa, a manutenção da ordem.

Uma passagem que permite, de certa forma, entender a contradição existente no centro do peronismo no que se refere à relação de Perón com a classe trabalhadora é um trecho de uma das compilações sobre os pensamentos de Evita:

Fico com a ideia do General Perón de que a política não deve entrar nas corporações. Modestamente, estou trabalhando como simples soldada do movimento peronista, mas o faço de coração em prol dos descamisados que tanto querem bem ao General Perón e pelos quais a Casa Rosada constantemente demonstra cuidado.¹⁰⁵ (tradução minha)

Esse trecho demonstra bem que, apesar da preocupação social, o peronismo possuía uma preocupação com a “política” dentro do movimento sindical. Esse caráter assistencialista que negava a política à classe operária era em alguma medida comparável à “ideologia da outorga” de Vargas.

Em 1951, Evita escreveu a famosa obra “La razón de mi vida”, em que ela faz uma espécie de inventário político de suas ações até ali. O livro é recheado de expressões que cumprem esse papel de agitação e comedimento. Não são raras as passagens em que Evita apela para um sentimento verdadeiramente insurgente, como na contracapa do livro “nossa pátria deixará de ser colônia ou a bandeira tremulará sobre suas ruínas” (tradução minha), ou quando ela demonstra indignação em relação à injustiça social – “um dia ouvi da boca de um trabalhador que haviam pobres porque os ricos eram muito ricos. E aquela revelação me deixou muito impactada”¹⁰⁶ (tradução minha).

Evita demonstra imensa devoção a Perón e narra com profunda paixão os acontecimentos do “dia da lealdade”. A todo o momento Evita remete os pensamentos à Perón, ao peronismo, ao justicialismo. O livro é uma grande ode ao líder, ao marido, ao presidente. Por outro lado, mesmo assim Evita narra suas experiências na constituição do “partido peronista feminino” e as causas das mulheres.

Por fim, uma transcrição que define à perfeição como o peronismo era visto pelas suas próprias formulações:

Em relação ao movimento operário, o objetivo fundamental do Justicialismo é fazer desaparecer a luta de classes e substituí-la pela cooperação entre capital e

¹⁰⁵ PERÓN, María Eva Duarte. *La palabra, el pensamiento y la acción de Eva Perón*. Buenos Aires: Fabro, 2015. p. 35.

¹⁰⁶ PERÓN, Eva. *La razón de mi vida*. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1951. p. 15.

trabalho. O capitalismo explora os trabalhadores para dar tudo ao capital. O comunismo, para solucionar esse problema, idealizou um sistema de luta que só terminará quando houver apenas uma classe social; porém, só se chega a isso pela destruição que resulta de uma longa luta, sem quartel, entre capital e trabalho. O Justicialismo, por sua vez, também quer chegar a uma só classe de homens: a dos que trabalham. Esta é uma das verdades fundamentais do peronismo. Porém, não se quer chegar a isso pela luta, mas sim pela cooperação. Não queremos uma só classe operária, queremos uma só classe de homens desproletarizados que vivam e trabalhem dignamente.¹⁰⁷ (tradução minha)

Fica claro, assim, que o peronismo, pelas palavras de sua “chefe espiritual”, “guia da nação”, rechaça tanto capitalismo como comunismo e pretende a criação de uma sociedade “desproletarizada” e sem exploração. Essa contradição está presente o tempo todo no movimento peronista. E isso explica porque o justicialismo comporta desde grandes empresários até movimentos de trabalhadores de esquerda. Uma coisa é certa: o peronismo é anti-oligárquico. Claro que um movimento tão contraditório como esse não poderia deixar de conter em si próprio contradições como a produção de uma verdadeira oligarquia sindical e partidária, mas no sentido estrito da palavra, a oligarquia econômica e social não é contemplada pelo peronismo que tem nos “descamisados” seu maior grupo propulsor.

Ainda, essa visão do peronismo pela própria Evita também explica porque existem críticas à direita e à esquerda ao movimento. Porque os comunistas e socialistas compuseram a UD em 1945, exigindo a renúncia de Perón e porque até na hoje a *Frente de Izquierda*, e diversos outros movimentos sociais abertamente socialistas e revolucionários rechaçam o peronismo.

Essas contradições explicam também como Evita, uma figura que sempre rechaçou o feminismo, legou toda sua vida à devoção ao marido, era fervorosamente católica na década de 1940, também representou talvez a figura política feminina mais proeminente da América Latina do século XX. Sua luta conquistou ganhos reais de organização política feminina e avanço de direitos civis para mulheres, como o direito ao voto conquistado em 1951, durante o governo de Perón e após uma intensa campanha patrocinada por Evita e diversas sufragistas do movimento peronista feminino.

Evita era (e ainda é) a encarnação da contradição do peronismo. E essa contradição será justamente a chave para entender a relação do justicialismo com o movimento de trabalhadoras e trabalhadores da Argentina e, em especial, sua relação com a estrutura legal de proteção trabalhista daquele país.

¹⁰⁷ PERÓN, Eva. *La razon de mi vida*. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1951. p. 88.

2.6 A POLÍTICA TRABALHISTA DE PERÓN

A assim chamada política trabalhista de Perón mantém todas as contradições do peronismo, como não poderia deixar de ser. Mas antes de entrar exatamente nessas características específicas da política trabalhista de Perón, é importante fazer algumas considerações. Ao contrário do caso brasileiro, em que a primeira república pode ser definida como um pacto oligárquico que perpetuou no poder as elites agrárias do país e se preocupou muito mais com a repressão trabalhista do que exatamente com a regulação e melhoria das condições de trabalho, a Argentina do início do século viveu um período de relativa democracia. Digo relativa pois não é possível considerar plenamente democrático um país que não tinha voto feminino, por exemplo.

Em 1912, foi sancionada a Lei Sáenz Peña que estabeleceu regras eleitorais com sufrágio “universal” (excluído o voto feminino), secreto e obrigatório. Isso proporcionou um sistema político muito mais dinâmico que a república oligárquica brasileira. Em 1916, foi eleito Hipolito Yrigoyen para a presidência da nação, considerado ao lado de Perón um líder “popular” ainda que de dimensões bem menores. Yrigoyen faz um governo com forte preocupação social, ainda que repressor de diversos movimentos sindicais como visto anteriormente, o que coloca a Argentina em uma situação comparativamente diferente do Brasil no período. Nesse começo de século a população argentina passa por um período de formidável desenvolvimento político, econômico e social.

Não por outro motivo, existe um sentimento na Argentina de que o “período de ouro” ficou no passado. Ao contrário da noção de “Brasil país do futuro”, na Argentina a noção que existe é que o passado foi bom e ele não retorna mais. Como descrevem Boris Faustos e Fernando Devoto:

Os argentinos, ao contrário, estiveram muito mais dominados, durante o último meio século, por uma leitura de si mesmos à maneira de Hesíodo. Ou seja, por uma noção de que a idade de ouro ficara para trás, e muito dos mal-estares e insatisfações estiveram ligados não somente condições objetivas, como a essa exasperação pela impossibilidade de voltar à feliz situação que teria existido no passado, fosse no início do século, no primeiro peronismo ou nos anos 1960, dependendo do sujeito¹⁰⁸ (tradução minha)

Primeiro peronismo é o período histórico compreendido entre o dia da lealdade peronista e a deposição de Perón pelo golpe de 1955. É o período em que Perón efetivamente

¹⁰⁸ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução dos textos em castelhano por Sérgio Molina. São Paulo: editora 34, 2004. p. 26.

implementa suas políticas sociais e passa mais tempo no poder. Daí a lembrança como um período “feliz” da história argentina para o sujeito peronista. Essa descrição do “sentimento argentino” é muito precisa para demonstrar que, ainda que seja possível falar em uma política trabalhista de Perón, não é a única maneira de se analisar a questão. Carlos Alberto Toselli faz um inventário da evolução da legislação trabalhista argentina de maneira sistematizada. Explica o autor:

a) As origens: podemos afirmar que o Direito do Trabalho nasce no final do século XIX e que as primeiras tentativas normativas surgem em nosso país no começo do século XX. Assim, fazendo uma breve enumeração, podemos apontar a seguinte cronologia dos primórdios da normatização trabalhista:

1904: surge o primeiro projeto de Código de Trabalho; na época o ministro do interior era o Dr. Joaquín V. Gonzalez. O projeto, que não chegou a ser apreciado pelo Congresso da Nação, estabelecia, entre outros pontos, o princípio da onerosidade do trabalho subordinado, a licença remunerada por doença, contrato de experiência de duas semanas, indenização em caso de demissão, limitação de jornada, direito à sindicalização e o mecanismo de conciliação e arbitragem para solução dos conflitos coletivos. Merece destaque, nesse mesmo ano, a apresentação do Relatório sobre o Estado da Classe Trabalhadora Argentina, elaborado pelo Dr. Juan Biale Massé.

1905: é editada a Lei 4.661, a primeira lei trabalhista argentina, que regulou o descanso semanal ao estabelecer a proibição de trabalhos aos domingos na Capital Federal.

1907: é criada a Direção Geral do Trabalho, que logo passa a chamar Direção Nacional do Trabalho.

1914: é sancionada a lei 9.511 que estabelecia a impenhorabilidade de salários.

1915: é promulgada a lei 9.688 que vigeu com a mesma estrutura até 1996 (apesar de reformas que a modificaram) e regulamentou a proteção em matéria de acidentes de trabalho; recentemente foi modificada com a sanção da lei 24.557 sobre Prevenção e Reparação dos Riscos do Trabalho.

1921: é sancionada a lei 11.127 relativa a condições de trabalho insalubres, segurança e higiene no trabalho, que proibiu o uso de fósforo branco e amarelo na fabricação de palitos de fósforos.

1924: é editada a lei 11.317 que proibia o trabalho de mulheres e crianças em horário noturno, considerando para tanto o trabalho prestado entre às 22h00 de um dia até às 06h00 da manhã do dia seguinte.

1929: é sancionada a lei 11.544, que regula a jornada de trabalho. Esta lei **ainda está em vigor** e foi complementada com o decreto regulamentador N° 61.115/33.¹⁰⁹ (grifo original)

Obviamente o inventário legislativo elaborado pelo autor prossegue no tempo, contudo optei deliberadamente por parar em 1929 pois a próxima lei já era do período peronista. Não que as leis introduzidas por Perón não sejam importantes, óbvio que são, contudo a política impressa por Perón na questão trabalhista é de outra natureza. As leis editadas, como o já citado Estatuto do Peão do Campo, a primeira lei de regulamentação das

¹⁰⁹ TOSELLI, Carlos A. Uma História sem fim. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (coord.). *O Direito do Trabalho comparado em perspectiva histórica*. Campinas: Lacier Editora, 2021. p. 43-44.

relações de trabalho rural na Argentina ainda que editada em uma data em que a maioria da população já era urbana, foram importantes para a regulação das relações de trabalho no país.

Contudo, Perón elevou a outro patamar a regulação trabalhista argentina. Como explica Hugo del Campo, na importante obra “Sindicalismo y Peronismo”, a atuação de Perón na Secretaria de Trabalho e Previdência representou uma “nova atitude do Estado frente os trabalhadores”¹¹⁰. Ao assumir a secretaria, o então coronel promove uma verdadeira reorientação na política do Estado para as relações de trabalho. Grandes entidades sindicais são fortalecidas, a Unión Ferroviaria (UF), por exemplo, é reconhecida como a única representante dos ferroviários ao mesmo tempo em que sindicatos e sindicalistas comunistas são duramente perseguidos. Direitos setoriais também eram garantidos às categorias profissionais mais bem representadas. Quem atuava em colaboração com o governo recebia muitos benefícios, quem era oposição recebia tratamento na base do porrete.

A UF, por exemplo, conquista em 1943 benefícios de ordem econômica e social para a categoria profissional, desde uma licença anual adicional às férias até dinheiro público para a construção de uma policlínica do sindicato e a formação de um fundo privado de pensão e assistência para a categoria.¹¹¹

Outras categorias profissionais, à medida em que aderiam ao governo, eram beneficiadas com acesso direto ao então presidente da nação, Farrel, e assessoria jurídica especializada da secretaria.¹¹² Entretanto, dissidências não eram toleradas. No 1º de maio de 1944, diversas agremiações comunistas planejaram manifestações em Buenos Aires. Todas foram proibidas e duramente reprimidas pela polícia resultando em dezenas de feridos e 36 detidos e a greve deflagrada pelos sindicatos de orientação comunista é declarada ilegal pela STP.¹¹³

Perón e toda a estrutura da secretaria também incentivavam fortemente, com apoio jurídico e político, a dissidência no movimento sindical comunista. Associações profissionais que tivessem por interesse romper com a direção comunista da categoria recebiam apoio logístico até conseguirem efetivamente formar sindicatos e serem

¹¹⁰ CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y Peronismo*. Buenos Aires: CLACSO, 1983. p. 142.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 137.

¹¹² *Ibidem*, p. 137.

¹¹³ *Ibidem*, p. 139.

reconhecidas pelo governo como legítimos representantes para realizar negociações coletivas.

A partir de relatos de trabalhadores, Hugo del Campo, reconstitui o que foi aquele período para o movimento sindical e a classe trabalhadora argentina:

Problemas que ficavam parados meses inteiros, anos, no velho DNT – reconhece um trabalhador têxtil socialista –, começaram a reunir os despachos por cada sindicato e chamavam os dirigentes e diziam ‘senhores, nomeiem uma pessoa para que venha aqui todos os dias tratar diretamente de três ou quatro problemas, os que sejam possíveis de resolver em cada um desses despachos (...) começávamos a tratar dos problemas e lográvamos êxito, porque o trabalhador sempre tinha razão. A coisa havia se invertido. Como consequência, ainda que antes os patrões resistissem a reconhecer os sindicatos e tratar com ele os problemas, preferindo levar à DNT, depois da criação da STP ‘os industriais vinham a nosso sindicato e pediam por favor se era possível resolver o problema entre nós mesmos¹¹⁴ (tradução minha)

Importante ressaltar que a situação de Perón com os socialistas era mais amigável do que com os comunistas. O Partido Socialista Argentino foi fundado em 1896, um dos mais antigos do mundo, e elege o primeiro deputado socialista da América Latina em 1904, Alfredo Palacios. Dentro do movimento sindical os socialistas se dividiam entre a adesão pragmática ao peronismo e a oposição vigilante, porém não abertamente combativa. Isso fazia com que a relação com o governo fosse menos violenta do que com os comunistas, por exemplo.

De toda forma, a Argentina entra em um período de domínio na negociação coletiva. Greves, manifestações, piquetes, todo tipo de pressão vinda de sindicatos “aliados” era não só tolerada como incentivada. A representação profissional alcança outro patamar no país. Importante frisar que a Fundação Eva Perón, entidade com a qual Evita geria a política social do governo, teve sua sede durante algum tempo na própria Secretaria de Trabalho e Previdência. Evita despachava diariamente e pessoalmente com lideranças sindicais e qualquer pessoa do povo que conseguisse chegar ali. Foi essa fundação que construiu e doou, em 1950, o edifício sede da CGT, maior central sindical argentina. Na sede da central, na Rua Azopardo, 820, em Buenos Aires, não são poucas as placas de homenagem em referência a Evita.

¹¹⁴ CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y Peronismo*. Buenos Aires: CLACSO, 1983. p. 143.

Contudo, Perón, que o tempo todo buscava a conciliação de classes, se via cada vez em uma encruzilhada já que contava com oposição aberta e sistemática dos setores da elite capitalista do país:

Essa ação havia lhe afastado o apoio de setores capitalistas, o qual Perón nunca deixou de solicitar e que era indispensável para seu projeto baseado na conciliação de classes e na unidade nacional. Paradoxalmente, um processo iniciado com esses objetivos iria desembocar na divisão mais profunda e no enfrentamento mais radical que o país conhecera durante este século. Ante esse enfrentamento que não se podia evitar, Perón devia optar por uma das forças e proceder a uma progressiva definição de seu inimigo¹¹⁵ (tradução minha)

É nesse poço de contradições que Perón governa durante os dois mandatos para os quais foi eleito e é derrubado por um violento golpe de estado em 1955 que proíbe o peronismo no país, como será tratado adiante. Perón parte para o exílio, mas a situação na Argentina não se acalma.

O período do exílio, suas implicações políticas, e o retorno de Perón serão analisados mais à frente.

¹¹⁵ CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y Peronismo*. Buenos Aires: CLACSO Biblioteca de Ciencias Sociales, 1983. p. 149.

3 CAPÍTULO 3 – UMA INTERPRETAÇÃO DO VARGUISMO

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que um índio guerreiro
Foi pro cativoiro
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
Do Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou
Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor

E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor

(“Canto das Três Raças”, Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte)

3.1 LINHAS GERAIS

Este capítulo terá uma dinâmica e uma forma de apresentação um pouco diferente do que foi feito até agora. Enquanto no caso argentino eu preferi, muitas vezes, focar em dados e fatos históricos, sem deixar de lado minhas interpretações e conclusões, é claro, nesse momento prefiro o enfoque interpretativo.

Não que antes minha interpretação sobre os fatos narrados não fosse preponderante, até porque o simples ato de falar implica julgamentos, mas efetivamente a história da Argentina, infelizmente, é muito pouco conhecida no Brasil. Na verdade, a história da América Latina consta lateralmente, quando consta, dos currículos escolares no Brasil e ainda assim na maioria das vezes é tratada em função das “conquistas” da Europa. Da mesma

forma que todos sabem do que se trata quando falamos em “queda da Bastilha”, a chance da maioria das pessoas não saber do que se tratam os “conflitos no Prata” é muito grande. Ainda, enquanto a maioria das pessoas tem alguma informação sobre Margareth Thatcher, quase ninguém sabe quem foi Hipolito Yrigoyen e quando governou a Argentina. E a culpa disso não é do indivíduo, é claro, mas sim, dentre outras coisas, da estrutura de ensino, que quando vai falar de “América” nos remete ao norte do continente e “esquece” tudo o que tem abaixo do Rio Grande.

Não que não seja importante estudar os eventos relacionados à Revolução Francesa ou sobre as políticas de austeridade do neoliberalismo, mas é preciso ao menos tentar equilibrar essa balança conhecendo melhor a nossa história e de nossos vizinhos. Assim, optei por fazer uma narrativa mais factual da história argentina entrelaçada com interpretações sobre esses fatos. Agora, quando trato do Brasil mais detidamente, permito-me dicar menos deito à narrativa de datas, pessoas e eventos – sem perder a realidade histórica como ponto de partida e de chegada – e formular interpretações mais gerais sobre a nossa história. Por exemplo: enquanto para muitos brasileiros o Congresso de Tucuman pode ser apenas uma estação de metrô em Buenos Aires, não se presume o mesmo desconhecimento quando é citado 15 de novembro como data histórica. Assim, sem perder a narrativa factual, esse capítulo é mais interpretativo.

3.2 ESCRAVIDÃO, DEMOCRACIA E A HISTORICIDADE DAS COISAS

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. Se for considerado que durante o século XX, a escravização de pessoas por motivos étnico-culturais perdurou em alguns países, não seria exagero dizer que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravização sistemática de pessoas negras para o trabalho. Esse dado deveria ser suficientemente chocante em si para que todas as análises sobre nossa história jamais deixassem escapar essa perspectiva. Desde que as grandes navegações portuguesas aqui chegaram e começaram a forjar nossa ideia de nação, convivemos com 388 anos de escravidão e apenas 133 sem a exploração do trabalho escravizado. Essa história marca profundamente o Brasil.

Esses 388 anos de escravidão deixaram rastros profundos na cultura e na sociedade brasileira. O próprio direito foi influenciado por isso, seja pelos juristas que justificavam a barbárie, seja na própria cultura popular. Souto Maior afirma, sobre os efeitos da escravidão para o próprio direito do trabalho:

Não é incomum, em um debate sobre as relações de trabalho, expressarem-se opiniões que apontam a ingratidão o trabalhador ao ter ingressado com uma reclamação trabalhista perante a Justiça para buscar obter direitos, considerando-se que este trabalhador desconhece o ‘favor’ que lhe fora feito pelo empregador quando lhe ‘deu’ um trabalho. Quando o debate se faz a respeito do trabalho doméstico, então, esse resquício cultural escravagista se apresenta ainda com maior evidência¹¹⁶

Por exemplo, existe a noção no Brasil de “lei que não pega”, ou de lei que existe para não ser cumprida. O principal exemplo disso pode ser relacionado com a escravidão. Um termo popular largamente usado no país guarda relação com essa questão: a lei de 7 de novembro de 1831, que passou para a história como a “lei para inglês ver”. Clovis Moura explica o processo do qual resultou tal lei: o compromisso do Brasil com a Inglaterra para acabar com o tráfico de pessoas escravizadas da costa da África, que passou a ser considerado pirataria pelos ingleses. Ambos os países assinaram um tratado em 23 de novembro de 1826, ratificado em 13 de novembro de 1827. Em 21 de maio de 1831 uma portaria foi editada pelo Brasil que declarava livres as pessoas escravizadas que chegavam ao Brasil e determinava que os contrabandistas fossem processados. “Verificada a pouca força de tal portaria, sobreveio a lei de 7 de novembro, que foi também escandalosamente desrespeitada, daí ter sido chamada de lei ‘pra inglês ver’”.¹¹⁷

Sem entrar na discussão exata sobre o papel da escravidão para os empreendimentos capitalistas britânicos – e que a interdição do tráfico negreiro não era um ato de bondade de humanistas ingleses – essa ilustração serve para que não se perca de vista a questão racial como elemento que deve ser incorporado e lembrado nas análises e interpretação do Brasil. A ferida deixada por esse período tenebroso da história do Brasil – e da humanidade – ainda permanece aberta. Enquanto uns dizem não serem obrigados a pagarem tributo por algo que não cometeram, aos críticos cabe o reconhecimento do racismo inerente à nossa sociedade.

Racismo que afeta sobremaneira nossa crise democrática. Um país que não resolveu a questão histórica que tem com a população negra não conseguirá, nunca, erigir uma democracia em bases sólidas. Como enfatiza Souto Maior, “a escravidão gerou dados culturais dominantes no cenário nacional que repercutem até hoje, influenciando na forma

¹¹⁶ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História do direito do trabalho no Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 51.

¹¹⁷ MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 240.

de compreensão filosófica, econômica e social do trabalho”.¹¹⁸ E a crise da democracia – no Brasil e no mundo – não é algo novo. Contudo, o déficit democrático está cobrando sua fatura e assombra um mundo que não entende o que deu errado. Afinal de contas estava tudo aparentemente indo tão bem. O fascismo foi derrotado em 1945. O Ocidente construiu um Estado de bem-estar social que devia se espalhar pelo mundo todo. Países “em desenvolvimento” implementavam políticas de crescimento econômico e superação da extrema pobreza com certo êxito, a “década neoliberal” foi sucedida pela “onda rosa” latino-americana etc, etc, etc... seria possível indicar inúmeros motivos de euforia e otimismo com o futuro da humanidade nesse início de milênio.

Mas então o que deu errado? A resposta a essa pergunta não é simples. Aliás, a própria pergunta não é simples. Poderiam dizer até que ela é inadequada, pois algum interlocutor levantaria a voz e afirmaria que, para quem está no poder hoje, nada deu errado. Que isso seria ressentimento de derrotados que não souberam entender as demandas populares e foram derrubados pela fúria implacável da história.

Pois bem. Não nego que foram diversos os momentos em que setores alinhados com o progressismo não souberam entender a realidade, nem oferecer respostas a altura dos problemas concretos que se colocavam. Entretanto, parece que existe algo além do que seria razoável supor. Após décadas de consolidação de uma democracia liberal no mundo, a onda de vitórias de extrema-direita não seria exatamente uma decorrência causal. Ou seria?

A crítica à democracia não é algo recente, apesar de atual. Como diz Jacques Rancière “o ódio à democracia não é novidade”¹¹⁹, mas é preciso saber separar o que é crítica – como a feita pelos socialistas e marxistas sobre os limites da democracia burguesa em atender aos interesses da classe trabalhadora – de um ódio destrutivo que não vê mais nessa democracia um modelo viável para organização do próprio Estado. É preciso também separar o que esse problema representa para o centro do capitalismo e como isso se constitui e desenvolve como problema nas periferias.

Se é verdade que a ascensão de movimentos neonazistas, xenófobos, nacionalistas e autoritários de toda sorte assombra o continente europeu, o que dizer do nosso trópico que tem no déficit de democracia um elemento presente em toda nossa constituição nacional, seja como colônia, império ou república? A falta de democracia no Brasil também não é um

¹¹⁸ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História do direito do trabalho no Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 55.

¹¹⁹ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

elemento novo. Procuo aqui buscar uma compreensão sobre o varguismo a partir do prisma da democracia.

Vargas é seguramente a figura política brasileira mais importante no século XX e uma das mais importantes de toda nossa história. Sua dimensão complexa permite que ele seja classificado por uns como ditador que flertou com o fascismo e por outros como alguém que de fato rompeu as estruturas oligárquicas do autoritarismo da República Velha, sem que as duas imagens sejam excludentes. Vargas representa a figura de um Brasil que tenta se projetar para um futuro moderno flertando com o arcaico.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso ao sancionar a Lei de Concessão de Serviços Públicos declarou que aquilo era o “fim da Era Vargas”¹²⁰. Novamente, após 22 anos, a “reforma” trabalhista promovida pelo Governo Temer foi saudada pelos editoriais da grande mídia e pelo empresariado brasileiro como o fim da Era Vargas. Mas qual o papel de Getúlio Vargas na formação do Brasil como conhecemos hoje? Em especial, qual o papel de Vargas na construção de nossa democracia? A Era Vargas, afinal, acabou ou não? Afinal, o que é o trabalhismo e qual o papel da legislação do trabalho na vida nacional? Muitas perguntas que certamente não terão uma resposta satisfatória, mas busco uma interpretação plausível para tentar acomodar tantas aflições.

A colocação do problema a partir da constituição colonial do Brasil é importante para que sejam entendidas as condições que são fundamentais para determinada crítica. Assim como o “ódio à democracia” não é algo novo, tampouco o é colocar o Brasil no seu lugar de colônia.

Caio Prado Jr. define o sentido da colonização brasileira, por exemplo, como algo voltado para o exterior, como algo “voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fôssem o interesse daquele comércio”¹²¹ e explora a ideia de que o Brasil da década de 1940 é a síntese do seu processo de colonização.

A “descoberta” de terras pelos europeus teria acontecido quase que como acidente na busca de rotas comerciais ao oriente. Enquanto os portugueses se ocuparam em descer a costa africana, os espanhóis optaram pelo caminho mar adentro e acabaram por chegar à América. Pouco tempo depois, cá estavam os portugueses que seguiram os rastros de

¹²⁰ REDAÇÃO. FHC diz que lei é 'fim da era Vargas'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/14/brasil/26.html> Acesso em: 20 jan. 2021.

¹²¹ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1961. p. 26.

Colombo. A vasta empresa colonial portuguesa vai, portanto, firmando-se e se estabilizando voltada aos interesses comerciais portugueses:

Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país.¹²²

A noção dialética de Caio Prado Jr. permite a interpretação de que, apesar do sentido da colonização impor uma linha determinada de orientação dos acontecimentos de formação do Brasil, o desfazimento dessa empresa colonial é a condição para a emergência do conceito de nação brasileira. Assim, como algo que contém em si o seu oposto, a nação brasileira vai se forjando a partir da violência da escravidão e do seu instrumento corruptor, cruel e desumano.

E aqui não seria justo citar Caio Prado Jr para falar da dialética da escravidão sem trazer aquela que sem dúvida é uma das maiores pensadoras brasileiras e que trata de maneira tão profícua esse tema tão caro.

Lélia Gonzalez, no artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, revela muito do que o Brasil é:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês.¹²³

O texto – recheado de ironias, linguagem fluída e extremo rigor teórico – ironiza nossa forma de falar, mas ao mesmo tempo aborda com enorme potência todo racismo e o sexismo que existe na sociedade brasileira, como é possível identificar nas passagens abaixo transcritas:

E culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras

¹²² PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1961. p. 26.

¹²³ GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984. p. 238.

razões, reagem dessa forma justamente porque a gente pôs o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é Escravo. (...) E é justamente no carnaval que o reinado desse rei manifestadamente se dá. A gente sabe que carnaval é festa cristã que ocorre num espaço cristão, mas aquilo que chamamos do Carnaval Brasileiro possui, na sua especificidade, um aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência. Essa subversão na especificidade só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora.¹²⁴

Sobre o carnaval, festa popular de dimensões colossais e que diz muito sobre a cultura popular brasileira, Gonzales prossegue com sua crítica demolidora:

É nesse momento que a exaltação da cultura americana se dá através da mulata, desse 'produto de exportação' (o que nos remete a reconhecimento internacional, a um assentimento que está para além dos interesses econômicos, sociais, etc. embora com eles se articule). Não é por acaso que a mulher negra, enquanto mulata, como que sabendo, posto que conhece, bota prá quebrar com seu rebolado. Quando se diz que o português inventou a mulata, isso nos remete exatamente ao fato de ele ter instituído a raça negra como objeto a; e mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. Isso aí tem mais a ver com as explicações do saber constituído do que com o conhecimento.¹²⁵

Por fim, ao trabalhar o conceito da dialética Senhor-Escravo, que contém na figura do senhor a própria imagem roubada/apropriada do escravo e que o coloca como dotado de um saber não reconhecido, apesar de sua inferioridade, a autora tece uma poderosa e original contribuição para a compreensão da formação do Brasil:

Diferentes lugares da cultura brasileira são caracterizados pela presença desse elemento. No caso da macumba, por exemplo, que se atente para os 31 de dezembro nas praias do Rio de Janeiro, para os despachos que se multiplicam em cada esquina (ou encruzilhada) de metrópoles como Rio e São Paulo, e isto sem falar de futebol. Que se atente para as festas de largo em Salvador (tão ameaçadoras para o inseguro europocentrismo do Bispo de lá). Mas que se atente para os hospícios, as prisões, e as favelas, como lugares privilegiados da culpabilidade enquanto dominação e repressão. Que se atente para as práticas dessa culpabilidade através da chamada ação policial (...) Se a batalha discursiva, em termos de cultura brasileira, foi ganha pelo negro, que terá ocorrido com aquele que segundo os cálculos deles, ocuparia o lugar do senhor? Estamos falando do europeu, do branco, do dominador. Desbancando do lugar do pai ele só pode ser, como diz o Magno, o tio ou o corno; do mesmo modo que a europeia acabou sendo a outra¹²⁶

¹²⁴ GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984. p. 239.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 239-240.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 240-241.'

Em alguma medida, nossa constituição como nação baseou-se na violência contra a população negra, agravada na condição feminina, o que contribuiu para uma sociedade em que o déficit democrático se aprofunde de maneira escandalosa. Mas mais que isso, Lélia Gonzalez traz com todo o seu poder argumentativo que a própria nação brasileira foi forjada nessa relação dialética Senhor-Escravo. Lélia aprofunda a dialética de Caio Prado Jr., apesar de suas críticas a ele, tratando da indissociável relação entre senhor/escravo, entre colônia/nação, no germe da constituição brasileira. Não é possível compreender a história da formação da classe trabalhadora brasileira sem levar em consideração o enorme contingente de pessoas escravizadas foram relegadas à própria sorte após uma abolição incompleta.

Se no caso argentino o apagamento, inclusive formal, dessa população abriu caminho para a formação de centros urbanos com maioria da população imigrante, no caso brasileiro a imigração foi usada como fator de romantização de trabalhadoras e trabalhadores. A ideia do imigrante que vem para a América em busca de um “sonho” apaga a história de lutas de nossas populações. Ou ainda pior, o estrangeiro muitas vezes é tratado como um ser “superior” que “ensinou” ao povo brasileiro como se organizar politicamente. É óbvio que a influência das ideias políticas dos imigrantes não pode ser desprezada, mas por que se dá tanta ênfase ao “imigrante anarquista” e nada se diz do quilombola? Por que as ideias revolucionárias de italianos e espanhóis, por exemplo, é mais importante para a formação dos sindicatos no Brasil do que a tradição de lutas das revoltas coloniais? Tudo isso faz parte de um projeto.

Mesmo perdendo a condição formal de colônia, a nação brasileira se forma como algo voltado para fora de si mesma. Assim, chamar alguém de colonizado no Brasil perde sua força retórica de xingamento para virar uma triste constatação tropical.

Ainda na linha da interpretação clássica do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda proferiu a célebre passagem espancada por tantos que desejaram falar sobre a frágil democracia brasileira. Mas é necessária sua reabilitação não apenas pela sua imensa força retórica, mas também por seu um poderoso um instrumento de interpretação:

a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus

direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.¹²⁷

Essa passagem certamente foi muito banalizada, mas como todo clichê tem sua verdade, há que se admitir que a explicação que Sérgio Buarque confere para a fragilidade democrática brasileira durante a constituição do Brasil colonial não pode, e não deve, ser diminuída. Independentemente da discussão sobre a condição “semifeudal” de nossa aristocracia rural no século XIX, o fato interpretado por Sérgio no sentido de que esse grupo oligárquico apenas se preocupou com manter seus direitos e privilégios, chocando-se com a burguesia europeia que havia lutado contra essa mesma condição das monarquias despóticas, confere uma explicação plausível para as mazelas democráticas do Estado brasileiro.

Mais que isso, Sérgio Buarque vai adiante e enuncia com todas as letras: “As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul”¹²⁸. Não tenho tanta certeza sobre o fenômeno ser “corrente em toda a história da América do Sul”. Falta compreensão completa de cada especificidade histórica do continente, entretanto posso adotar com alguma tranquilidade que isso é uma característica simbólica muito forte para o caso brasileiro.

Uma possível intersecção entre esses temas pode ser extraída da obra de Florestan Fernandes. Ele afirma que existe uma espécie de solidariedade entre as categorias econômicas que formam a nossa burguesia, solidariedade essa baseada na sua necessidade de manutenção dos direitos de propriedade e da “ordem social competitiva” que estaria mais ligada à sua própria manutenção do que a um crescimento econômico propriamente capitalista¹²⁹.

Essa união de interesses em torno de manutenção de si próprios cria o que ele chama de “pacto sagrado” entre a burguesia. E mais do que isso, essa burguesia espera que as classes subalternas aceitem passivamente essa acomodação e interesses. Para Florestan essa é a “espinha dorsal do subdesenvolvimento”.¹³⁰

É totalmente possível fazer uma relação entre essa chamada “espinha dorsal” com os séculos de escravidão e submissão de homens e mulheres ao poder senhorial no Brasil. Essa

¹²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 160.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 182.

¹²⁹ FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 85-86.

acomodação de senhores e submissos é um traço marcante de nossa cultura. É bem verdade que isso não se deu de maneira tão passiva assim, basta lembrar todas as revoltas apagadas que ocorreram, principalmente no Nordeste, no Brasil colonial.

Ainda, não seria possível tratar de assunto tão arraigadamente brasileiro sem lembrar de Gilberto Freyre. Sua interpretação do Brasil é importante fonte de informações e reflexões até hoje. Darcy Ribeiro faz um denso apanhado de seu perfil e sua obra em artigo primoroso chamado simplesmente “Gilberto Freyre: uma introdução a Casa-grande & Senzala”. E antes de qualquer acusação, é importante frisar que Darcy também reconhece o caráter arraigadamente reacionário de Gilberto Freyre, mas considera que os elementos de interpretação nacional conferidos por sua obra não podem ser desprezados. Aliás, não deixa de ser curioso alguém tão alinhado ao reacionarismo ter escritos tão sensíveis sobre a realidade brasileira.

No texto, Darcy Ribeiro colaciona diversas passagens de Casa-grande & Senzala e intercala com comentários seus acerca da obra e da vida do autor, com erudição e acidez que lhes eram peculiares. Uma passagem muito ilustrativa e que pode auxiliar a reflexão que está sendo feito aqui é a que se segue, inserida em um item chamado por Ribeiro de “o brasileiro senhorial”:

Ao contrário do rapaz, adestrado para garanhão, a menina-moça era modelada para ser sempre fiel à castidade, vergonha, recolhimento, pejo, sisudez e modéstia, como correspondia à sua condição de classe. Mas com tanto empenho e zelo, e debaixo de tanta vigilância, que é como se se tivesse certeza de que, vendo-se entregue à si mesma, fora da camarinha vigiada, caísse logo na gandaia. Crescia rapidamente debaixo de rígidos controles só compensados pelos carinhos da mucama que a penteava, a lavava, catava seus piolhos, lhe fazia cafunés, contava histórias, cantava e sofria, calada, todas as agressões sádicas da senhorazinha impossível (...) menina ainda, florescia já recendendo a mulher apta para o matrimônio e o amor. Casava entre os 12 e os 13 anos. O primeiro parto vinha lá pelos 14. O rapaz amadurecia mais lentamente para os papéis sociais do senhorio familiar. Só aos 26 anos seria homem-feito, de hombridade marcada orgulhosamente pelas cicatrizes venéreas.¹³¹

A relação entre senhor – ou senhora – e escravo está evidente e mostra muito da dialética de Lélia Gonzalez. A relação entre a “senhorazinha” e sua “mucama” era quase que de unidade. Apesar de a escrava sofrer todo tipo de maus tratos, seus carinhos eram a única coisa que compensavam os rígidos controles da sociedade patriarcal.

Em relação a isso, existe um importante diálogo entre essa passagem e o que Angela Davis escreve. Em seu clássico e poderoso “Mulheres, raça e classe”, Davis enfatiza a

¹³¹ RIBEIRO, Darcy. *Gentidades*. 2. ed. São Paulo: Global, 2017. p. 48.

opressão sofrida pela mulher durante o período de escravidão como elemento constitutivo da luta da mulher negra:

Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões.¹³²

A igualdade com seus companheiros a que Angela Davis se refere é uma forma de negar o mito da matriarcalidade ou “supremacia feminina” negra. Davis explica que o que os brancos entendiam por “matriarcal” era, na verdade, uma maneira de resistência. Mulheres negras que estavam sujeitas, também, ao estupro como forma de dominação, não tinham sequer direito à maternidade – seus filhos lhes eram arrancados –, encontravam na necessidade de resistir também contra a brutalidade aplicada aos homens uma forma de afirmação de igualdade de gênero naquele ambiente brutal.

Não por outro motivo Davis escreve:

As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento e estupros – as encorajava a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas.¹³³

Gênero, raça e classe se entrelaçam, pressionam, interagem e se definem constantemente. Assim como no caso argentino isso não pode se apagado, no Brasil também deve ser evidenciado. O país com tantas feridas decorrentes da escravidão, do racismo, do machismo, não pode simplesmente seguir adiante como se nada tivesse acontecido.

Aliás, não é difícil de compreender – apesar de pateticamente triste – uma passagem envolvendo o, então, candidato à presidência da República Jair Bolsonaro. Quando seu filho Eduardo, deputado federal reeleito e com 34 anos à época, disse que não seria difícil fechar o Supremo Tribunal Federal¹³⁴, o pai lhe chamou de “garoto” e lhe deu uma “bronca” pelo

¹³² DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 31.

¹³³ *Ibidem*, p. 39.

¹³⁴ MAIA, Gustavo; ANDRADE, Hanrrikson de. "Eu já adverti o garoto", diz Bolsonaro após fala do filho sobre STF". *UOL: Eleições 2018*, 22 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/22/bolsonaro-filho-fechar-stf-repercussao.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

que foi dito. Não é de hoje no Brasil que a mulher é vista como “adulta” com 12 ou 13 anos, mas que o homem só atinja sua maturidade, quando atinge, com 26.

Não chega a ser surpreendente todos os pontos de não retorno que o governo Bolsonaro praticou nesses primeiros anos de mandato presidencial. A noção de um país tomado para si, em suas relações familiares mais íntimas e promíscuas, é infelizmente um retrato dessa interpretação de Brasil proposta por Gilberto Freyre.

Retornando a Darcy Ribeiro, “afinal, que é a história, senão essa reconstituição alegórica do passado vivente que nos ajuda a compor nosso próprio discurso sobre o que estamos sendo?”.¹³⁵ Essa passagem quase poética define muito do objetivo deste estudo. Assim que procuro orientar não só esse trabalho, mas toda uma visão histórica de mundo. A falta de compreensão da história do Brasil é um problema grave que não vem de hoje. Aliás, como o próprio Darcy dizia, em frase célebre que já virou domínio público, a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto.

A busca pela compreensão histórica é também a busca pela construção de um povo enquanto Estado, nação. A composição de um discurso sobre o que somos serve de instrumental teórico e prático. A construção das coisas se dá dia após dia e não é possível fazer isso sem pontuar suas historicidades.

Continuando essa busca pela compreensão histórica do que Vargas representou para a questão da democracia no Brasil, não é possível deixar de falar do tenentismo, o movimento rebelde das classes subalternas do exército brasileiro surgido no âmbito da crise da década de 20. Naquele momento, o tenentismo “tornou-se para todas as camadas intermediárias e populares o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente”¹³⁶ e canalizou insatisfações generalizadas contra o estado de coisas da República Velha. A força desse movimento, para além da passagem acima relatada, pode ser confirmada com o que a obra citada afirma adiante:

“Por outro lado, para as classes dominantes regionais em oposição ao núcleo agrário-exportador, os tenentes apontavam um caminho novo que, mesmo a custo, acabou sendo trilhado: a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance”.¹³⁷

¹³⁵ RIBEIRO, Darcy. *Gentildades*. 2. ed. São Paulo: Global, 2017. p. 23.

¹³⁶ FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Volume 9: sociedade e instituições (1889-1930)* por Paulo Sérgio Pinheiro et al. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 438.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 439.

Dois pontos relevantes podem ser extraídos dessa interpretação. O primeiro é que o tenentismo, mais do que um movimento militar rebelde da baixa patente, representava um núcleo de insatisfação que unia camadas médias e baixas da sociedade às classes dominantes regionais que se opunham à oligarquia rural da primeira república. Para ilustrar tal condição basta lembrar que Vargas apoiou-se fortemente nos tenentes, movimento com o qual também se envolveu largamente Luis Carlos Prestes, um dos maiores símbolos do socialismo soviético no Brasil. O segundo ponto de importância para aqui é o caminho trilhado pelo tenentismo: “a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance”. Os efeitos de uma política que promete muito, faz algo, mas não entrega a reformulação completa do estado de coisas, associado a um largo uso da violência, deixa marcas profundas no sentimento e imagem de democracia de um povo.

Contudo, Vargas foi uma figura mais complexa em vários aspectos. Mesmo nesse ponto inicial de sua chegada ao poder, cabe uma visão mais abrangente. Se é verdade que não posso falar de Getúlio Vargas sem falar do tenentismo, também é verdade que não é possível deixar de falar de sua campanha, encabeçando a Aliança Liberal, à presidência da república em 1930. O núcleo das propostas da Aliança Liberal é descrito assim na obra *História Geral da Civilização Brasileira*:

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava neste ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres, aplicação da lei de férias¹³⁸

Nota-se desse pequeno excerto que a noção conciliatória de Vargas surgia já mesmo durante a campanha de 1930 com a Aliança Liberal. Dizer, como largamente é difundido, que a CLT ou as leis trabalhistas foram fruto de um arroubo autoritário varguista e, pior, são cópia da legislação fascista italiana, mais do que desconhecimento da história, beira o maucaratismo. Serve para apagar a luta operária da República Velha – como queria, inclusive, o próprio varguismo – e para deslegitimar um sistema de proteção social fruto de intensa atividade política.

¹³⁸ FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Volume 9: sociedade e instituições (1889-1930)* por Paulo Sérgio Pinheiro et al. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 447-448.

Em relação a esse ponto, é interessante enfatizar a afirmação de Jorge Luiz Souto Maior sobre o assunto:

Durante algum tempo se insistiu em dizer que as leis trabalhistas brasileiras não foram precedidas das lutas de corpo e de ideias, como ocorrera na Europa Ocidental. O Estado teria se antecipado aos fatos, direcionando a conduta nas relações de trabalho, sem que uma reivindicação nesse sentido tivesse ainda emergido da sociedade. Essa visão, mesmo sem a intenção de fazê-lo, abre a porta para a conclusão de que a legislação trabalhista, no Brasil, foi ‘uma dádiva do Estado’, sem relação com a realidade, e que se pode, então, excluí-la pura e simplesmente como se possuir, ou não, uma legislação do trabalho fosse mera opção governamental.¹³⁹

De fato, a leitura história necessita de dialética para a compreensão acerca dos seus fenômenos. Efetivamente houve lutas sociais anteriores à formação da legislação trabalhista brasileira, mas não é possível dizer que o estado não adotou uma postura ativa no sentido de formular o que ficou conhecido como a “ideologia da outorga” em relação aos direitos sociais. Isso justamente porque o varguismo assumiu a retórica de que os direitos trabalhistas haviam sido criados por um líder benevolente pensando no bem do povo, o “pai dos pobres”, apagando as lutas sociais anteriores. Angela de Castro Gomes explica:

os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal.¹⁴⁰

Contudo, nem leituras que identifiquem Vargas como simplesmente um ditador, nem leituras que exaltem sua figura como líder de uma nação soberana são adequadas e suficientes para explicar esse complexo fenômeno.

Angela de Castro Gomes, em outro texto, resume bem a questão simbólica que envolve a figura de Vargas:

Vargas foi, ao longo de quase vinte anos (embora não consecutivos), um chefe de Estado ditatorial (1930-1934 e 1937-1945), mas também um presidente eleito: primeiro, por uma Assembleia Nacional Constituinte (1934-1937) e depois, diretamente pelo povo (1951-1954). E foi exatamente nessa última condição que ele cometeu suicídio, oferecendo ritualmente seu corpo físico e político ao país e ao povo, em defesa da soberania e da democracia. Lance político indubitavelmente

¹³⁹ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História do direito do trabalho no Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 126.

¹⁴⁰ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 181.

arriscado e radical, que obteve surpreendente sucesso imediato e demarcou a figura de Vargas como a de um mártir¹⁴¹

Mas essa figura de mártir não representou, ao mesmo tempo, uma hegemonização de sua imagem ou de seu legado. Em relação ao tema mais propriamente desse estudo, Gomes prossegue:

É importante entender que, devido à montante internacional do antiliberalismo, foi possível para o pensamento autoritário do período capturar a bandeira da democracia, preenchendo-a de sentidos inteiramente novos e encontrando ampla recepção, tanto junto à elites, como nas camadas populares da população. O significado histórico da palavra democracia, particularmente no caso da experiência brasileira, esteve associado à dimensão social e não política, o que permitiu a construção de um conceito aparentemente paradoxal: ‘democracia autoritária’. O Estado brasileiro do pós-1930 pôde então se proclamar, franca e claramente, um Estado forte, centralizado e antiliberal, sem perder a conotação de democrático, isto é, justo e protetivo¹⁴²

Essa compreensão de Angela de Castro Gomes vai ao encontro do que pensa José Murilo de Carvalho sobre tema parecido. O mineiro considera que a inversão da cronologia de T. H. Marshall¹⁴³ afeta o tipo de cidadão e a democracia:

a cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular (...) é razoável supor que caminhos diferentes afetem o produto final, afetem o tipo de cidadão, e, portanto, de democracia, que se gera.¹⁴⁴

O autor prossegue analisando que essa configuração de poder, que afeta a cidadania e a própria democracia, acaba por criar um agigantamento do Executivo e a valorização do corporativismo. Um Poder Executivo forte e que se mostra como tal, reforçando sua imagem de provedor (“pai dos pobres”), elimina a mediação entre a sociedade civil e seus representantes fazendo com que demandas sejam levadas diretamente ao chefe de governo que pode atendê-las ou não. Assim, direitos não são vistos como algo para todos, mas sim

¹⁴¹ GOMES, Angela Maria de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro César Dutra. (orgs.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 70.

¹⁴² *Ibidem*, p. 71.

¹⁴³ Sociólogo britânico, criador da noção de que a cidadania se desenvolve cronologicamente em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais e que a cidadania plena só existe com a conjugação dos três grupos de direitos.

¹⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 219-221.

como privilégios de determinadas corporações que conseguiram melhor trânsito dentro do governo.¹⁴⁵

A Revolução de 30 proclamou uma ruptura com o núcleo agrário exportador da sociedade brasileira e abriu a possibilidade de relações da sociedade civil não mediadas por representantes oligárquicos, o que pode ser encarado de certa maneira como uma democratização da vida política. Por outro, o completo desprezo às instituições é algo também reforçado por esse fazer-se do governo. Assim, a única instituição que importa, ao fim e ao cabo, é o chefe do Poder Executivo. “Nunca houve no Brasil reação popular contra fechamento do Congresso”¹⁴⁶ sentencia, com razão, José Murilo de Carvalho. Ainda que seja possível compreender que não exista uma fórmula única para a construção da democracia, é inegável que o diagnóstico de José Murilo contém um dado de realidade muito concreto. A nossa democracia cambaleia e não é de hoje.

Vargas teve um papel dúbio. Se por um lado representou uma figura que reforçou a proximidade do líder com as massas, em contrapartida ao governo oligárquico da República Velha, por outro também é possível afirmar que durante a Era Vargas não houve grandes avanços em termos de consolidação das instituições democráticas brasileiras. Ao contrário, o próprio Vargas deu um golpe de Estado e subverteu a ordem constitucional de 1934. Se talvez não é possível reputar a ele toda a culpa por nosso déficit democrático, certamente também não posso dizer que ele contribuiu para sua superação.

Esse papel contraditório de Vargas é muito bem expressado por Souto Maior ao tratar o mecanismo pelo qual o executivo, naquele período, buscou fomentar a colaboração entre estado e operariado:

O que se pretendeu foi a formação de uma classe operária com espírito de colaboração com o capital e o Estado e, para tanto, o governo se envolveu em uma frenética atividade legislativa, direcionada à proteção do trabalho. Era preciso que esses novos operários, que se pretendia não fossem os estrangeiros, que dominaram o cenário operário na Primeira República, se identificassem com o projeto de Nação instaurado¹⁴⁷

Como se nota, a “frenética atividade legislativa” contém em si um paradoxo. Se por um lado houve direto e evidente benefício para a classe trabalhadora brasileira, por outro

¹⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 219-221.

¹⁴⁶ Idem, 2002.

¹⁴⁷ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História direito do trabalho no do Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 207.

houve uma inequívoca atuação do Estado não no sentido de fortalecimento da democracia, mas ao contrário, da criação de estruturas a partir de uma ideia pré-orientada e não da ampla participação popular.

Jacques Rancière, do qual já falei, faz um diagnóstico sombrio da derrocada de um sentimento democrático de liberdade na contemporaneidade. Após longa reflexão – que passa pela crítica marxista sobre a democracia burguesa e a liberdade apenas para o consumo; pelo paradoxo do excesso de demandas da sociedade democrática, que deve ser limitada por um estado democrático; e de uma reflexão teológica sobre Deus e de como somos governados – o autor dispara:

No lugar da Voz, diz Benny Lévy, os modernos colocaram o homem-deus ou o povo-rei, esse homem indeterminado dos direitos humanos que o teórico da democracia Claude Lefort transformou em ocupante de um lugar vazio. No lugar da “Voz-para-Moisés” está um “homem-deus-morto” que nos governa. E este só pode governar fazendo-se fiador dos ‘pequenos prazeres’ que pagam nossa grande aflição de órfãos condenados a vagar pelo império do vazio, o que significa indiferentemente o reino da democracia, do indivíduo ou do consumo.¹⁴⁸

A democracia está em crise em todos os lugares e ao mesmo tempo. Como não podia deixar de ser, o caso brasileiro possui especificidades. Aplica-se ao Brasil a crítica feita por Rancière?

Nossa frágil e nova democracia não passou por tantos processos de amadurecimento que garantam a aplicação da categoria de um “homem-deus-morto”, que precisa garantir e ser fiador de uma sociedade condenada a “vagar pelo império do vazio”. Até 1889 o Brasil era uma monarquia. De 1889 até 1930 uma República Oligárquica que não era exatamente uma democracia. A Revolução de 30 significou uma ruptura para algumas coisas e manutenção para outras – e um dos aspectos dessa conservação foi o não enfrentamento desse déficit democrático. A construção do “sujeito indeterminado” dos direitos humanos sempre foi um caminho martirizante. Não raras vezes, direitos humanos são vistos e tratados com deboche pela opinião pública.

Apenas em 1945 é que a nação vai ter uma vivência democrática institucional de maior duração, ainda assim sem a garantia do direito ao voto dos analfabetos. E ainda assim, 19 anos depois, sofremos um golpe civil-militar que jogou o país numa ditadura por duas longas décadas. A redemocratização brasileira foi uma redemocratização mediada. Não

¹⁴⁸ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 45-46.

foram implementadas políticas de direito à memória e à verdade, como, por exemplo, nossos vizinhos mais próximos fizeram. Tudo isso pressionado por questões de raça e de gênero jamais resolvidas.

Ainda que existam especificidades, o “império do vazio” nos pressiona, nem que seja pela negativa. A todo o tempo o consumo nos interpela. Vargas e sua “democracia autoritária” implementaram uma agenda econômica e social amplamente amparada no capitalismo. Ninguém, em sã consciência, diria que Vargas seria socialista ou qualquer coisa próxima a isso. Assim, a crise da democracia liberal capitalista do centro do mundo também afeta o Brasil. E por aqui já existe uma resposta. O gigantismo do Poder Executivo é altamente propício para a eleição de “salvadores da pátria”. Quebrar esse ciclo não é tarefa fácil e hoje o país vive essa ressaca.

3.3 AS MIL CARAS DO TRABALHISMO

A análise feita até aqui poderia muito bem legitimar uma solução “populista” e “paternalista” para o trabalhismo. Com todo o déficit democrático brasileiro, não seria de se estranhar Vargas como apenas mais um líder preocupado em manter o povo, a classe trabalhadora, sob o jugo das elites. Durante muito tempo a análise que prevaleceu na leitura do varguismo no Brasil, e a formação do direito do trabalho, foi a de que a figura “bondosa” de Getúlio Vargas deu às trabalhadoras e aos trabalhadores todos os direitos que hoje existem.

Tal entendimento ficou conhecido como “ideologia da outorga”, justamente porque o varguismo assumiu a retórica de que os direitos trabalhistas haviam sido criados por um líder benevolente pensando no bem do povo, o “pai dos pobres”, apagando as lutas sociais anteriores.

Isso, todavia, não foi criado na mente descompromissada de algum acadêmico, jurista ou político, embora tenha havido a participação de uma equipe comprometida de intelectuais. Foi, senão, obra orquestrada do governo estadonovista de Getúlio Vargas, que se valeu da ideologia da outorga para apagar a história operária e de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores. Mas mais do que isso, não se tratava apenas de apagar a história passada, mas sim de se apropriar de um discurso presente, apoiado na massiva regulação das relações de trabalho, e se avocar a condição de legítimo representante do mundo do trabalho.

Verifica-se que a identidade trabalhista formada pelo governo Vargas criou as bases para a construção de toda uma sociedade forjada, ou “regulada”, a partir de direitos sociais e controle da história. Esse apagamento, propositalmente pensado por grandes intelectuais,

é preciso dizer, como Oliveira Viana, Francisco Campos, Marcondes Filho e Azevedo Amaral, funcionou como uma espécie de “redescobrimto” do Brasil, relegando a segundo plano, às vezes a plano nenhum, toda uma história de lutas, escravidão, exploração, espoliação. Isso, de certa forma, forjou uma identidade nacional a partir de uma ética torta de trabalho, de direitos divinamente concedidos e do suposto fim da estrutura de classes, já que o “Chefe da Nação é um homem que trabalha” como pondera Maria Helena Rolim Capelato:

A doutrina estadonovista negava a identidade de classe do operariado, diluindo-a no coletivo nação/Brasil. Essa diluição da classe no todo explica-se pela tentativa de negar a identidade da classe operária construída pelo comunismo, que elegeu o operariado como sujeito privilegiado da história e promotor das transformações por meio da luta social. A negação do conflito social pela imagem da sociedade unida e harmônica implicava negação da representação do operário como classe social com interesses próprios.¹⁴⁹

Em relação ao caso brasileiro, efetivamente Vargas não “criou” o movimento operário, mas usou a retórica para dizer que sim. Contudo, essa retórica foi acompanhada de um elemento histórico quantitativo: o Brasil não possuía organizações da classe operária em tal dimensão que obrigasse o governo a realizar grandes composições e coalizões no plano institucional com esses sindicatos como aconteceu na Argentina.

Nesse sentido, Angela de Castro Gomes ao explicar a hipótese de sua tese assim expõe:

A hipótese deste trabalho é que o sucesso do projeto político estatal – do ‘trabalhismo’ – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elementos-chave de sua autoimagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo. Assim, o projeto estatal que constituiu a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores.¹⁵⁰

A visão perpetuada pelo Estado Novo gerou impactos na própria forma como o direito do trabalho é compreendido hoje em dia no Brasil. Busco aqui uma reorientação da leitura histórica, através da qual a reivindicação das organizações operárias pela efetivação

¹⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 197.

¹⁵⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 24-25.

de direitos situa-se dentro da análise jurídica de como o direito do trabalho forneceu importantes elementos para a construção da subjetividade e identidades da classe trabalhadora no Brasil.

O fenômeno do trabalhismo é complexo e existem várias interpretações possíveis. Irei abordar algumas delas para formar um juízo próprio. Antes de mais nada, é necessário fazer um esclarecimento que já pontuei anteriormente. O uso das expressões “trabalhismo” e “varguismo” não importam em confusão ou dúvida sobre o fenômeno histórico que estou tratando. Na verdade, deliberadamente opto por usar os dois termos não por necessidade de evitar repetições, mas sim porque são coisas diferentes.

Ao contrário do caso argentino, que peronismo designa um momento histórico e um movimento político amplo e duradouro, no Brasil varguismo e trabalhismo podem ser sinônimos, mas podem também significar momentos políticos distintos. Trabalhismo é movimento que pode ser reivindicado por setores políticos atuais, como Ciro Gomes e o PDT, ou por figuras como Leonel Brizola no passado, e que remete logicamente à Vargas mas não se confunde com sua construção política que aqui estou chamando de varguismo, o culto à sua imagem e a construção de todo o seu ideário enquanto esteve no poder. Por isso, ora uso varguismo ora uso trabalhismo pontuando essa diferença.

No presente tópico, irei tratar do trabalhismo como uma leitura histórica do momento em que ele se confunde com o varguismo, mas nem sempre é assim. Feito esse esclarecimento, vamos ao ponto.

Angela de Castro Gomes afirma que o processo de formação do trabalhismo, em alguma medida, é “a trajetória da incorporação da classe trabalhadora ao cenário político da sociedade brasileira, ou seja, o processo pelo qual esta classe trabalhadora ganhou o *status* de ator político influente na vida institucional de nosso país”.¹⁵¹ Contudo, como a própria autora demonstra ao longo de seu trabalho, essa incorporação não tornou a classe trabalhadora livre.

O estudo da ideologia dentro desse fenômeno político é ampla e possui diversos aspectos. É possível identificar conteúdos ideológicos seja na própria formação do trabalhismo seja na forma como foi feita sua propagação. Por exemplo, a ideia de que a legislação trabalhista brasileira foi obra de uma figura “caridosa” como Vargas e que não

¹⁵¹ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 299.

houve qualquer movimento reivindicatório prévio é uma maneira de apagar a história, falsear a realidade com profundo conteúdo ideológico.

Mas o processo de apagamento da história brasileira não ocorreu apenas no campo da teoria – principalmente por parte da teoria jurídica que adotou esse discurso. O próprio governo na Era Vargas utilizava-se de expedientes que fizeram com que essa “figura bondosa” de Getúlio ficasse evidenciada.

Maria Helena Rolim Capelato, por exemplo, afirma que tal retórica foi largamente usada pelo governo estadonovista para fundar as bases do trabalhismo brasileiro, e aqui é possível identificar trabalhismo com varguismo à medida que estou tratando de um expediente do Estado Novo, período em que o culto à Getúlio Vargas foi intensificado¹⁵².

Nesse sentido, para corroborar sua tese, a autora realiza um trabalho amplo de pesquisa em livros de época e encontra passagens muito ilustrativas em obras didáticas distribuídas nas escolas do país. Uma delas chamada “O Brasil é bom” do Departamento Nacional de Propaganda, de 1938 mostra uma tentativa de construção de uma identidade nacional forjada a partir do trabalho e na busca pelo apaziguamento de quaisquer conflitos, principalmente os de classe:

O Brasil é bom. O menino já ficou sabendo isso na lição anterior. O menino já pode se considerar um bom brasileiro. Um bom brasileiro ama o seu país. Trabalha pela grandeza do Brasil. Conhece o Brasil e respeita suas leis. Defende a ordem e a Justiça. Um operário é um bom brasileiro? Sim, menino, um operário é um bom brasileiro, porque é um brasileiro que trabalha. Um soldado é um bom brasileiro? Sim, menino, porque é um brasileiro que defende a ordem, a lei e a justiça. O pai do menino é um operário. O pai do pai do menino também foi um operário. Quem é o pai do menino? É o avô do menino. O menino sabe que o avô foi pobre e se queixou das injustiças. Mas o pai do menino já tem DIREITOS. O direito é a riqueza do homem honesto e trabalhador. Hoje, todos os brasileiros são iguais. O patrão e o operário são do mesmo tamanho. O Estado, isto é, o Brasil, é que é maior dos que ambos. E por isso tem a autoridade necessária para resolver as divergências entre os dois. O menino sabe o que é uma divergência? Não, o menino não sabe. Já viu uma briga entre irmãos? Pois isso é uma divergência. Todos os brasileiros são irmãos. O Brasil não quer que os seus filhos, irmãos brasileiros, briguem uns com os outros. O Brasil não quer coisas feias. O Brasil não quer divergências. Aí está mais uma razão pela qual O BRASIL É BOM.¹⁵³

Essa tentativa fica ainda mais escancarada quando a autora continua realizando a citação do livro didático em que o próprio Presidente da República é colocado como um trabalhador, um operário exausto por seu trabalho incessante:

¹⁵² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 180.

O Chefe da Nação...é um homem que trabalha. E trabalha mais do que todos, porque trabalha pelo Brasil. O Presidente é um homem modesto, de vida simples, sem ostentações. Ele não exerce o governo por vaidade ou prazer. Exerce o governo por força de uma predestinação e porque gosta de trabalhar pela grandeza do Brasil. Ele é também um operário: o operário da grandeza nacional. Trabalha entre muitos papéis, escravo do seu dever. Ele é o homem mais ocupado do país. Homem a quem não sobra a menor parcela de tempo. O Chefe da Nação é um exemplo de atividade para todos os brasileiros. Todos os brasileiros devem ser trabalhadores como o Presidente. Todo o trabalho é útil...porque se trabalha pelo bem geral. Só não são úteis à Pátria os ociosos, os derrotistas e os boateiros. Esses são inimigos da Pátria. Ocioso é o que não trabalha. Derrotista é o que diz que o Brasil não é bom. É mentiroso, e mentiroso também é o boateiro, que conta histórias falsas como simples intuito de provocar dissídios no seio da grande família feliz dos brasileiros. Esses são maus brasileiros.¹⁵⁴

Por isso, continua a autora, “o cidadão era sinônimo de bom brasileiro e o bom brasileiro era o que trabalhava pela grandeza do Brasil, respeitando a ordem. Por isso as greves e quaisquer outras formas de perturbação do trabalho eram proibidas”.¹⁵⁵ Essa retórica do trabalho como unificador nacional e, ao mesmo tempo, apaziguador de conflitos torna claro um papel extremamente relevante que a própria ideologia pode cumprir.

Essa retórica utilizada pelo varguismo, aliada à chamada “ideologia da outorga” do Estado Novo, fecha o quadro de falseamento de uma realidade e afirmação de uma verdade.

Sobre isso, Angela de Castro Gomes explica justamente porque o varguismo assumiu a retórica de que os direitos trabalhistas haviam sido criados por um líder benevolente pensando no bem do povo, o “pai dos pobres”, apagando as lutas sociais anteriores:

os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal.¹⁵⁶

Essa utilização de uma construção política que apaga movimentos populares anteriores a ela e a forte narrativa relacionada ao trabalho permite desvendar uma grande utilização por Vargas dos conceitos de ideologia que trabalhei anteriormente.

Essa visão se compatibiliza com o que Adalberto Paranhos desenvolve em seu livro “O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil”:

Notadamente a partir da escalada repressiva que tomou como álibi ideológico o levante comunista frustrado de 1935, o ‘Estado Novo’ se iniciou, precocemente

¹⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 181.

¹⁵⁵ Idem, 2009.

¹⁵⁶ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 181.

para as classes trabalhadoras. E com ela a fala do Estado se sobrepôs às falas operárias. Mais do que isso, a ideologia do trabalhismo se apropriaria dos discursos dos trabalhadores, e essa fala roubada, reformulada, retornava a eles como mito, tendo como componente básico a ‘doação’ da legislação social. Estava aí a razão de ser da imagem paternalista que se forjará em torno de Vargas e do Estado¹⁵⁷

Essa visão, de fala roubada e de projeto estatal de construção de imagem das próprias trabalhadoras e dos próprios trabalhadores, se compatibiliza com a “espinha dorsal do subdesenvolvimento” de Florestan que já tratei anteriormente e que seria a forma como a burguesia nacional espera que as classes subalternas aceitem passivamente a acomodação dos interesses de seu “pacto sagrado” Esse pacto implica uma solidariedade entre frações da burguesia nacional, solidariedade essa que estaria ligada mais à sua própria manutenção de classe do que a um crescimento econômico propriamente capitalista.

Vargas acaba por trazer para o cenário político essa espinha dorsal. Se em alguma medida os governos da Primeira República mantiveram a sociedade de classes brasileira à base da força, Getúlio cria um estratagema profundamente sofisticado que além de ser extremamente benéfico para a burguesia nacional ainda o coloca como “pai dos pobres”. Contudo, é possível notar que a ideologia não atua aqui apenas como falseamento de realidade, mas também como conjunto de ideias que formam quase que uma cultura popular e a afirmação de interesses de classes. No caso concreto, o estudo da ideologia mostra todo o seu caráter complexo e multifacetado.

A fala roubada, reformulada e devolvida às trabalhadoras e aos trabalhadores é uma interpretação útil para a compreensão do trabalhismo, mas não é a única. É de se compreender a forma como a legislação trabalhista operou no meio do movimento operário brasileiro. Mas, a seu modo, trabalhadoras e trabalhadores fizeram uma limonada. A reivindicação por direitos e as lutas sociais não morreram no Brasil depois de Vargas. E é importante a compreensão dessas pautas reivindicatórias no contexto da discussão sobre o populismo lançada inicialmente.

¹⁵⁷ PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 35-36.

Ainda que Capelato¹⁵⁸, em maior grau, e Castro Gomes¹⁵⁹ e Paranhos¹⁶⁰ em menor, reforcem a noção de que a tentativa de uma imposição ideológica do varguismo sobre a classe trabalhadora, essas não são as únicas visões possíveis. Na verdade, nesse trabalho eu me alinho muito mais com as interpretações que dão foco à limonada feita por trabalhadoras e trabalhadores para sobreviverem nesse mar revolto.

Marcelo Cattoni de Oliveira e Tayara Lemos fazem um apanhado amplo que expõe o estado da arte das interpretações sobre trabalhismo no Estado Novo e como as diferentes escolas do pensamento sociológico, histórico e político, enfrentam a questão.

Ao analisarem os conceitos utilizados por diversas linhas do pensamento brasileiro sobre o trabalhismo, a autora e o autor enfatizam que esses conceitos seguem em disputa e precisam ser colocados na perspectiva da classe trabalhadora como agente da história para uma interpretação do Brasil. Ao analisarem a teoria do populismo, que já foi objeto de crítica nesse trabalho, eles enfatizam que para seus teóricos o “novo proletariado era alienado das tradições revolucionárias e se tornaria massa de manobra para oportunismos populistas”.¹⁶¹

Essa leitura encontra paralelo, por exemplo, em certos setores do pensamento sociológico argentino¹⁶² que consideram que existem “novos” e “velhos” trabalhadores, resultantes da imigração interna e que, por não estarem ligados à tradição de lutas dos imigrantes na formação do operariado argentino, seriam mais suscetíveis a serem levados pelas políticas intervencionistas de Perón.

No caso brasileiro, o raciocínio é o mesmo. Trabalhadoras e trabalhadores “novos”, que não tiveram contato com ideologias revolucionárias vindas dos imigrantes do início do século XX, estavam mais preocupados em sua própria sobrevivência do que exatamente em “mudar o mundo”, e essas pessoas seriam mais vulneráveis a discursos populistas. O erro dessa teoria não consiste exatamente em sua cronologia histórica, já que seus teóricos poderiam facilmente identificar essas características da classe trabalhadora supostamente desprovida de engajamento político. O erro consiste justamente em desprezar o elemento de

¹⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁵⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

¹⁶⁰ PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 35-36.

¹⁶¹ OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. LEMOS, Tayara Talita. *Trabalhismo no Estado Novo: um conceito em disputa na construção da cidadania*. In: OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. 2. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2020. p. 341.

¹⁶² O principal expoente dessa teoria é Gino Germani, um dos precursores da sociologia na Argentina e um dos mais destacados intérpretes do peronismo a partir de uma noção de populismo e manipulação de classe.

formação da própria classe trabalhadora enquanto sujeito histórico. O engajamento, ou não, de trabalhadoras e trabalhadores em certo projeto político institucional não se dá por sua suscetibilidade à manipulação, mas sim pelas suas próprias experiências políticas concretas.

Nesse sentido, Oliveira e Lemos vão precisamente à raiz do problema:

Todas essas descontinuidades, ainda que de forma superficial, demonstram que não houve apenas *uma classe trabalhadora* constituída e que, por vezes, a história oficial falha ao velar narrativas subterrâneas e negar às práticas sociais de luta suas conquistas. As crises no modelo sindical, a repressão aos sindicatos, suas dissidências – greves, movimentos, novas formas de organização, resistência – são exemplos claros de que há outras narrativas importantes, muitas delas registradas nas etnografias operárias, que merecem e precisam ser desveladas.¹⁶³

É justamente esse movimento teórico que pretendo imprimir nesse trabalho. Não é possível que ainda exista uma noção de que o líder manipule toda uma legião de pessoas que não conseguem pensar por si mesmas e acabem por aderir a um projeto político sem nada em troca. Não é disso que se trata. Na verdade, essa mesma noção de troca é criticada por Lemos e Cattoni. Ela e ele oferecem uma visão diferente da própria abordagem de Angela de Castro Gomes, dizendo que, ainda que a autora avance muito na interpretação do trabalhismo, sua noção de pacto ainda é limitada pela própria noção de troca e, de certa forma, orientada pelo ideário do Estado Novo, em que Estado e classe trabalhadora atuaram em conjunto para a “doação” de direitos sociais e um lado e a “adesão” ao varguismo, de outro.¹⁶⁴

Talvez eu não fosse tão duro assim com a professora carioca. Sem dúvida nenhuma os avanços de sua teoria são fundamentais para a compreensão mais acurada do fenômeno do trabalhismo no Brasil e talvez, também, sua teoria de pacto entre Vargas e a classe trabalhadora atue de certa forma como reprodutora de algo que a própria autora critica. Mas desvelar o mito da ideologia da outorga, por exemplo, é fundamental para colocar a legislação trabalhista em outro patamar dentro da comunidade jurídica.

Posicionar a construção da cidadania trabalhista fora do âmbito da “mente perversa” de um líder ditatorial assume um caráter simbólico de prestígio à uma legislação social que não pode simplesmente ser descartada da mesma maneira sórdida como foi “criada”.

¹⁶³ OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. LEMOS, Tayara Talita. *Trabalhismo no Estado Novo: um conceito em disputa na construção da cidadania*. In: OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. 2. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2020. p. 350.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 351-352.

E, aqui, eu me alinho a Oliveira e Lemos para fazer coro à interpretação de Jorge Ferreira sobre a história operária brasileira. Ferreira é talvez um dos historiadores mais originais do Brasil quando se trata de análise da relação da classe trabalhadora com a liderança política de Vargas. Seu livro “Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)” faz uma incursão em milhares de cartas enviadas por trabalhadoras e trabalhadores diretamente à Getúlio Vargas através da Secretaria da Presidência da República. O resultado é um mosaico atento e muito apropriado para a compreensão dessa relação (povo-líder) tão polêmica quando se trata dessa figura histórica brasileira.

Ferreira refuta explicitamente a tese de que o triunfo do populismo se deu pela constante reposição de mão de obra da cidade por pessoas vindas do campo, e chama isso de crença difundida muitas vezes entre setores da própria esquerda, mas não só:

Não é incomum na bibliografia especializada, proposições que atribuem o sucesso do ‘populismo’, entre várias outras razões, à constante reposição da mão de obra vinda do campo. Contaminados pelas tradições culturais dos camponeses que chegavam à cidade em busca de trabalho, os autênticos operários não teriam conseguido formular uma consciência coletiva própria¹⁶⁵

Além de refutar essa tese, já que todo o seu livro é baseado na formulação de uma consciência coletiva de trabalhadores durante o período estudado, Ferreira pontua que realmente as cartas analisadas eram em número muito maior de trabalhadores urbanos. E uma das hipóteses levantadas pelo autor é que “diversamente dos trabalhadores das cidades, os camponeses não encontraram motivações para escrever ao presidente da República”¹⁶⁶ já que essa população não foi contemplada pelo avanço da legislação trabalhista do período e, logo, não fez parte do pacto entre Vargas e a classe trabalhadora.

Aqui é curioso notar que existe uma coincidência quase anedótica entre Vargas e Perón. Enquanto aqui Vargas chega ao poder e institui uma série de leis trabalhistas voltadas exclusivamente ao trabalho urbano em um país de população majoritariamente rural, na Argentina acontece o contrário. Perón assume o poder e a principal lei trabalhista promulgada nos seus primeiros anos é o “Estatuto del Peón Rural”, uma lei para regulamentar o trabalho do campo em um país com maioria da população urbana.

Claro que a situação é mais complexa que isso, e no caso argentino o trabalho urbano já era amplamente regulamentado pelas negociações coletivas e a forte atuação sindical, mas

¹⁶⁵ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 74.

¹⁶⁶ Idem, 2011.

não deixa de ser curioso pensar que o maior trunfo legislativo do período não afetou tanta gente assim. De toda forma, como já afirmei antes, a conformação das relações de trabalho e a intervenção estatal sobre isso na Argentina se deu muito mais no plano coletivo do que no do direito individual.

Pois bem, voltando à Ferreira, o autor estabelece um verdadeiro inventário da identidade política de trabalhadoras e trabalhadores durante a chamada Era Vargas. São diversos relatos em forma de cartas que montam um quadro dessa identidade a partir de experiências de pessoas que viam “um Estado que reconhecia a legitimidade de suas demandas e reivindicações” e que, sobre a legislação social, não pode minimizar “a repercussão dessa política pública nas vivências e experiências dos trabalhadores”.¹⁶⁷

Esse elemento de história social tem o poder de reorientar a compreensão sobre o período. Assim como Daniel James adverte que não é possível compreender o peronismo sem levar em consideração que trabalhadoras e trabalhadores tiveram grande incremento nas condições de vida durante seus governos, o mesmo vale para o Brasil¹⁶⁸. A legislação trabalhista varguista implicou significativa melhora das condições de vida da população trabalhadora urbana. Assim, qualquer análise sobre a formação da identidade coletiva de quem trabalha no Brasil passa por isso. Aqui nesse ponto, volta a ser útil o conceito de “pacto” de Angela de Castro Gomes¹⁶⁹. Não como um acordo deliberado existente entre Estado e classe trabalhadora, mas com um elemento de interação entre esses atores históricos.

As cartas analisadas por Jorge Ferreira mostram um conjunto de pessoas que sabiam exatamente o que estava acontecendo e participavam da construção simbólica daquele estado de coisas. A disponibilização de um canal direto de comunicação entre populares e o presidente da república estimulava a imagem de proximidade e interlocução sem intermediações entre o povo e sua liderança.

E não é possível sequer dizer que essa estrutura criada pela presidência da república era um estratagema apenas para criar uma falsa imagem dessa relação. Realmente as cartas

¹⁶⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 52.

¹⁶⁸ JAMES, Daniel. Ideologia popular e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10. p. 5-27, 1985.

¹⁶⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

eram lidas, respondidas e algumas até encaminhadas dando solução ao problema exposto e à solicitação realizada:

A eficiência técnico-burocrática, a estruturação em órgão de triagem para encaminhar a correspondência e a prática de responder aos interessados em nome de Vargas, contribuindo assim, para legitimar o Estado perante os trabalhadores, eis a orientação da Secretaria após 1930, organizada e estruturada para atuar como um canal de comunicação entre Estado e sociedade ¹⁷⁰

É bem verdade que Jorge Ferreira comete alguns excessos ao explicar essa relação direta de legitimação do Estado, por um lado, e construção da identidade social da classe trabalhadora, por outro. Especialmente quando ele menoscaba, ou pelo menos tentar diluir, o papel da ditadura Vargas na repressão a movimentos populares e, especialmente, os comunistas. Mostrando simpatia aos presos comunistas, Ferreira faz um longo apanhado de suas condições de vida nas prisões, suas lutas, suas construções, mas, ao mesmo tempo, diz que essa estrutura de repressão do Estado que tinha no carniceiro Filinto Muller sua liderança, também possuía sistemas de escape para garantir a “humanidade” dos presos políticos.¹⁷¹

Até entendo o debate acalorado em que Jorge Ferreira entra com Elizabeth Cancelli¹⁷² para demonstrar que não era possível reduzir o governo Vargas à uma condição de “totalitário” e utilizador apenas da violência como forma de organização política. Tudo que escrevi até agora concorda com essa visão mais complexa da Era Vargas. Daí a falar que havia humanidade nas prisões políticas me parece um exagero retórico.

Contudo, é muito válida a reflexão de Ferreira sobre a construção de um estado autoritário precedente à Vargas e a constituição de um “estado de exceção republicano”:

A legislação repressiva precedeu e preparou o próprio surgimento do Estado autoritário. Desde o início da República, as leis de expulsão de estrangeiros e, nos anos 1920, a legislação contra o anarquismo e o bolchevismo permitiram que a repressão estatal abrisse, na prática, espaço cada vez maior ao arbítrio policial e político. A Constituição de 1891, por exemplo, previa o desterro dentro do próprio país. As instruções indicavam o desterro nas regiões do Pará e da Amazônia. Assim, Floriano Peixoto condenou um número considerável de pessoas a internatos em Cucuí e Tabatinga¹⁷³

¹⁷⁰ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 94.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 124.

¹⁷² Ver: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a política na Era Vargas*. Brasília: UnB, 1993 e o debate lançado por Jorge Ferreira para rebater os argumentos utilizados por Cancelli em sua obra.

¹⁷³ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 132.

Lógico que o *déficit* democrático brasileiro não é algo que pode ser imputado a um outro governo, como tentei demonstrar anteriormente, mas não é possível também isentar completamente a Era Vargas das responsabilidades pela implementação de uma ditadura no Brasil. Ainda que o legado de Getúlio Vargas certamente vá além disso, até pela sua segunda passagem pela presidência da República - essa sim plenamente democrática - é fato que existiu um projeto autoritário no país naquele momento.

Aliás, sobre a segunda passagem de Getúlio Vargas pela presidência, conquistada através de sua eleição em 1950, com ampla base popular e a constituição do trabalhismo como movimento popular democrático, é interessante notar que nem aqui ficamos livres de contradições. Nelson Werneck Sodré narra, por exemplo, o episódio da criação da Petrobrás e do monopólio do petróleo.

Em 1953, o governo Vargas já passava por uma intensa e violenta campanha de difamação por parte da mídia e de setores multinacionais da economia. Aproveitando-se desse clima de conflagração, e na esteira da campanha nacional pelo “petróleo é nosso” e a criação da Petrobrás, a União Democrática Nacional (UDN), principal partido político de oposição ao trabalhismo e de caráter profundamente conservador e autoritário, maneja uma habilidosa manobra legislativa para desgastar o governo.

O projeto de lei enviado pelo Executivo previa a exploração do petróleo pela Petrobrás em regime de concorrência. Ocorre que a UDN apresenta uma emenda propondo o monopólio da pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo, como reivindicavam os movimentos populares e contra tudo o que sempre defendeu a própria UDN:

a manobra, de extraordinária habilidade e cujo maquiavelismo – impossível na época da política de massas – ficaria desfeito adiante, permitia que a oposição se apresentasse como moralizadora e nacionalista, contra um governo corrupto e entreguista¹⁷⁴

Ou seja, a principal bandeira dos movimentos nacionalistas e desenvolvimentistas no Brasil da década de 1950 foi conquistada por uma manobra de um partido de direita, identificado por esses grupos como “entreguista”, única e exclusivamente para enfraquecer o governo de Getúlio Vargas. E Vargas, o líder nacionalista e popular do segundo mandato, não queria o monopólio do petróleo nos moldes do que era pedido pelos movimentos sindicais que lhe apoiavam, por exemplo. Esse caso, contado aqui quase como curiosidade,

¹⁷⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 415.

mostra como as contradições sobrepujam à realidade e a análise do concreto só se dá com a busca dessas contradições.

Retornando ao projeto estadonovista, é preciso dizer que esse projeto fora legitimado por parte expressiva da intelectualidade pátria. Não podemos nos esquecer de Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Viana que tiveram participação ativa na formulação desse ideário e demonstravam explicitamente desprezo pela democracia.

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1883. Formado em direito, tornou-se professor da Faculdade de Direito de Niterói em 1916, ingressando posteriormente nos quadros da Faculdade Nacional de Direito após sua reestruturação em 1920. Oliveira Viana mostra grande entusiasmo com o movimento que alçou Vargas ao poder em 1930 e rapidamente torna-se consultor do Ministério do Trabalho e participa ativamente da estruturação da legislação social no Brasil durante a década de 30.

Considerando um dos grandes teóricos do corporativismo e da organização sindical brasileira, Oliveira Vianna tem papel de destaque na história do direito do trabalho no Brasil. Em 1940 ele é nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, um grande cargo que se sabe é oferecido quase como honraria pelos serviços prestados ao executivo federal, e lá fica até o final da vida. Mais do que sua visão sobre o direito trabalhista brasileiro, destaco aqui uma passagem de um de seus últimos livros “Instituições Políticas Brasileiras”:

O problema da organização política do Brasil não está nesta democracia de sufrágio universal, em que obstinadamente insistimos há mais de um século. Em boa verdade, nestes cento e vinte anos de regime democrático, o povo brasileiro não chegou a formar uma tradição democrática: para ele, a democracia com as suas eleições periódicas, as suas agitações, e os seus comícios e propagandas -- só lhe dá incomodidades. Esta aspiração pela democracia, aliás, não vem do povo-massa; é pura criação do "marginalismo" das nossas elites políticas. O nosso povo-massa não se inquieta de democracia -- de que nunca teve mesmo uma noção clara. O que o nosso povo-massa pede aos governos -- eleitos ou não eleitos, pouco importa -- é que eles não o inquietem no seu viver particular. Equivale dizer: o que interessa ao nosso povo-massa é a liberdade civil e individual. Este amor pela liberdade (e não propriamente pela democracia) já bem o compreendera José Bonifácio, quando dizia: ‘Os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos de sua liberdade, e mal sofrem perder as regalias que uma vez adquiriram’¹⁷⁵

Fica evidente o profundo desprezo de Francisco José de Oliveira Vianna pela democracia. É particularmente curioso notar que essa obra foi publicada pela primeira vez

¹⁷⁵ VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 491-492.

em 1949 e mesmo assim ele não tem qualquer pudor em escrever “nestes cento e vinte anos de regime democrático”. Mas isso torna-se mais claro ao perceber que em diversas outras passagens do livro ele considera que a Constituição do Império, de 1824, estabeleceu um “regime democrático” no Brasil.¹⁷⁶

Claramente divergimos aqui sobre o conceito e o sentido de democracia. Porém, por mais espantoso que seja, esse não é exatamente o meu maior interesse nessa passagem. Profundamente anti-liberal, Oliveira Vianna desprezava o voto e as instituições democráticas. Sua ideia de liberdade era tão somente a liberdade individual. Se isso fosse garantido através de uma ditadura, ele não veria problema nenhum nisso. É no mínimo chocante pensar que uma das mais proeminentes figuras jurídicas da Era Vargas pensasse em termos tão rasteiros do ponto de vista político.

Antonio José de Azevedo Amaral nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Jornalista de grande renome, exerceu papel fundamental na difusão ideológica do Estado Novo. Grande entusiasta do governo Vargas, Azevedo Amaral escrevia com paixão a defesa da Constituição de 1937 e considerava que a “verdadeira liberdade” foi atingida naquele momento. Também profundamente antiliberal, choca a maneira enfática como ele defende e legitima o Estado autoritário implantado por Vargas. Uma de suas obras mais conhecidas, “Estado Autoritário e Realidade Nacional” dá a dimensão de seu pensamento:

A verdadeira liberdade, a qual entendemos em uma organização do tipo autoritário, pode ser definida como equivalente ao exercício normal e sadio das aptidões e faculdades do indivíduo dentro da órbita de atividade de todo o gênero que ele tem a desempenhar na realização de sua função social de elemento componente da atividade nacional, cujo órgão de expressão ativa é o Estado¹⁷⁷

Fica evidente nesta passagem a forma com Antonio José de Azevedo Amaral entendia a noção de integração das forças sociais para a realização da “função social” da atividade nacional. Sem meias palavras, o autor defende o Estado autoritário como única organização política possível para a efetivação da liberdade. É interessante notar que o Estado autoritário é colocado no meio termo entre o totalitário e o democrático-liberal, ambos nos quais não é possível o exercício da liberdade. Segundo ele, o Estado totalitário

¹⁷⁶ VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 312.

¹⁷⁷ AMARAL, Antonio José de Azevedo. *Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938. p. 256.

não permite o exercício pleno da liberdade pois tudo é orientado pelos interesses do Estado como única forma possível de organização social. Por outro lado, a liberdade também não é possível no regime “democrático-liberal”, pois a maximização das liberdades individuais sem limites não permite a condução de um projeto coletivo de Estado.¹⁷⁸ Assim, a única forma possível de organização social que compatibilizaria as liberdades do indivíduo com os interesses coletivos do Estado seria o modelo “autoritário”, o que foi atingido pelo Estado-Novo que seria uma resposta e um outro caminho entre o modelo soviético e o dos Estados Unidos.

Por fim, terminando a trinca de ideólogos do autoritarismo no Estado Novo, Francisco Luis da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá, Minas Gerais, em 1891, e dos três nomes tratados até aqui foi o que atingiu a maior proeminência político-institucional no Estado Novo. Logo no início da Era Vargas, no governo provisório entre 1930-32, assumiu o cargo de ministro da educação. Tentou, sem sucesso, ser eleito para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Ainda em 1933, assumiu o cargo de consultor-geral da República. Participou ativamente de todos os movimentos políticos do país e firmou-se como um dos mais destacados ideólogos do autoritarismo nacional. Participou ativamente da redação da Constituição de 1937 e, logo em seguida, assumiu o poderoso cargo de ministro da justiça de Vargas durante o Estado Novo. Francisco Campos também participaria ativamente do golpe civil-militar de 1964, inclusive colaborando com a edição de atos institucionais da ditadura.

Assim como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, Campos não se furtou a escrever longamente sobre o autoritarismo brasileiro e sua adequação aos interesses do Estado. Uma de suas obras fundamentais é “O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico”, escrito em 1940 como forma de legitimação das políticas do Estado Novo.

Depois de traçar um panorama de como a democracia e o liberalismo teria levado o mundo ao caos e criticando severamente a “democracia de partidos” instalada em 1934, Campos, com sua excelente retórica, é preciso admitir, escreve:

O Brasil estava cansado, o Brasil estava enjoado, o Brasil não acreditava, o Brasil não confiava. O Brasil pedia ordem, e, dia a dia, agravava-se o seu estado de desordem. O Brasil queria confiar, e a cada ato de confiança se seguia uma decepção. O Brasil queria paz, e a babel dos partidos só lhe proporcionava intranqüilidade e confusão. O Brasil reclamava decisão, e só lhe davam intermináveis discussões sobre princípios em que nenhum dos controversistas

¹⁷⁸ AMARAL, Antonio José de Azevedo. *Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938. p. 251.

acreditava. O verbo dos demagogos não é como o verbo divino: onde este cria, aquele destrói, onde um ilumina e distingue, o outro escurece, mistura e confunde¹⁷⁹

E a resposta que o “Brasil” pedia era a Constituição de 1937 e o Estado Novo. Criticando fortemente o “mito do sufrágio universal”, Campos prossegue:

A maior parte dos eleitores não se preocupa com a coisa pública. A sua vida privada já lhes dá bastante motivos de preocupação e de trabalho (...) a apresentação dos problemas faz-se em campanha eleitoral do ponto de vista da propaganda, deformadas as questões pelos interesses partidários em jogo. Como, no meio da confusão e do rumor de uma campanha, querer que a massa possa fazer um juízo mais ou menos seguro sobre questões remotas à sua vida habitual e insuscetíveis de se clarearem pela atenção ordinária que o homem da rua costuma dedicar aos assuntos do dia?¹⁸⁰

A solução, logo, seria “aceitar uma situação de fato” e restringir o sufrágio universal pois esse era o interesse da “maior parte dos eleitores”. Isso demonstra uma concepção profundamente anti-popular, já que o povo não está “interessado” nas eleições e não há nada que se possa fazer em relação a isso a não ser acabar com elas. Eu poderia pinçar transcrições de quase todas as passagens do livro, como por exemplo “a nova constituição é profundamente democrática”¹⁸¹, pois democracia é um conceito dinâmico que se amolda às necessidades específicas de cada povo. Mas isso não seria produtivo já que foi plenamente possível compreender o cerne do pensamento de Campos. Contudo, uma última passagem me parece relevante para a compreensão do período:

O liberalismo político e econômico conduz ao comunismo (...) Toda a dialética de Marx tem por pressuposto essa verdade: a continuação da anarquia liberal determina, como consequência necessária, a instauração final do comunismo. Marx não podia, porém, prever a revolução operada no pensamento político do século XX. A revolução política impediu a revolução comunista. O grande pensamento político, afirmativo e orgânico, que se substituiu ao ceticismo liberal, interrompeu o processo de decomposição, que Marx postulava como necessário e fatal (...) O corporativismo mata o comunismo como o liberalismo gera o comunismo. O corporativismo interrompe o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarquia liberal.¹⁸²

¹⁷⁹ CAMPOS, Francisco. *Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 50.

¹⁸⁰ Idem, 2001.

¹⁸¹ Ibidem, p. 58.

¹⁸² CAMPOS, Francisco. *Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 63-64.

Além da importância quase anedótica que essa passagem possui ao demonstrar um profundo antiliberalismo e equivocadamente atribuir ao marxismo esse modelo tautológico, é relevante comparar esse escrito de Campos com a noção do peronismo exposto por Evita na passagem transcrita no capítulo anterior. Contudo, enquanto Evita avançava diretamente contra o capitalismo, propondo a constituição, ao menos simbólica, de uma “terceira via”, Campos ataca o liberalismo e diz que o corporativismo como doutrina política do Estado é capaz de salvar o capitalismo. Assim, varguismo e peronismo procuraram uma reorientação do Estado dentro de limites muito claros do que ambos entendiam como capitalismo.

Enquanto Eva Perón atuava na sua fundação em contato direto com os atores sociais e uma inflamada retórica contra a concentração de riqueza, ainda que a Argentina mantivesse os fundamentos da economia capitalista, o varguismo atuava pela “salvação” do capitalismo da degeneração causada pelo liberalismo. Interessante notar que em ambos os casos a retórica anticomunista é muito presente. Perón não aceitava comunistas dentro de sua estrutura partidária e atuava fortemente contra comunistas no sindicalismo. No Brasil a intentona comunista foi duramente reprimida, seus líderes presos e torturados, e o estopim conspiratória para o golpe do Estado Novo foi justamente um malfadado plano de dominação comunista, o Plano Cohen.

Da análise dessa visão profundamente autoritária dos ideólogos do Estado Novo, emergem explicações como a de Adalberto Paranhos que entendem que esse ideário estadonovista foi decisivo para a conformação das relações de classe naquele período¹⁸³.

Retomando Jorge Ferreira, acho mais interessante a leitura que não coloca trabalhadoras e trabalhadores como agentes pressionados passivamente por todas essas ideias, mas que, sendo efetivamente agentes de sua história, formam-se como classe a partir dessas experiências:

é necessário considerar, como E.P. Thompson, que a consciência manifestada por uma classe trabalhadora não se aparta da história política e econômica do país e surge das vivências políticas, econômicas e culturais dos próprios trabalhadores (...) a intervenção estatal fez parte historicamente, das vivências dos trabalhadores. Como fenômeno resultante da história política, econômica e cultural do país, a atuação do Estado foi tão legítima, porque histórica, como qualquer outra experiência¹⁸⁴

¹⁸³ PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹⁸⁴ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 152-153.

Nesse sentido, Souto Maior também explora a noção de identificação da classe trabalhadora com Vargas e o trabalhismo e como isso criava situações de impasse para a própria atuação política das organizações operárias. Referindo-se às articulações para criação o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Maior afirma:

A identificação dos operários com a legislação trabalhista era tão grande que uma manifestação política que tentasse apontar o caráter de cooptação da legislação não tinha acolhida entre os trabalhadores, não se podendo desprezar, por certo, o efeito gerado pelos vários anos de repressão violenta do Estado Novo, que se seguiu durante o período de Dutra, de 1945 a 1950 (...) numa realidade em que se buscava apoio popular para uma ação política, o discurso em questão poderia, até, gerar um isolamento, com se deu, vale lembrar com o Partido Comunista ao divulgar, em 1950, o Manifesto de Agosto, em que acusava os sindicatos de serem “órgãos do Estado e do governo burguês e latifundiários” e definia Vargas como o principal “agente do imperialismo”. Na materialidade concreta da visão de mundo dos operários da época, essa crítica não tinha ressonância e dificultava, sobremaneira, a militância política.¹⁸⁵

Obviamente que o ideário do trabalhismo durante o Estado Novo não é democrático tampouco popular. Mas daí a legitimar o discurso da manipulação de massas pelo líder “mal intencionado” parece um exagero. A análise dos escritos dos ideólogos desse período serve para mostrar como trabalhadoras e trabalhadores construíram sua resistência apesar do governo. Certamente essas pessoas eram mais um obstáculo para a construção da liberdade trabalhadora. Mas mais do que analisar os erros ou acertos de Vargas, da legislação trabalhista e do trabalhismo brasileiro me interessa como a classe trabalhadora reagiu a isso, como fizeram dessa história sua própria história. É isso que entendo como efetivamente retomar o protagonismo dessas pessoas para a reconstrução do direito do trabalho no Brasil. E é dessa forma que pretendo encaminhar o final desse trabalho: procurando entender como brasileiras, brasileiros, argentinas e argentinos lidaram com essa complexa situação histórica que influenciou tão diretamente suas vidas.

¹⁸⁵ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História direito do trabalho no do Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 259-260.

4 CAPÍTULO 4 – LUTA POR DIREITOS E RESSIGNIFICAÇÃO

Guerreio é no lombo do meu cavalo
 Bala vem mas eu não caio, armadura é proteção
 Avanço sob a noite iluminado, luto sem pestanejar
 Derrubo sem me esforçar, a guarnição
 A guimba e a fumaça do meu cigarro
 Cega o olho do soldado que pensou em me ferir
 Com um sorriso derrubo uma tropa inteira
 Mesmo que na dianteira sombra venha me seguir
 O gole da cachaça esguicho no ar
 Chorando na labuta ouço a corrente se quebrar
 E o golpe do destino esse eu sinto, mas não caio
 Guerreio é no lombo do meu cavalo
 (“São Jorge”, Kiko Dinucci)

4.1 BRASIL: TRABALHISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO

“Sindicalismo de Estado”, “sindicato oficial”, “sindicalismo populista” são algumas das expressões usadas para designar o que seria o movimento operário submetido ao jugo do trabalhismo. Basicamente, como quis demonstrar no capítulo anterior, são três as formas mais usuais de caracterização da relação trabalhismo-trabalhadores na historiografia brasileira.

Em uma simplificação bem didática, e considerando que são exemplos alegóricos que certamente se misturam entre si, a primeira definição diz que o Estado Novo era uma ditadura brutal, e reconheço que de fato era, e isso representou toda a forma de interação com a classe trabalhadora no período. A segunda que varguismo e trabalhismo eram formas populistas de subjugação de uma classe trabalhadora submissa aos interesses de manutenção da ordem política e social, o que também é verdade. E a terceira é a visão de que trabalhadoras e trabalhadores não perderam sua autonomia durante o período e que atuaram na forma de uma pactuação com o regime para sua sustentação e para a manutenção de benefícios reais e concretos que era experimentados, o que novamente está correto.

Apesar de fortemente crítico do conceito de populismo, existem autores como Jacob Gorender¹⁸⁶ que o utilizam e são extremamente úteis para a compreensão do problema histórico. Por mais que eu credite ao Estado Novo a condição de ditadura, entendo as nuances e as críticas ao uso indiscriminado da expressão “totalitário” para definir aquele período. A

¹⁸⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

noção de que trabalhadoras e trabalhadores eram agentes históricos ativos do período e que eles escolheram a sustentação do regime pela manutenção dos benefícios sociais que lhes eram garantidos me parece a mais adequada, mas ainda assim não entendo que ela sozinha, sem a compreensão das outras duas, por exemplo, dê conta de explicar tudo.

O que me ocupa aqui, na verdade, é como a classe trabalhadora incorporou esse discurso autoritário em suas formas de luta e organização. E o que o direito do trabalho representa nesse contexto. A constituição de uma legislação trabalhista complexa e bastante inefetiva transformou, inegavelmente, a lei em um campo de batalha da classe trabalhadora brasileira. E isso é um fenômeno histórico, como diz Jorge Ferreira, tão legítimo como qualquer outro, pois histórico.

Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes reúnem em um só livro, “Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho”, um dos mais instigantes estudos sobre como a classe trabalhadora brasileira utilizou da legislação trabalhista da Era Vargas para fazer disso sua luta política.

E o livro é particularmente provocativo, pois oferece visões divergentes sobre temas muito difundidos da história operária e do direito do trabalho no Brasil. Alexandre Fortes em artigo sobre o sindicalismo no Rio Grande do Sul oferece uma importante passagem sobre a greve dos padeiros em Porto Alegre entre dezembro de 1933 e janeiro de 1934:

A greve dos padeiros de Porto Alegre, entre dezembro de 1933 e janeiro de 1934, foi um ponto de inflexão marcante na relação entre movimento operário e Estado no Rio Grande do Sul. Após aguardarem por dois anos a efetivação do trabalho diurno e do repouso semanal remunerado, os padeiros realizaram a primeira paralisação em defesa da legislação trabalhista no estado, denunciando a conivência entre a Inspetoria Regional do Trabalho e os patrões no seu descumprimento. Acabaram por conquistar um acordo que contemplava parcialmente suas reivindicações, embora em momentos de frustração em meio ao movimento, sua diretoria tivesse chegado a optar pela renúncia coletiva. A negociação que pôs fim à greve incluiu ainda a entrega, pelo próprio ministro do Trabalho, da carta de reconhecimento sindical à Federação Operária do Rio Grande do Sul (no momento já controlada por uma maioria comunista)¹⁸⁷

Importante ressaltar que, como nos lembra Jorge Luiz Souto Maior, a lei que os padeiros estavam reivindicando nem era das mais avançadas em matéria de regulamentação trabalhista “chegando a permitir jornadas de 12 (doze) horas e 60 (sessenta semanais)” e

¹⁸⁷ FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 24.

excluindo a limitação de jornada em vários casos como “as ligadas aos interesses do próprio Estado”.¹⁸⁸

Ainda assim, foi em defesa dessa lei que ocorreu a primeira paralização de trabalhadores no Rio de Grande do Sul pela efetivação de uma norma instituída pelo governo federal. Dois pontos saltam aos olhos aqui. O primeiro é uma greve em defesa do cumprimento de uma lei que foi recentemente promulgada, mas não foi cumprida por patrões com “conivência” da Inspetoria Regional do Trabalho. Isso em 1934 diz muito sobre a cultura política da classe trabalhadora no período. E o segundo ponto é que as negociações para encerramento da greve incluíram o reconhecimento sindical oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul, outro ponto que mostra como a tese do sindicalismo oficial forjado nas barbas do Ministério do Trabalho poderia ser complexificado.

Ainda, sobre a organização de base dos sindicatos na década de 30, antes do Estado Novo é bom que se frise, o Alexandre Fortes escreve:

Diante da ofensiva legislativa governamental e da resistência patronal em cumprir os direitos trabalhistas, a solidez organizativa era condição necessária para habilitar o sindicato como instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores.¹⁸⁹

É curioso que o autor trata a legislação trabalhista como “ofensiva” governamental e mostra que havia resistência ao seu cumprimento. Logo, a organização de base com realização de assembleias constantes, atuação no chão de fábrica e mobilização permanente era fundamental para a própria existência dos sindicatos. O autor, por outro lado, não nega que houve um “esvaziamento” do sindicato durante o Estado Novo, com a estrutura oficial montada a partir dali (foi apenas durante o Estado Novo que foram instituídos o imposto sindical e a necessidade de realização de atividades obrigatórias pelos sindicatos, por exemplo). Mas essa organização anterior à 1937 é importante para entender como os sindicatos usaram as pautas de reivindicação de direitos trabalhistas a seu favor.

Sobre a resistência patronal em cumprir a legislação trabalhista, Souto Maior expõe com clareza a contradição existente entre uma legislação que foi criada, ao fim e ao cabo, para organizar os fatores de produção capitalistas e os interesses dos industriais em manter

¹⁸⁸ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História direito do trabalho no do Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 215.

¹⁸⁹ FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 28.

a situação com a menor regulação possível, com exceção, é claro das normas de regulamentação dos sindicatos.¹⁹⁰

O estudo feito por Fortes mostra um tênue equilíbrio entre as regras legais do sindicato corporativista e a tentativa de manutenção da estrutura sindical pelas entidades existentes. Não houve uma simples adesão ao sindicalismo oficial tampouco a extinção completa das organizações sindicais de base. Claro que com o golpe do Estado Novo e a intensificação da repressão essa luta pela existência tornava-se cada vez mais difícil. Mas o que Fortes mostra é que em 1945 as mesmas organizações voltam à cena e continuam lutando pela efetivação de direitos previstos na legislação trabalhista. A lei foi, de certa forma, apropriada pelo movimento sindical, ao menos na porção retratada pelo autor no Rio Grande do Sul, para servir como mais um esteio da atuação sindical.

Fernando Teixeira da Silva, em artigo sobre a luta dos trabalhadores do porto de Santos inicia com uma provocação bastante instigante:

Foram muitos os caminhos trilhados para explicar as oscilações do regime político brasileiro entre populismo e autoritarismo, mas todos parecem ter convergido para um único ponto: o ‘fracasso’ da esquerda e, por derivação, da classe operária estava predeterminado nas características da sociedade e do jogo político urdido pelo populismo desde 1945 (...) No instante em que o governo João Goulart caiu, faltaram-lhes aqueles que, segundo se esperava, seriam seu suposto maior aliado: os trabalhadores urbanos. A representação da classe operária era a de um falso poder, um ‘gigante com pés de barro’¹⁹¹

A análise da situação dos trabalhadores do porto de Santos é explicada pela natureza híbrida da relação de trabalho naquele local. Ainda que a Companhia Docas de Santos (CDS) fosse uma empresa privada e que seus empregados não gozassem de estabilidade ou garantias do serviço público, o regime tarifário do porto era controlado rigidamente pelo governo federal. Assim, eventuais benefícios econômicos deveriam ser negociados entre a CDS e a União, o que criava um ambiente fértil para a atuação sindical. Não por outro motivo o PTB – partido criado para abrigar o varguismo pelo qual Vargas se elege em 1950 e que durante muito tempo hegemonizou o movimento sindical brasileiro – investiu pesadamente na conquista do sindicato.

¹⁹⁰ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História direito do trabalho no do Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 222-223.

¹⁹¹ SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 53.

Essa situação vem acompanhada de uma provocante reflexão. De fato, as lideranças do sindicato petebista possuíam relação direta com as lideranças da república em Brasília, seja Getúlio, JK, ou Jango, a depender do período. Reuniões periódicas eram realizadas entre sindicato e governo. Não eram poucas as vezes, porém, que greves e reivindicações por benefícios econômicos eram resolvidas por intervenção do governo federal na política de tarifas da CDS, permitindo repasses maiores para a companhia que viabilizassem aumento de salários, por exemplo. E como dizer que isso não era resultado de luta política dos trabalhadores? E que isso não representava incremento real de suas condições de vida?

O autor se vale de uma instigante passagem de Tereza Caldeira para exemplificar o que estou tentando afirmar:

Ao ser dada ‘voz ao povo’ pelos políticos populistas, de fato reconheceu-se a dignidade de cidadãos que podiam dizer o que sentiam e o que pensavam. Há, em suma, dois aspectos: de um lado, a relação pessoal em que se exerce o direito; de outro, o contexto político em que foi criado o mesmo direito – em ambos a dignidade é reconhecida. Os dois lados convivem, e o fato de haver a relação pessoal não implica anular a dimensão política e coletiva da questão. O reconhecimento do povo como ator político é importante não apenas do ponto de vista dos indivíduos, mas serve como divisor de águas no reconhecimento de toda a categoria de trabalhadores¹⁹²

Mais do que teorizar sobre a submissão de trabalhadoras e trabalhadores a um modelo “populista” que tinha por único interesse a subjugação de classe, eu entendo mais apropriado se colocar na perspectiva de quem trabalha e estava sendo beneficiada pelos direitos sociais garantidos pelo Estado. Assim como Angela de Castro Gomes afirma que o trabalhismo é a incorporação do trabalho na agenda do Estado, Tereza Caldeira coloca a questão da dignidade do trabalho no centro do debate. E essa é a face mais nítida de como as pessoas foram efetivamente beneficiadas por aquelas políticas.

Como Fernando Teixeira da Silva afirma, o golpe de 1964 reforçou “na memória dos trabalhadores a imagem de um passado no qual existiam leis e instituições” que funcionavam como “um instrumento para civilizar os patrões e uma arena na qual os conflitos não se encontravam necessariamente diluídos”.¹⁹³ Continua o autor:

¹⁹² CALDEIRA, Tereza. A política dos outros. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 327 *apud* SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 63.

¹⁹³ SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 80.

Ordenação jurídica da sociedade e legislação do trabalho não foram meras amarras diluidoras de sua ação, mas um elemento formador de sua cultura e experiências que ameaçavam romper e ultrapassar a lógica de interdependência entre governo e trabalhadores¹⁹⁴

Novamente aqui surge a questão da formação da cultura política de trabalhadoras e trabalhadores e de sua identidade a partir da luta por direitos, a partir da própria lei. No final da chamada “república populista”, Jango se via em uma encruzilhada. A crescente relação com o movimento sindical o coloca em posição de ataque dos industriais. Ele podia dobrar a aposta ou sucumbir. Retomando o começo do artigo de Silva, prefiro a análise de coloca o golpe de 1964 como resultado desse esgarçamento e não como falta de “apoio” da classe trabalhadora a João Goulart. O resultado do “contencioso da industrialização e do populismo” como coloca Jacob Gorender.¹⁹⁵

Reafirmando que populismo não me pareça o termo mais adequado para tratar o período, Gorender faz uma análise muito interessante. O texto expõe o que, na visão do autor, seria o resultado histórico dos anos de industrialização e de populismo no Brasil. Gorender entende o populismo com uma forma de hegemonia ideológica que a burguesia nacional utilizou para a busca da harmonia de classes e o impulsionamento da industrialização: “desde os anos 30, industrialização e populismo caminham juntos, potenciando-se reciprocamente”.¹⁹⁶

O desenvolvimento do populismo e da industrialização, lado a lado, levou à uma situação em que o conflito de classe não era mais contornável. A classe trabalhadora precisava superar o populismo e a burguesia precisava livrar-se dele para continuar trilhando seu caminho de acumulação. A situação atinge seu ápice com a renúncia de Jânio e o veto das Forças Armadas à posse de Jango, o que levou a um “empate” de forças políticas. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, desequilibrou essa balança ao bancar uma resistência armada contra o golpismo e a solução dada para destravar a situação foi o parlamentarismo. Contudo, logo ficou claro que isso também não resolvia o problema. O “desempate” dessa situação veio na forma do golpe civil-militar. Dizer que essa complexa situação, aqui muito resumida, seria culpa da classe trabalhadora que não apoiou João

¹⁹⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 80.

¹⁹⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 15.

¹⁹⁶ Idem, 1987.

Goulart me parece um exagero e uma culpabilização de classe pelos erros políticos cometidos por diversos atores no país.

Assim, a condição de agente da classe trabalhadora deve ser resgatada não só pela ausência, ou seja, pelos erros cometidos ou pela justificação de crises políticas pela suposta apatia operária. Agentes agem e se omitem. Parece que colocar peso sobre omissão é um método de apagamento das ações. Prefiro focar nas primeiras.

Outro importante artigo do livro que analiso aqui é o de Paulo Fontes sobre a histórica greve dos 400 mil em 1957 na cidade de São Paulo. Fontes inicia propondo uma análise divergente do movimento, que segundo ele é tratado pela historiografia como um exemplo de um sindicalismo oficial, de cúpula, e descolado da organização de base, o chamado “cupulimo”. Apesar do enorme sucesso de organização na mobilização de centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, o autor identifica uma série de leituras que colocam que a greve foi organizada de “cima para baixo” e de “fora para dentro”¹⁹⁷, ou seja foi um movimento da direção dos sindicatos, sem organização de pessoas da base, e organizado totalmente apartado do chão de fábrica, como se fosse uma imposição de quem estivesse fora das fábricas para dentro¹⁹⁸.

Fontes analisa uma série de documentos, falas, notícias de jornais e documentos oficiais para contrapor essa visão. Claro que como tudo relacionado com o sindicalismo desse período é possível identificar relações com o oficialismo, como por exemplo o vice-governador do estado de São Paulo, Porfirio da Paz, participando ativamente de piquetes da greve¹⁹⁹, o que é curiosamente complexo. Porque se por um lado representa uma relação direta entre governo e sindicatos, por outro seria impensável hoje em dia a participação de um político desse quilate em uma atividade sindical. Ou se fosse, seria bradado como um apoio explícito da ordem institucional às demandas do movimento.

Outra passagem interessante é a relação da figura complexa de Jânio Quadros, então governador do estado com o movimento grevista, indo de um apoio explícito se negando a ordenar a repressão aos grevistas pois seu governo não era “guarda pretoriana do poder

¹⁹⁷ FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acessos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo. In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 148.

¹⁹⁸ Idem, 1999.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 157.

econômico”²⁰⁰ até, sob ameaça de intervenção federal diante da extensão do movimento, a pesada repressão policial.

Curioso é notar, também, que assembleias com mais de 50 mil pessoas eram realizadas ao longo dos dias de greve e piquetes com milhares de pessoas fechavam fábricas. Após 10 dias de movimento que “abalaram São Paulo”, o Tribunal Regional do Trabalho acata as reivindicações grevistas e concede 25% de aumento salarial geral e sem teto de pagamento para as categorias profissionais representadas no Dissídio Coletivo instaurado.

O patronato obviamente recorre da decisão e o TST reduz o reajuste de 25% para 18% estabelecendo uma série de condicionantes e tetos para diversas categorias e ainda passa uma reprimenda ao TRT acusando o tribunal de ter julgado o dissídio sob “pressão da greve e de políticos”.²⁰¹ Isso mostra a complexidade da análise até mesmo do judiciário. O julgamento sob pressão da “greve e dos políticos” é a incorporação da política operária no sistema de justiça. É pra isso que mobilizações são feitas, para influenciar agentes. Nada se diz, por exemplo, do julgamento sob pressão do poder econômico, ou de eventos realizados por bancos para juízes em resorts de luxo. Cada agente luta com as armas que tem. A diferença é que alguns são bradados como “baderneiros” e outros como meros organizadores de convescotes.

Por fim, Fontes propõe uma análise sobre os piquetes de greve, encarados por parte dos historiadores como um exemplo de que o movimento não era fomentado pela base e como resultado de uma falta de organização sindical nos locais de trabalho, já que trabalhadoras e trabalhadores precisariam dos piquetes, realizados de “fora para dentro” para aderirem ao movimento. Contrariado essa visão, o autor propõe uma análise sobre como a organização de delegados sindicais de diversas categorias dentro das empresas fomentava sim uma organização de base e, nesse sentido, os piquetes cumpriam um papel fundamental:

os piquetes eram a garantia para o trabalhador de que a greve estava acontecendo e de que ele poderia aderir sem correr o risco de ficar sozinho, sujeito às represálias patronais. Em uma greve generalizada, em uma cidade com o tamanho de São Paulo e com as características de seu parque industrial, os piquetes cumpriam a tarefa de ser um meio de comunicação rápido e eficiente entre os trabalhadores, na resposta às contra-informações patronais e da maioria dos meios de comunicação (...) a grande receptividade dos trabalhadores e a adesão maciça deste

²⁰⁰ FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acessos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo. In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 155.

²⁰¹ Ibidem, p. 158.

à parede extrapolava, entretanto, os mecanismos de organização criados pelo sindicato²⁰²

Relatos de piquetes com até 10 mil pessoas, “piquetes monstro” que eram verdadeiras manifestações, não podem ser desprezados na construção da identidade política de homens e mulheres naquele período. Diante desses estudos não é possível sustentar a tese de que trabalhadoras e trabalhadores foram agentes passivos capturados por um sindicalismo oficial ou uma política populista que só tinha por interesse impedir a classe trabalhadora de cumprir sua função “natural” de caminhar rumo à libertação da humanidade.

Essas reflexões são muito bem formuladas também por Souto Maior em seu livro já largamente citado aqui. Em uma passagem importante para a afirmação desse ponto, ele afirma:

No geral, acusa-se a legislação trabalhista, no contexto da realidade histórica europeia, como se deu também no Brasil até então, de ser uma legislação burguesa para o operário, conferindo-lhe uma sensação de felicidade que lhe roubasse a consciência de classe e lhe afastasse do caminho do socialismo. No entanto, naquele momento histórico do Brasil, vivido na década de 50 (que não é muito diferente do que se passa na realidade atual), a defesa da legislação trabalhista uniu a classe trabalhadora, permitindo-lhe uma ação coletiva (...) a questão que fica para reflexão, integrada à perspectiva materialista histórica e dialética, é a análise do quanto a apropriação pela classe trabalhadora dos substratos culturais da classe dominante, a legislação, o Estado e a religião interessa ao processo de luta da superação da sociedade de classes, valendo lembrar dos retrocessos impostos diante de avanços não muito bem consolidados a partir de um projeto claro e explícito.²⁰³

É disso que se trata. As experiências históricas da classe são o que são e assim devem ser entendidas para a compreensão do presente e qualquer formulação minimamente consequente para o futuro.

²⁰² FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acessos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo. In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 169.

²⁰³ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História direito do trabalho no do Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017. p. 276

4.2 CLASSE TRABALHADORA E PERONISMO: ENTRE RESISTÊNCIA E ADESÃO

A comparação que irei desenvolver nesse tópico não tem qualquer caráter de formação de juízo de valor sobre a classe trabalhadora argentina em relação à sua contraparte brasileira, pois como insistentemente lembro Thompson nos legou a noção de que não existem experiências históricas de formação da classe operária mais reais ou mais legítimas que outras.

Como já dito, em 16 de setembro de 1955 Perón é deposto por um golpe de Estado. Autoproclamada “revolução libertadora”, o golpe foi resultado de uma intensa escalada de violência e conflagração nacional. Em 16 de junho de 1955, por exemplo, um grupo rebelde da Força Aérea Argentina bombardeia a Casa Rosada e a Praça de Mayo com o claro intento de assassinar Perón, que alertado da tentativa de golpe havia se refugiado no Ministério da Guerra, próximo dali. Há controvérsia sobre o número de mortos do episódio, conhecido como “massacre da Praça de Mayo”, mas, entre 300 e 500 mortos, as cifras indicam um nível de violência alarmante.

Os militares rebeldes fugiram do país em direção ao Uruguai, cruzando o Rio da Prata nos mesmos aviões que haviam despejado bombas contra a sede do governo. A luta dentro das forças armadas não arrefece, ao contrário só cresce. Perón consegue punir algumas lideranças rebeldes, mas exatos 3 meses depois a situação fica insustentável e ele é deposto.

Se a relação com a classe trabalhadora durante os primeiros anos do peronismo é alvo de muita polêmica, a situação a partir daí ganha contornos dramáticos. Recapitulando, Perón chega ao poder efetivamente com o golpe de 1943 e meteoricamente ascende aos mais altos postos da nação. Em 1946, ele é eleito em primeiro turno com 52% dos votos e reeleito em 1951, também em primeiro turno, com acachapantes 63% dos votos.

Ainda durante o primeiro mandato de Perón, um evento importante marcou a sua relação com a classe trabalhadora, ou pelo menos com seus maiores representantes: entre 1943 e 1944 a União Ferroviária (UF), o maior sindicato do país, cerrou fileiras ao lado do então coronel Perón ao lhe demonstrar simpatia pública e apoiar suas medidas em frente à STP e declarar abertamente. Hugo del Campo narra assim o episódio:

O desempenho hábil e eficaz de Mercante e seus assessores, assim como a quantidade de reivindicações atendidas e a atitude tradicionalmente pragmática do sindicato, fizeram com que a organização sindical mais importante do país – por seu número, organização e disciplina mas também por sua influência sobre as

demais – fosse a primeira a depositar sua confiança no coronel Perón²⁰⁴ (tradução minha)

Essa passagem possui grande importância por dois motivos. Mostra como o peronismo investiu pesadamente na busca de adesão de grandes entidades sindicais já constituídas e também ataca a tese de que a adesão da classe trabalhadora ao peronismo decorreu dos chamados “trabalhadores novos”, advindos da imigração, como bem destaca Del Campo logo em seguida:

Isso contradiz, então, a versão habitual que apresenta o peronismo sustentado pelos setores menos organizados e mais explorados da classe trabalhadora, formado por trabalhadores migrantes. Ao contrário, demonstra como o reformismo pragmático praticado por Perón respondia às necessidades e expectativas de todos os setores da classe, mesmo os melhores posicionados, e desmente a afirmação de que foi a falta de experiência sindical e política que levou as massas trabalhadoras a apoiarem Perón²⁰⁵ (tradução minha)

Debate muito parecido foi instaurado no Brasil, como dito anteriormente. Contudo, ainda que não exista qualquer juízo de valor nessa comparação, não é possível negar que na ascensão do peronismo a classe trabalhadora argentina estava muito mais organizada, pela série de motivos já expostos aqui, do que a brasileira na década de 1930. Isso não significa, é claro, que a experiência histórica argentina seja melhor ou pior, o fato é que há uma diferença qualitativa e quantitativa que não pode ser apagada. Perón teve que buscar apoio de grandes organizações sindicais, Vargas pôde construir toda uma ideia de doação de direitos e de “criação” da classe operária no Brasil que, apesar de mentirosa, seria absolutamente impossível na Argentina.

Assim, as experiências de classe nos dois países possuem diferenças fundamentais que devem ser entendidas para que sejam compreendidas em toda sua complexidade. Contudo, a adesão do movimento sindical não foi unânime, é claro. De profunda inspiração anticomunista, Perón fomentava a disputa entre seus apoiadores e seus opositores, muitas vezes intervindo diretamente em sindicatos de orientação comunista que lhe negavam apoio. Isso, inclusive, favoreceu a criação do modelo de estrutura sindical que se mantém até hoje na Argentina e que será analisado mais a frente. Como mostra Del Campo, a disputa no seio

²⁰⁴ CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y Peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Buenos Aires: CLACSO, 1983. p. 175.

²⁰⁵ Idem, 1983.

do movimento sindical entre peronistas e antiperonistas acabou levando à extinção de diversas organizações que não apoiavam Perón.²⁰⁶

Assim como aqui, lá não faltaram teorias contudo que mostrassem que Perón agiu como um líder manipulador de massas e que a adesão da ampla maioria do movimento obreiro ao peronismo era um resultado dessa manipulação. Mas também como aqui, sobram análises divergentes por lá.

Uma das mais instigantes é a de Daniel James, que já foi trazida neste trabalho. Em outro estudo do autor, James faz a seguinte afirmação:

nos estudos divergentes, o apoio da classe trabalhadora a Perón tem sido visto como o compromisso lógico dos trabalhadores com um projeto reformista dirigido pelo Estado que lhes prometia vantagens materiais concretas. Esses estudos mais recentes não mostraram a imagem de uma massa passiva manipulada, mas sim de atores dotados de consciência de classe que procuravam encontrar um caminho realista para a satisfação de suas necessidades materiais. Neste enfoque, a adesão política era reduzida, ao menos de forma implícita, a um racionalismo social e econômico básico. Esta instrumentalidade parecia ser respaldada no senso comum. Quase sempre que se perguntava a um peronista sobre as causas de seu apoio a Perón a resposta era o significativo gesto de bater no bolso da calça onde se guarda o dinheiro, o que simbolizava um pragmatismo de classe básico atento às necessidades econômicas. Não há dúvida que do ponto de vista dos trabalhadores o peronismo foi fundamentalmente uma resposta às dificuldades econômicas e exploração de classe²⁰⁷ (tradução minha)

Percebe-se aqui um diálogo entre a ideia trazida pelo autor e a noção tal qual formulada por Jorge Ferreira na análise do trabalhismo brasileiro. Daniel James que já foi citado aqui como um teórico que rechaça as teorias tradicionais sobre o populismo mantém essa linha de análise quando trata da relação da classe trabalhadora com o peronismo. Para James o peronismo também contribuiu para que a classe trabalhadora argentina alterasse a sua forma como via politicamente a realidade²⁰⁸ já que, tal qual no Brasil, esse movimento político incorporou o trabalho na agenda do Estado.

Contudo, a mobilização explosiva do movimento de trabalhadoras e trabalhadores durante o período anterior à primeira eleição de Perón criava um impasse e um grande desafio para o general. Como visto anteriormente, o peronismo tinha um claro intento de “suplantar a luta de classes”. A mobilização que levou Perón à presidência passava a

²⁰⁶ CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y Peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Buenos Aires: CLACSO, 1983. p. 187.

²⁰⁷ JAMES, Daniel. *Resistencia y integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: siglo XXI, 2006. p. 26.

²⁰⁸ Idem, 2006.

representar uma ameaça à estabilidade do próprio Estado. E assim Perón passou a agir para controlar e “pacificar” cada vez mais as organizações sindicais.

James considera que esse movimento levou à uma “ambivalência” do legado social do peronismo²⁰⁹, já que não era objetivo, nem explícito nem implícito, de Perón superar o capitalismo. Ele considerava existir um “capital progressista”, que não estaria voltado unicamente para a exploração, mas que era socialmente comprometido com o desenvolvimento nacional. E o autor sentencia:

Ao resumir nossa análise da natureza da experiência peronista para os trabalhadores argentinos no período de 1943-55 devemos começar pelo óbvio: o peronismo representou uma conjuntura decisiva para a aparição e formação da moderna classe trabalhadora argentina. Sua existência e seu sentido de identidade como força nacional coerente, tanto do ponto de vista social como político, remontam à era de Perón²¹⁰ (tradução minha)

Com o golpe de 1955 foi colocada em prática uma política de “desperonização” da Argentina. Uma das primeiras medidas foi o Decreto-Lei 4.161 de 1956²¹¹ que literalmente proibia o uso do termo “peronismo” e tornava crime qualquer referência ao ex-presidente, como o simples porte de uma fotografia de Perón ou a utilização em público até mesmo de palavras como “peronista”, “peronismo”, “justicialismo” e “justicialista”.

A partir de então se inicia um período conhecido na história argentina como “resistência peronista”, em que organizações peronistas passaram a lutar, inclusive fisicamente, pela restauração do peronismo no país. Perón, do exílio, servia como força simbólica e prática dessa resistência sem, contudo, conseguir exercer influência tão clara e direta no movimento peronista. A partir de então começam a surgir até grupos armados defendendo o legado de Perón com esteio em uma hipotética revolução socialista peronista, como é o caso dos Montoneiros, um dos maiores e mais organizados grupos guerrilheiros da América Latina e de forte inspiração peronista.

Um dado que demonstra bem a força do peronismo como movimento político ainda que proscrito pode ser obtido com a análise dos resultados da eleição para a convenção

²⁰⁹ JAMES, Daniel. *Resistencia y integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: siglo XXI, 2006. p. 50.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 55.

²¹¹ BUENOS AIRES. Decreto Ley 4.161/56. Derogado por ley 16648 (b.o. 18-11-64) - prohibicion de utilizar elementos de afirmacion ideologica o de propaganda peronista. *Boletín Oficial*, 9 de Março de 1956 Id SAIJ: LNN0025998. Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/legislacion/ley-nacional-4161.htm>> Acesso em: 20 jan. 2021.

constitucional de 1958, quando do governo do ditador Pedro Eugenio Aramburum que liderou a chamada “revolução libertadora”, convocou uma assembleia para redigir uma nova constituição, como parte do esforço de apagamento do peronismo no país. Àquela altura, Perón no exílio não reconhecia a legitimidade do governo de fato e o peronismo inicia uma campanha pelo voto em branco. Pois bem, abertas as urnas o resultado foi uma “vitória” dos votos brancos com 24,3% dos votos enquanto a segunda colocada, a União Cívica Radical do Povo ficou com 24,2% dos votos.

Eleitoralmente, do exílio Perón conduz uma série de acordos até que, finalmente na eleição de 1973, Hector Campora se apresenta abertamente como candidato de Perón prometendo a sua anistia. Campora foi eleito com 49,6% dos votos e menos de dois meses depois renuncia à presidência para que sejam convocadas eleições com a participação de Perón, que as vence com 57,3% dos votos tendo como vice sua então esposa Isabelita.

Esses dados demonstram a força do peronismo como movimento político duradouro na Argentina e dão também a dimensão de sua complexidade. Por exemplo, um dos eventos mais marcantes da história do peronismo é o chamado “massacre de Ezeiza”. Em 20 de junho de 1973, após Campora cumprir a promessa e permitir o ingresso de Perón ao país, uma multidão de apoiadores vai ao Aeroporto de Ezeiza para recebê-lo.

Montoneiros e a Juventude Peronista queriam demonstrar força e foram em marcha em direção ao aeroporto. Porém, há cerca de 10 quilômetros de Ezeiza foram atacados com armas de fogo por supostamente grupos peronistas de direita que não queriam a presença de guerrilheiros de esquerda ali, que obviamente revidaram com suas armas e o que se viu foi um massacre de lado a lado e um dos episódios mais polêmicos e mal explicados de toda essa história do peronismo. São poucas as fontes sobre o ocorrido e não há sequer um consenso sobre o número de mortos.

Àquela altura já era possível antever que o último período do peronismo não seria fácil. Outro momento importante que ilustra esse momento de complexidade foi o dia 1º de maio de 1974. Como sempre ocorreu durante seus mandatos, o 1º de maio era um dia de festa e de discursos proferidos na Casa Rosada para uma multidão na Praça de Mayo. Aquele era a primeira data comemorativa depois do retorno e eleição de Perón. Multidões de peronistas se reuniram na praça. Havia um clima de descontentamento no ar em virtude da formação de um governo mais à direita e menos alinhado com os setores mais progressistas do peronismo.

Quando o discurso começa temos o que ficou conhecido como “o dia em que Perón expulsou os montoneiros da Praça de Mayo”. Logo no início do discurso começam gritos da

multidão questionando a formação do governo. Perón responde indicando claramente sua opção: quem fez a luta por seu retorno foram os movimentos sindicais e a eles pertencem o mérito. Perón não reconhece os Montoneros como representantes do peronismo, acusa-os de “estúpidos imberbes” e para evitar um confronto a organização de esquerda se retira da praça não sem antes trocar insultos com o próprio Perón e a multidão.²¹²

Dois meses depois, em 1º de julho de 1974, Perón morre e deixa sua esposa na presidência. A Argentina mergulha no caos. Grupos armados de direita, de esquerda, peronistas, antiperonistas, militares, paramilitares, grupos de extermínio se enfrentam mutuamente até quem em 1976 a Argentina sofre seu derradeiro golpe militar que coloca o país em uma das mais brutais ditaduras da América do Sul.

Porém, longe de acabar ou perder importância, o peronismo é hoje a força política mais importante do país, coisa que definitivamente não acontece com o trabalhismo no Brasil muito menos com a figura de Vargas na sua identificação com as massas. Assim como o trabalhismo brasileiro, o peronismo é um movimento complexo e contraditório. Mas é mais do que isso. É efetivamente uma arena política que acomoda diversas correntes, mas todas elas dentro da mesma chave: o enfrentamento de rua, a política de massas.

Tentei explicar até aqui como se chegou a esse resultado a partir da análise histórica. De certa forma, peronismo “ganha” do varguismo em termos de dimensão e escalada de suas ações. E isso, necessariamente, reflete na cultura política da classe trabalhadora. Não se trata, novamente, de ser pior ou melhor, mas de ser diferente. É pra isso que serve a comparação, para que se possa melhor compreender uma realidade colocando-a em perspectiva em relação a outra.

²¹² Transcrição do discurso de Perón e o vídeo restaurado do comício estão disponíveis no link: PERÓN, Juan. Discurso Juan D. Perón 1 de mayo 1974. *Argentoria*, 8 sep. 2015. Disponível em: <https://argentoria.wordpress.com/2015/09/08/discurso-juan-d-peron-1-de-mayo-1974> Acesso em: 22 fev. 2021.

5 CONCLUSÃO

Você não sente nem vê
 Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
 Que uma nova mudança em breve vai acontecer
 E o que há algum tempo era jovem novo
 Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer
 Nunca mais meu pai falou "she's leaving home"
 E meteu o pé na estrada, like a Rolling Stone
 Nunca mais eu convidei minha menina
 Para correr no meu carro (loucura, chiclete e som)
 Nunca mais você saiu à rua em grupo reunido
 O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quedê o cartaz
 No presente a mente, o corpo é diferente
 E o passado é uma roupa que não nos serve mais
 No presente a mente, o corpo é diferente
 E o passado é uma roupa que não nos serve mais
 Você não sente nem vê
 Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
 Que uma nova mudança em breve vai acontecer
 E o que há algum tempo era jovem novo
 Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer
 Como Poe, poeta louco americano
 Eu pergunto ao passarinho
 Pássaro preto, black bird
 Pássaro preto o que se faz?
 Heaven never heaven never never never never never heaven
 Pássaro preto, black bird
 Pássaro preto, me responde
 Tudo já ficou atrás
 Heaven never heaven never never never never never heaven
 Pássaro preto, black bird
 Pássaro preto, me responde
 O passado nunca mais
 ("Velha roupa colorida", Belchior)

As trajetórias de Brasil e Argentina ao longo de suas histórias se cruzam e se afastam diversas vezes. A constituição de seus governos nacional-populares é um momento de junção

histórica ímpar para a análise da formação das identidades da classe trabalhadora de cada país. Para além da coincidência cronológica – Vargas e Perón estiveram presidentes concomitantemente entre 1951 e 1954 e quando Perón assume a STP em 1943, Vargas já estava no poder no Brasil há 13 anos – suas trajetórias também podem ser marcadas por grandes diferenças.

Vargas assumiu o poder na chamada Revolução de 1930 que pretende pôr fim à República Oligárquica no Brasil. Perón participou de um golpe de Estado em 1943 também com a intenção de acabar com um período da história argentina de domínio oligárquico. Contudo, no começo do século XX, a Argentina viveu um período de efervescência social, política, cultural e econômica sem precedentes no continente. Com uma história de descontinuidade, cada golpe de Estado sofrido no país vizinho marcava um “cavalo de pau” na condução de suas políticas de Estado.

Enquanto o Brasil viveu um momento de certa continuidade entre a proclamação da república e a Revolução de 1930, a Argentina viveu um dinamismo político extremamente efervescente. Ao se beneficiarem de ciclos de acumulação de certa forma distintos, Brasil e Argentina também selaram seus destinos ao longo do século XX. Enquanto o país do Prata viveu intensamente o fim do ciclo britânico – com investimentos ingleses exorbitantes para os padrões sul-americanos do fim do século XIX –, o Brasil lutava para iniciar sua industrialização com a substituição e mão de obra escravizada pela imigração majoritariamente europeia. Escravidão, aliás, que marca dois pontos muito mal resolvidos de ambos os países. Mas ousar dizer que o caso brasileiro é pior. O país que mais recebeu pessoas escravizadas na América nunca se preocupou seriamente em reparar esse genocídio de maneira efetiva.

O salto urbano-industrial do Brasil só seria realizado de maneira mais aprofundada na segunda metade do século XX com investimentos dos Estados Unidos, quando Brasil se torna um grande ponto de interesse estadunidense na América do Sul, como ponto geopolítico estratégico na Guerra Fria.

Quando Perón ascendeu ao poder a classe trabalhadora argentina já estava mais ou menos assentada em bases sólidas. A profusão de entidades sindicais obrigou o governo a mais do que negociar, a procurar apoio nessas organizações. Perón faz uma escolha clara ao se apoiar em entidades de trabalhadoras e trabalhadores. A retórica anti-imperialista e anticapital de seus governos é evidente. Evita, a “líder espiritual da nação” encarna o sentimento rebelde contido. Suas ações e discursos vão além da caridade religiosa, da qual ela era fervorosa devota, e extrapolam para o campo das relações de trabalho.

A constituição de um sindicalismo fortemente peronista é uma das prioridades de Perón, Evita e todo seu entourage. As disputas dentro do movimento sindical, entre peronistas e antiperonistas, superava a dicotomia direita/esquerda. Assim como existiam socialistas defensores de Perón e comunistas opositores, existiam sindicalistas pragmáticos que poderiam ser colocados no campo conservador favoráveis ao peronismo e legítimos direitistas frontalmente contrários ao governo.

Esse cenário de ebulição política de massas perdura por longos anos, durante o exílio do general, até desembocar na quase guerra civil em que o país se afundou no governo de Isabelita, sua esposa e vice-presidenta, após um desastrado retorno de Perón 18 anos após sua deposição por um golpe militar conservador. Depois de anos no exílio fomentando uma resistência peronista, o general retorna em um acordo político explícito que envolveu a renúncia de um presidente eleito unicamente para ele poder se candidatar, e forma um governo amplamente inclinado à direita. Mas sua morte repentina transforma Perón em mártir, em mito. Algo que ele já era em vida se torna um fenômeno político inimaginável.

O simbólico do peronismo é algo de difícil compreensão para quem não é argentino, e eu me incluo, obviamente, dentro desse grupo de pessoas que não conseguem compreender exatamente o que é “peronismo”. O fato é que quase 80 anos depois da nomeação de Perón para a STP, a identidade da classe trabalhadora argentina está intrinsecamente ligada a esse fenômeno que suplanta o político e toma contornos sociais, econômicos e culturais.

Vargas representa um fenômeno que, de fundo, pode ser muito parecido. Não à toa muitos estudiosos colocam ele e Perón no mesmo balaio do populismo. Contudo, os contextos históricos levaram a resultados, no mínimo, quantitativamente diferentes. O varguismo não é um movimento político vivo no Brasil até hoje, ao contrário do peronismo na Argentina. Getúlio assumiu o poder com um movimento militar golpista chamado de revolução. Seu governo é dividido em governo provisório até 1934, governo constitucional em que ele é eleito de maneira indireta pela Assembleia Nacional Constituinte, o que confere ares democráticos ao período, Estado Novo até 1945, uma ditadura advinda de autogolpe contra o “fantasma do comunismo” e depois um governo legitimamente democrático, inclinado ao progressismo nacionalista, entre 1951 e 1954 que culmina com seu suicídio com ares de redenção popular.

A constituição do trabalhismo como ideologia do Estado Novo e seus ideólogos do autoritarismo levam a interpretações como a “legislação fascista” de Vargas. Contudo, leituras simples nunca fizeram boas interpretações. O intento de Vargas de se colocar como

“pai dos pobres”, doador de uma legislação trabalhista protetiva, encontrou terreno fértil em um Brasil majoritariamente agrário e com uma classe operária em formação fortemente reprimida pelo poder estatal.

Sem romantizar o movimento operário na primeira república, é preciso que se diga que ele existia sim. As condições de sua existência formal não foram criadas por Vargas, obviamente. Contudo, em perspectiva comparada – e para isso que servem comparações, não para se achar o melhor, mas para visualizar as coisas em contexto – é inegável que o grau de desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira era inferior à argentina, em número de pessoas e de organizações.

O apoio que Vargas buscou no operariado era muito mais uma forma de legitimação social de seu governo do que exatamente uma necessidade imperiosa de sobrevivência. A classe trabalhadora brasileira tem, portanto, um momento importantíssimo de sua formação com um governo que oscilava entre sua retórica e seus benefícios sociais concretos e o desprezo pela sua opinião, tolhendo-lhe o direito ao voto já que votar não era o “interesse” do povo, como escreveu sem qualquer pudor Francisco Campos.

Assim, a estrutura legal trabalhista brasileira refletiu essa contradição. Se por um lado tivemos até a “reforma trabalhista” de 2017 a “legislação trabalhista mais avançada do mundo”, por outro temos, ainda, um sistema sindical profundamente corporativista e tutelado pelo Estado.

Isso não significou, em absoluto, que a classe trabalhadora deixou de se mobilizar, lutar, reivindicar e exigir inclusive a efetivação daqueles direitos positivados na CLT. A lei entrou definitivamente na agenda de luta de trabalhadoras e trabalhadores. Gostemos disso ou não. Queiramos ou não.

Contudo, o reflexo desse intervencionismo estatal na estrutura sindical foi um sindicalismo que, de um lado lutando para se emancipar e de outro gozando das benesses do oficialismo, entrou em uma profunda crise de representatividade. Ninguém teria coragem de dizer hoje que o sindicalismo brasileiro está bem, que apenas alguns ajustes resolvem nosso problema histórico. Não está. Mas isso tampouco apaga a classe trabalhadora como classe que é. Isso, na verdade, continua a formar suas identidades, suas vivências. Não existe constituição de classe acabada, é um processo constante.

A ausência de um movimento político simbólico que aglutine as forças de mobilização do país talvez explique a diferença das imagens do prólogo dessa tese. Talvez os momentos de formação da classe trabalhadora no Brasil e na Argentina na ascensão de suas lideranças nacional-populares ajude nessa compreensão.

A desmobilização brasileira perante o desmonte de seus direitos trabalhistas mostra que a classe trabalhadora do país não se vê mais representada nessa estrutura legal, não vê mais os sindicatos como seus representantes legítimos e não vê mais os direitos trabalhistas como efetivamente direitos que precisam ser efetivados. Uma população cada vez mais informal, que adere ao empreendedorismo por necessidade, que viu a figura de seus dois líderes populares submetida ao escárnio público: o primeiro sendo atacado governo após governo que prometia “pôr fim à Era Vargas” e o segundo preso por circunstâncias alheias a esse trabalho, não pode mesmo ser cobrada para defender uma legislação trabalhista que não lhe toca mais.

A situação histórica do povo brasileiro é de abandono. Lideranças políticas nunca foram efetivamente populares por aqui. As poucas que tentaram foram punidas exemplarmente. A constituição de uma consciência popular carrega muito disso. Muitas são as análises sobre o famoso “jeitinho brasileiro”, visto de uma forma elitista como um jeito de se portar para ganhar benefícios irregulares, como uma tentativa de subversão de uma ordem em interesse próprio. Eu iria além. O jeitinho brasileiro é uma necessidade de sobrevivência. Diante do abandono estatal, não resta outra alternativa que não “se virar”. Mas mais do que isso, não é apenas um abandono. É uma retórica de auxílio que na verdade amarra, tira a liberdade, aprisiona. Procurar meios de sobrevivência diante dessa realidade é um grande trunfo.

Claro que a situação brasileira não é de se comemorar, contudo o que busquei fazer foi lançar um olhar mais detido sobre como todo esse processo impactou na formação das identidades coletivas de nossa classe trabalhadora. A reconstrução de nossa rede de proteção trabalhista passa pela compreensão de como fazê-la chegar às pessoas que serão beneficiadas por ela sem a noção de que isso é uma dádiva ou um favor. Tampouco suas entidades e organizações de classe podem ser tuteladas e submetidas a um crivo burocrático tal que inviabilize seu funcionamento livre. Para a Argentina não tenho proposta alguma, e nem sei se me caberia. Apenas agradeço o privilégio de ser brasileiro e poder “usá-la” como tão profícuo exemplo de comparação.

Para o Brasil, espero e desejo dias melhores. E aqui abandono a primeira pessoa do singular deliberadamente usada no trabalho inteiro para chamar à nossa responsabilidade coletiva. À reconstrução do direito do trabalho que leve em consideração as demandas de mulheres e homens que são diariamente impactadas pelas tão desiguais relações de trabalho.

Nós não iremos fornecer respostas às dores de toda uma classe. Aliás, sequer sabemos quais são essas agonias.

Sem participação efetiva de trabalhadoras e trabalhadores no processo de reconstrução do direito do trabalho, não teremos avanço nenhum. Apenas iremos alcançar um estado de coisas que, por melhor que seja, não foi construído ouvindo quem tem menos poder nessa relação. Todos sabemos de onde vieram as ideias para a alteração legislativa da “reforma” trabalhista. Empregadores participam da formulação dessas políticas há décadas. Trazer trabalhadoras e trabalhadores para essa mesa é apenas medida de justiça.

O que fiz até agora foi tentar fornecer um pequeno caminho de análise neste labirinto de dúvidas em que vivemos. Se consegui, o escrutínio público dirá. Se ele sequer acontecer, não terá servido para nada.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Antonio José de Azevedo. *Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. II – O jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRAZ, Denise Luciana de Fátima. Onde estão os negros na Argentina? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, p. 363-374, jan. 2018. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/544>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- BUENOS AIRES. Decreto Ley 4.161/56. Derogado por ley 16648 (b.o. 18-11-64) - prohibicion de utilizar elementos de afirmacion ideologica o de propaganda peronista. *Boletín Oficial*, 9 de Março de 1956 Id SAJJ: LNN0025998. Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/legislacion/ley-nacional-4161.htm>> Acesso em: 20 jan. 2021.
- CALDEIRA, Tereza. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAMARERO, Hernán. Claves para la relectura de un clásico. In: MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. [Edición definitiva]. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012. p. 34-35.
- CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y Peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Buenos Aires: CLACSO, 1983.
- CAMPOLINA DE SÁ, Cristina. Formação da classe trabalhadora na Argentina. *História Revista*, v. 19, n. 3, p. 189-208, 2016.
- CAMPOLINA DE SÁ, Cristina Isabel. *A Palavra de Perón: análise do discurso e da política trabalhista argentina 1943-1949*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- CAMPOS, Francisco. *Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a política na Era Vargas*. Brasília: UnB, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTILLA, Eduardo. Reforma previsional: lunes de furia, ajuste y represión. *La Izquierda Diario: Análisis/Opini3n*, 19 dic. 2017. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/Reforma-previsional-lunes-de-furia-ajuste-y-represion>>. Acesso em 25 jan. 2021.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora*. São Paulo: CEDOC, 1981. Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/111>> Acesso em: 24 fev. 2021.

CORREGLIANO, Danilo Uller. *O direito e as greves por fora*. Belo Horizonte: RTM, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp: Editora Boitempo, 1997.

EL PAÍS. El recorte a las jubilaciones llega con represión. *Página 12*, 13 dic. 2017. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/82419-el-recorte-a-las-jubilaciones-llega-con-represion>>. Acesso em 25 jan. 2021.

FAUSTO, Boris (coord). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Volume 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)* por Fernando Henrique Cardoso... [et al.]. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

FAUSTO, Boris (coord). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Volume 9: sociedade e instituições (1889-1930)* por Paulo Sérgio Pinheiro et al.]. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: editora 34, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONTANA, Josep. Prólogo. In: THOMPSON, Edward P. *Tradic3n, Revuelta y Consciencia de clase*. Trad. Eva Rodriguez. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 7-8.

FORTES, Alexandre, et al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999a.

FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999b.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e trabalhismo. *Revista Varia Historia*, n. 28, p. 55-68, 2002. p. 58-59.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro César Dutra. (orgs.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRUZINSKI, Serge. *As Quatro Partes do Mundo*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOROWICZ, Alejandro. *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires: Hispamerica Ediciones Argentina, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JAMES, Daniel. Ideologia popular e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10. p. 5-27, 1985.

JAMES, Daniel. *Resistencia y integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: siglo XXI, 2006.

LASALVIA, Emiliano. Reforma previdencial: 88 policiais resultaron heridos y 60 manifestantes quedaron detenidos. *La Nación*, 18 dic. 2017. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/tension-en-el-congreso-minutos-antes-de-la-sesion-manifestantes-tiraron-las-vallas-y-arrojan-piedras-y-botellas-nid2092506/>>. Acesso em 25 jan. 2021.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MAIA, Gustavo; ANDRADE, Hanrrikson de. "Eu já adverti o garoto", diz Bolsonaro após fala do filho sobre STF". *UOL: Eleições 2018*, 22 out. 2018. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/22/bolsonaro-filho-fechar-stf-repercussao.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino (1930-1945)*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1983.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos Portantiero. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

NEIBURG, Federico G. O 17 de outubro na Argentina Espaço e produção social do carisma. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, out. 1992. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_07.htm>. Acesso em 26 jun. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. LEMOS, Tayara Talita. Trabalhismo no Estado Novo: um conceito em disputa na construção da cidadania. In: OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (coord). *Constitucionalismo e História do Direito*. 2. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2020.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

PERÓN, Juan. Discurso Juan D. Perón 1 de mayo 1974. *Argentoria*, 8 sep. 2015. Disponível em: <<https://argentoria.wordpress.com/2015/09/08/discurso-juan-d-peron-1-de-mayo-1974>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PERÓN, Maria Eva Duarte. *La palabra, el pensamiento y la acción de Eva Perón*. Buenos Aires: Fabro, 2015.

PERÓN, Eva. *La razon de mi vida*. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1951.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1961.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2018.

RAMOS, Jorge Abelardo. *La era del peronismo*. 8. ed. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1981.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Ignácio Rangel, 1999.

REDAÇÃO. FHC diz que lei é 'fim da era Vargas'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/14/brasil/26.html> Acesso em: 20 jan. 2021.

REDAÇÃO. Maior greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros. *Brasil de Fato*, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>. Acesso em 25 jan. 2021.

REDAÇÃO. Aprovada a reforma trabalhista. Senado noticiais, Brasília, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/11/aprovada-a-reforma-trabalhista>. Acesso em: 25 jan. 2021.

REDAÇÃO. Argentina aprova reforma da previdência em meio a protestos. *DW: América Latina*, 19 dez. 2017. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2pcs6>. Acesso em 25 jan. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *Gentidades*. 2. ed. São Paulo: Global, 2017.

RIZ, Liliana de. *La clase media argentina: conjeturas para interpretar el papel de las clases medias en los procesos políticos CONICET*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/deriz4.pdf> Acesso em: 19 set. 2017.

SEBRELI, Juan José. *Los Deseos Imaginarios del Peronismo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1992.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História direito do trabalho no do Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017.

THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de clase*. Trad. Eva Rodriguez. 2. Ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa, I, A árvore da liberdade*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOSELLI, Carlos A. Uma História sem fim. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (coord.). *O Direito do Trabalho comparado em perspectiva histórica*. Campinas: Lacier Editora, 2021. p. 41-58.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

WALLICH, Henry C. Desenvolvimento “periférico”. Trad. João Manuel Cardoso de Mello. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

WIKIPÉDIA. *Reforma trabalhista no Brasil em 2017*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reforma_trabalhista_no_Brasil_em_2017#Tramita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 jan. 2021.

WIKIPÉDIA. *Greve geral no Brasil em 2017*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Greve_geral_no_Brasil_em_2017>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ZIMMERMANN, Eduardo. Sindicatos y Política en la Argentina (1900-1943). *Revista Libertas*, Buenos Aires, v. 2, 1985. Disponível em <https://www.eseade.edu.ar/wp-content/uploads/2016/07/Zimmermann.pdf> Acesso em: 16 jun. 2019.

FILMOGRAFIA

- GETÚLIO Vargas. Direção: Ana Carolina Teixeira Soares. Brasil, 1974. 80 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Uib6rtgEWHg>> Acesso em: 13 jul. 2019.
- LA HORA de los Hornos: Notas y testimonios sobre el neocolonialismo, la violencia y la liberación. Direção: Octavio Getino e Fernando E. Solanas. Argentina. Grupo Cine Liberación. 1968. 260 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HYgtD4bBUZU>>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- LA PATAGONIA Rebelde. Direção: Héctor Oliveira. 1974. 103 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9gxjsv6QcjM>>. Acesso em 14 jul. 2019.
- PERÓN: la revolución justicialista. Direção: Octavio Getino e Fernando E. Solanas. Argentina. Grupo Cine Liberación. 1971. 180 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fLrG5PcVk38&t=17s>>. Acesso em 15 jul. 2019
- O VELHO – A história de Luis Carlos Prestes. Direção: Toni Venturi. Brasil. 1997. 104 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1u02uqMK6Ek>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A - UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA SINDICAL DE BRASIL E ARGENTINA

As reflexões aqui apresentadas foram primeiramente publicadas em forma de artigo “O ‘modelo duplo’ da organização sindical argentina: de Perón até hoje” no livro “Direito do Trabalho comparado em perspectiva histórica”. Inicialmente tratou-se de uma análise preliminar e limitada ao modelo sindical argentino a partir da historicidade de sua organização.

Como anexo a este trabalho, procuro aprofundar essas reflexões a partir da comparação com o modelo sindical brasileiro, considerado por uma ampla linha de pensamento sobre o Brasil como a fina flor do corporativismo varguista e uma forma de atrelar o sindicato ao Estado. Certamente essas críticas não são em vão, mas não são nelas que irei me sustentar. O que procuro, novamente, é a busca pela historicidade das instituições jurídicas e como isso contribuiu para a formação da classe trabalhadora em ambos os países, sempre repisando que não existem experiências históricas mais legítimas ou mais reais que outras, pois históricas.

Optei pela colocação deste estudo na forma de apêndice para evitar a quebra de narrativa da tese e por se tratar, sobretudo, de um subproduto deste trabalho que foi desenvolvido ao longo da pesquisa. Em verdade, a análise dos modelos jurídicos das estruturas sindicais de Brasil e Argentina poderiam ser objeto de uma tese autônoma. A opção pela elaboração de um anexo faz parte de uma opção metodológica, mas também pelo reconhecimento de que o objeto desse estudo destoa de certa forma do objeto central da tese aqui apresentada.

Parte do texto do item 1, em especial os recortes legais, foi aproveitada do artigo referido, que aqui foi ampliado, revisto e modificado.

1. O modelo “duplo” do sindicalismo argentino

Quando Perón ascende à estrutura de poder do Estado argentino, após o golpe de 1943, e assume a STP, a estrutura sindical do país era significativamente mais desenvolvida que a brasileira. Sindicatos estavam constituídos há bastante tempo, havia representação

política institucional, partidos políticos disputavam o comando dos grêmios, haviam sindicatos, federações, uniões obreiras, confederações, centrais sindicais que representavam milhares de trabalhadoras e trabalhadores muito organizados.

Perón viu no apoio dessa estrutura uma necessidade para a manutenção do governo provisório que havia chegado a poder após as ditaduras da década infame. Longe disso significar uma opção pela manipulação deliberada de uma massa trabalhadora, era uma imposição da conjuntura política do momento. Sem o apoio da classe trabalhadora o governo provisório teria que escolher pela repressão pura, simples e sistematizada, o que seria contraditório com os interesses explícitos do movimento militar que tomou o poder.

Pois bem, diante dessa circunstância, a mediação com o movimento sindical era imperiosa e não por outro motivo Perón e seus aliados iniciam uma intensa conversação com essas entidades para arregimentar apoios. Mas e a estrutura legal?

Como visto pela cronologia elaborada por Carlos Toselli, até a chegada ao poder do grupo militar de Perón em 1943, a Argentina não tinha nenhuma lei que regulamentasse a estrutura sindical. A profusão de entidades sindicais ocorreu a despeito de uma estrutura legal. A primeira lei argentina que efetivamente se preocupou em organizar todo um sistema de representação sindical foi o Decreto 23.852/45, editado ainda durante o governo provisório do presidente Farrell e com Perón à frente da STP.

Essa lei criou um sistema de dupla representação que vige até hoje na Argentina, já que a lei 23.551/88²¹³, que atualmente rege estrutura sindical argentina, manteve praticamente intacto o modelo sindical peronista. O ponto central desse modelo é a diferença entre organizações sindicais “simplesmente inscritas” e as com “personalidade gremial”.

O modelo social do nosso vizinho está elevado à categoria constitucional pelo artigo 14-bis da constituição argentina, gestado na reforma constitucional de 1957, aquela realizada com o peronismo proscrito e para a qual os movimentos populares chamaram voto em branco. É no mínimo curioso notar que o governo golpista que tinha tomando o poder com um claro intento de “desperonização” do país tenha legado à Argentina a constitucionalização dos direitos sociais. Mas uma daquelas contradições da história. E tal artigo diz o seguinte:

Artigo 14-bis: o trabalho em suas diversas formas gozará da proteção das leis, que assegurarão ao trabalhador: condições dignas e equitativas de trabalho, limitação

²¹³ Disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/20993/texact.htm>. Acesso em: 27 fev. 2020.

de jornada; descanso e férias remuneradas; retribuição justa; salário mínimo vital móvel; igual remuneração para igual tarefa; participação nos lucros das empresas, com controle da produção e colaboração na direção; proteção contra despedida arbitrária; estabilidade do servidor público; organização sindical livre e democrática, reconhecida pela simples inscrição em um regime especial. Fica garantido aos grêmios: celebrar convenções coletivas de trabalho; recorrer à conciliação e arbitragem; o direito de greve. Os representantes gremiais gozarão das garantias necessárias para o cumprimento de sua gestão sindical bem como as relacionadas à estabilidade no emprego. (tradução minha)

O que aparentemente é uma garantia ampla para entidades sindicais, porém, também é um detalhe pernicioso: é justamente essa garantia específica aos “grêmios” e a necessidade da inscrição em um regime especial que mantém o sistema dual do modelo sindical argentino.

Em relação à simples inscrição, a lei 23.551 já garante uma série de direitos às associações profissionais:

Artigo 23 – A partir de sua inscrição, a associação adquirirá personalidade jurídica e terá os seguintes direitos:

- a) peticionar e representar, a pedido da parte, os interesses individuais de seus filiados;
- b) representar os interesses coletivos quando não houver na mesma atividade ou categoria profissional associação com personalidade gremial;
- c) Promover:
 1. A formação de sociedades cooperativas e de mútuo;
 2. O aperfeiçoamento da legislação trabalhista, previdenciária e de seguridade social;
 3. A educação geral e formação profissional dos trabalhadores;
- d) Impor contribuições a seus filiados;
- e) realizar reuniões ou assembleias sem necessidade de autorização prévia;

(tradução minha)

Note-se que os sindicatos “simplesmente inscritos” possuem direitos e prerrogativas que, no Brasil, são semelhantes a uma associação civil que efetivamente representa um conjunto de pessoas e pode agir jurídica e politicamente em sua defesa, podendo propor ações coletivas etc. Contudo, essas entidades simplesmente inscritas só adquirem direitos inerentes a um sindicato propriamente dito se não existir outra entidade com personalidade sindical no mesmo ramo de atividade ou categoria profissional e for assim reconhecido pelo órgão correspondente ao ministério do trabalho de lá.

A propósito, a esse respeito a própria lei estabelece que sindicatos podem se constituir por atividade profissional, profissão ou empresa:

Artigo 10 – Consideram-se associações sindicais de trabalhadores as constituídas por:

- a) Trabalhadores de uma mesma atividade ou atividades afins;

- b) Trabalhadores de um mesmo ofício, profissão ou categoria, ainda que desempenhem atividades distintas;
- c) Trabalhadores que prestem serviço em uma mesma empresa. (tradução do original)

Esse é uma grande diferença do modelo brasileiro de categoria profissional.

Porém, mesmo sendo simplesmente inscrito, é apenas com a inscrição e garantia da “personalidade gremial” que o sindicato passa a possuir sua “personalidade plena”:

Artigo 31 – São direitos exclusivos da associação sindical com personalidade gremial:
 Defender e representar perante o estado e os empregadores os interesses individuais e coletivos dos trabalhadores.
 Participar de instituições de planificação e controle das normas coletivas
 Intervir em negociações coletivas e garantir o cumprimento da norma trabalhista e de seguridade social;
 Colaborar com o Estado no estudo e solução dos problemas dos trabalhadores;
 Constituir patrimônios que tenham os mesmos direitos que as cooperativas e sociedades de mútuo;
 Administrar suas próprias obras sociais e, conforme o caso, participar da administração das criadas por lei ou por convenções coletivas de trabalho (tradução do original)

Aqui verifica-se que é apenas com a personalidade gremial que os sindicatos adquirem os direitos inerentes à atividade sindical, principalmente o de realizar negociações coletivas. Note-se, também, que existe um nítido caráter colaboracionista das entidades sindicais argentinas, que possuem como “direito exclusivo” “colaborar com o Estado no estudo e solução dos problemas dos trabalhadores”.

E, por fim, para aquisição dessa personalidade ampliada, a lei estabelece uma série de requisitos afetos à representatividade das associações sindicais:

Artigo 25 – A associação que, em seu âmbito territorial e pessoal de atuação, for a mais representativa obterá a personalidade gremial sempre que cumpra os seguintes requisitos:
 a) Esteja inscrita de acordo com esta lei e seja constituída a pelos menos 6 meses;
 b) Tenha como filiados mais de 20% dos trabalhadores que pretenda representar;
 c) A qualificação de mais representativa será atribuída à associação que conte com o maior número de filiados contribuintes dentre os quais pretenda representar. (tradução do original)

Essa estrutura sindical foi amplamente utilizada durante o governo provisório e os primeiros anos de Perón na presidência para manejar o modelo em benefício de sindicatos colaboracionistas e contra sindicatos de oposição, comunistas e socialistas por exemplo. Não faltam, porém, amplas discussões constitucionais e convencionais sobre a legitimidade

democrática desse modelo, sendo que alguns o consideraram inconstitucional perante o artigo 14-bis da constituição argentina ou mesmo em desconformidade com julgados e orientações do Comitê de Liberdade Sindical da OIT, por exemplo.²¹⁴

Também no seio do movimento sindical não peronista, principalmente comunistas que não aderiram à Frente de Todos, coalizão de levou Alberto Fernandes à presidência, esse modelo é duramente criticado pois favorece uma burocracia sindical que, ao mesmo tempo, se beneficia de seu apoio ao governo de turno.

Assim, não é difícil visualizar as marcas que os processos históricos deixaram na formatação jurídica do modelo sindical argentino. Direito não é algo que surge pairando no ar, de maneira etérea e ideal. É fruto de determinadas condições históricas concretas. E é com esse modelo que trabalhadoras e trabalhadores da Argentina convivem e fazem sua luta e organização.

Esse é o quadro geral da estrutura legal do sindicalismo argentino.

2. A estrutura oficial do sindicalismo brasileiro

Muito já foi escrito sobre o caráter “oficial” do sindicalismo brasileiro. Como já ressaltai antes, “sindicato populista”, “sindicato de Estado”, “sindicalismo oficial” são termos muito comuns na historiografia, na doutrina jurídica, na sociologia, etc para designar esse modelo de organização de sindicatos no Brasil.

Deliberadamente, não pretendo trazer essa discussão aqui. Acredito que seria demasiadamente enfadonho, no final dessa tese, iniciar um debate certamente tão profícuo, polêmico e muito interessante. O que irei fazer aqui é, mantendo o padrão da análise do caso argentino, traçar um panorama muito geral do modelo sindical brasileiro e verificar como isso contribuiu para a construção da identidade coletiva da classe trabalhadora em nosso país.

Os interesses por trás da construção do modelo sindical brasileiro vigente mais ou menos até hoje não são nada escondidos. Como lembra Jorge Luiz Souto Maior, em 1939, já portanto após o golpe do Estado Novo e sob o ideário daquele governo formulado e aplaudido por Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos, a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional continha o seguinte enunciado em sua exposição de motivos:

²¹⁴ A esse respeito ver: TOSELLI, Carlos A. Uma História sem fim in SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (coord.). *O Direito do Trabalho comparado em perspectiva histórica*. Campinas: Lacier Editora, 2021.

“com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele desenvolverão; nele se extinguirão²¹⁵”.

Em 1943, precisamente no 1º de maio, Getúlio Vargas realizou o tradicional comício do dia do trabalhador no Estádio de São Januário, sede do Clube de Regatas Vasco da Gama. Mas esse evento foi especial. Vargas anunciou a assinatura da famosa CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, o diploma normativo vigente até hoje, ainda que ferido de morte pela “reforma” de 2017, e que consolidou dentre outras coisas o modelo sindical brasileiro com uma visão profundamente intervencionista.

Inserida no Título V da CLT, “Da Organização Sindical”, o texto legal descia a minúcias de estabelecer, inclusive, valores expressos na moeda corrente da época o quanto seria devido a título de imposto sindical, além de entrar em questões de como seriam organizados os órgãos de administração da entidade, sua função, número de membros etc. Muitas dessas disposições foram expressamente ou tacitamente revogadas, em especial após as interpretações que levaram em conta o modelo de liberdade sindical introduzido pela Constituição Federal de 1988.

Sobre os debates acerca do sindicalismo de Estado, Danilo Uller Corregliano, escreve:

quando esses estudos se referem à estrutura sindical de Estado e ao sindicalismo correspondente, pressupõem a convivência de três pilares de sustentação: a investidura sindical, a unicidade sindical e as contribuições sindicais compulsórias²¹⁶

Ainda que a “reforma” de 2017 tenha abolido o sistema do imposto sindical, suscitando uma série de debates sobre a existência ou não de contribuições que permanecem compulsórias, o que não vem ao caso agora, mas demonstra a força do instituto, temos esses três eixos centrais da estrutura sindical brasileira.

A investidura é o reconhecimento oficial de uma entidade como sindicato, o que não é diferente na Argentina. E a unicidade é a existência de apenas um sindicato por categoria em um determinado território, que não pode ser inferior a um município. Aqui temos a

²¹⁵ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História do direito do trabalho no Brasil: curso de direito do trabalho, volume I: parte II*. São Paulo: LTr, 2017.p. 242.

²¹⁶ CORREGLIANO, Danilo Uller. *O direito e as greves por fora*. Belo Horizonte: RTM, 2020. p. 175.

semelhança com o caso argentino no quesito territorialidade, mas não no que se refere à categoria, já que lá eles não trabalham com esse conceito.

Categoria é o elemento aglutinador da identidade sindical. Ao contrário de profissão ou empresa, categoria é uma ficção jurídica que se refere, de um lado a um grupo profissional e de outro, um grupo de atividades econômicas. Um sindicato só pode ser formado se for correspondente a uma categoria profissional de trabalhadoras e trabalhadores que corresponda a uma atividade econômica de empresas. A CLT possui, inclusive, um quadro anexo com as categorias profissionais e econômicas, obviamente desatualizada e inconstitucional frente ao texto de 1988, que “fixará o plano básico do enquadramento sindical” a teor de seu artigo 577.

A constituição federal de 1988 avançou bastante no quesito liberdade sindical, mas manteve intacto esses pilares do chamado sindicato de Estado. Seu artigo 8º diz que “é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte”. E justamente aqui é que temos um modelo ainda limitado, pois a “livre associação” esbarra da observância do seguinte:

- I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;
- II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;
- III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
- IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;
- V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;
- VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
- VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;
- VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

O inciso I, ao ressaltar “o registro no órgão competente” mantém o sistema de investidora e o artigo segundo consagra o princípio da unicidade sindical. É interessante notar também o parágrafo único que estende as regras de organização sindical aos sindicatos rurais de colônias de pescadores, já que a CLT autoproclamadamente só se aplicava a trabalhadores urbanos. O referido quadro anexo de categorias, inclusive, só faz referência à indústria, comércio, transportes, comunicações, educação e cultura.

Como já tentei demonstrar anteriormente, essa estrutura altamente regulada não impediu que trabalhadoras e trabalhadores usassem os instrumentos que tinham à sua disposição para lutarem por seus direitos. Contudo, é inegável que essa situação marcou profundamente a sua própria identidade de classe.

Outro exemplo importante de mobilização e luta da classe trabalhadora no Brasil é o trazido por Corregliano, as chamadas greve por fora:

que abarcam tanto paralisações convocadas autonomamente pelos grupos de trabalhadores/as nos locais de trabalho quanto situações de continuidade das greves convocadas pelos sindicatos, após estes encerrarem o conflito através dos canais institucionalizados (acordos, convenções ou dissídios coletivos)²¹⁷

Exemplos marcantes greves por fora foram as realizadas pelos garis no Rio de Janeiro em 2014 e diversas paralisações realizadas por trabalhadoras e trabalhadores das grandes obras de infraestrutura dos governos petistas, como as das hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio.

O autor levanta, ainda, a hipótese que o fenômeno das greves por fora representa “pontos ou sintomas de desgaste da estrutura sindical de Estado”²¹⁸ que vige no Brasil. Considero essa hipótese forte e relevante, ainda mais se considerarmos os dados trazidos pelo próprio autor, a partir de dados do IBGE, de que em 2017 80% dos trabalhadores não eram sindicalizados, 26,4% não conheciam qual era o sindicato que representava sua

²¹⁷ CORREGLIANO, Danilo Uller. *O direito e as greves por fora*. Belo Horizonte: RTM, 2020. p. 9.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 183.

categoria, 16,6% consideravam que os sindicatos não representavam seus interesses e 11,8% não sabiam como se sindicalizar.²¹⁹

Lógico que existem sindicatos combativos, como o próprio Corregliano reconhece ser o caso de sindicatos que, por exemplo, devolvem o imposto sindical e travam lutas para além da mera representação de sua categoria, apoiando mobilizações de terceirizados como o SINTUSP (Sindicatos dos Trabalhadores da USP) ou o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas.²²⁰ Ou se verificarmos o caso do “novo sindicalismo” que emerge das greves lideradas pelo então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva no final da década de 70 e início da década de 80, momento de enfraquecimento da ditadura civil-militar no Brasil.

Em agosto de 1981 foi realizado a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que aprovou a criação da comissão nacional pró-CUT, a Central Única dos Trabalhadores, que viria a ser uma das mais importantes organizações sindicais do país, ainda que fora do sistema tradicional da CLT que não previa a existência de entidades desse tipo. As resoluções da conferência começam com afirmações fortes:

A legislação trabalhista no Brasil não exprime os interesses da classe trabalhadora, e pelo seu caráter antidemocrático distorce e contraria os sonhos e conquistas do povo, mantendo e aprofundando a situação de insegurança e miséria que marginaliza milhões de trabalhadores, entravando sua organização. Os trabalhadores brasileiros exigem um Código Nacional do Trabalho elaborado através de amplas discussões pelos trabalhadores e seus sindicatos, como um passo fundamental para o estabelecimento de uma efetiva democracia. A classe trabalhadora brasileira, no entanto, está convencida de que as soluções de seus problemas não dependem somente do Poder Judiciário, ou simplesmente de uma coleção de leis. A solução das questões que interessam aos trabalhadores depende fundamentalmente da queda do regime militar antinacional, antipopular, antidemocrático e da conquista das mais amplas liberdades democráticas. A solução das questões que interessam aos trabalhadores depende de seu nível de mobilização e organização, implementada por um sindicalismo combativo, autêntico e construído pela base²²¹

A resolução ainda postula, de maneira expressa, a “revogação imediata do Título V da CLT”. Ressalto que o novo sindicalismo, a resoluções das CUT, e como a central acabou se favorecendo da estrutura sindical, como por exemplo com a lei 11.648/2008 que “legalizou” as centrais sindicais destinando a elas parte do imposto sindical, merecem uma análise mais detalhada. Contudo, o que pretendo é mostrar que, ao lado da crise do modelo

²¹⁹ CORREGLIANO, Danilo Uller. *O direito e as greves por fora*. Belo Horizonte: RTM, 2020. p.18.

²²⁰ Ibidem, p. 186.

²²¹ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora*. São Paulo: CEDOC, 1981. Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/111>> Acesso em: 24 fev. 2021.

sindical brasileiro, a classe trabalhadora permaneceu em movimento, ora utilizando-se da estrutura existente para mobilizar suas lutas e reivindicações, ora criticando o modelo e sugerindo sua completa extinção e substituição por outro.

Ou seja, qualquer análise que trate trabalhadoras e trabalhadores como serem passivos que foram objeto da “manipulação populista” de líderes autoritários desconsidera toda essa complexificação trazida aqui. E ainda, quem coloca o imobilismo da classe trabalhadora como responsável pelas mazelas brasileiras ou faz uma leitura equivocada da realidade ou tenta buscar bodes expiatórios para erros cometidos por quem, seja por quais interesses, não se pode nominar.